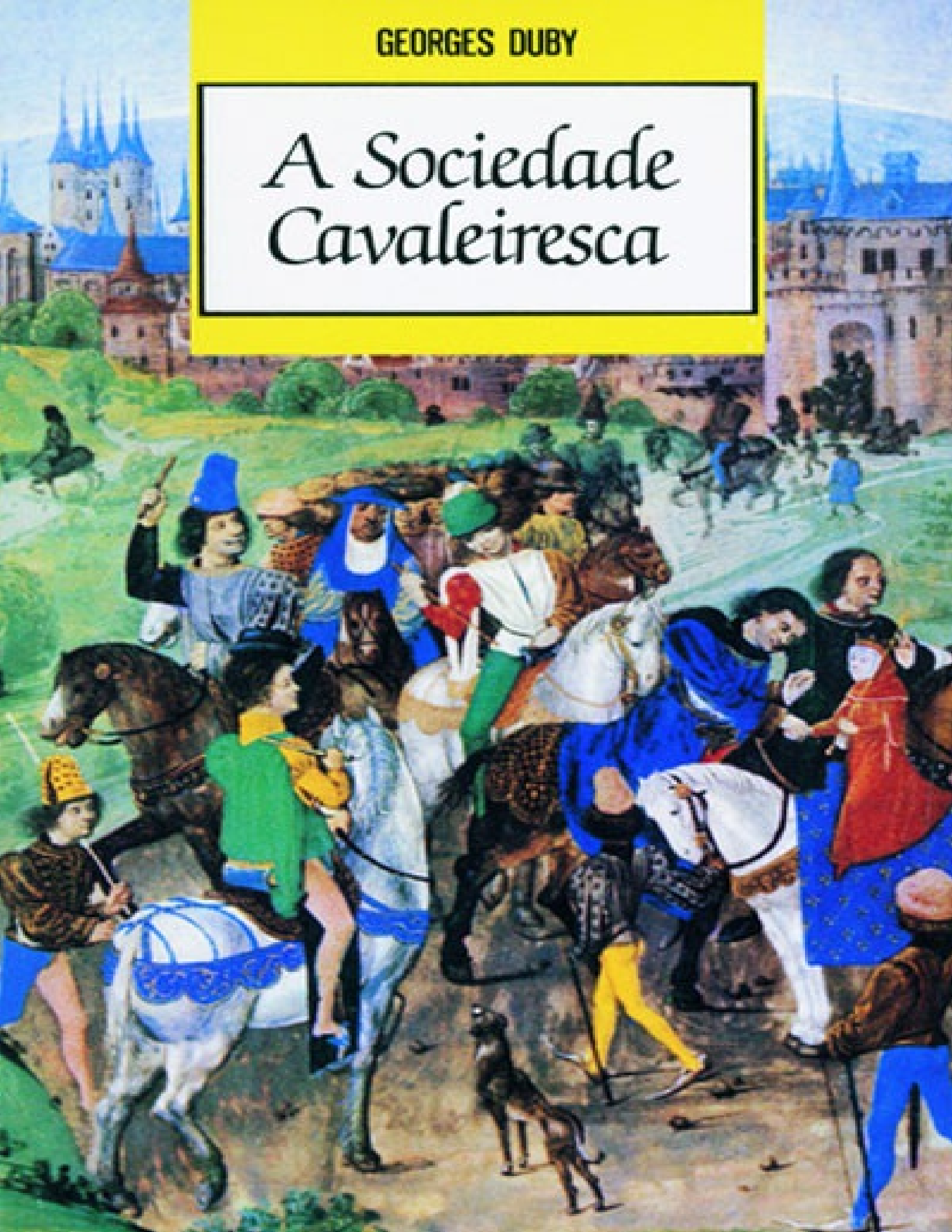


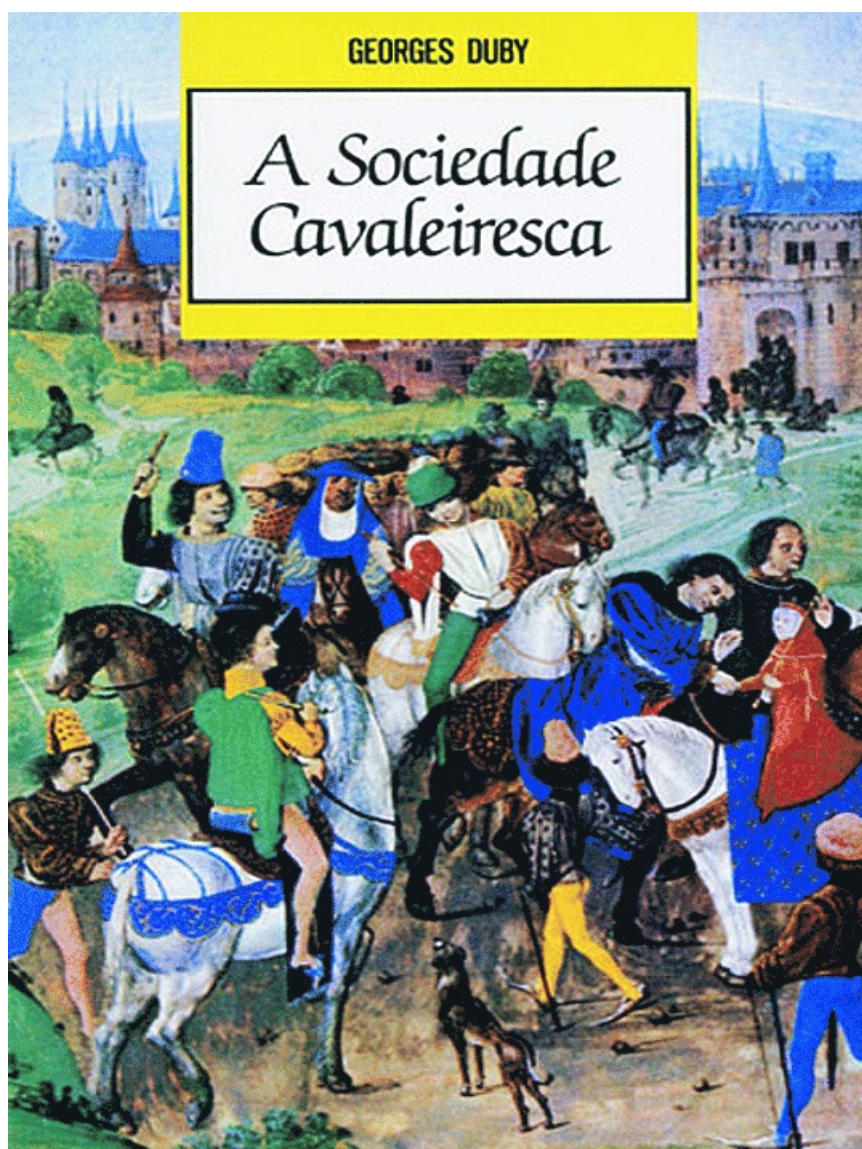
GEORGES DUBY

A Sociedade Cavaleiresca



GEORGES DUBY

A Sociedade Cavaleiresca



**A Sociedade
Cavaleiresca**

CITAÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

Braudel, E. — O Espaço e a História no Mediterrâneo
Braudel, E. — Os Homens e a Herança no Mediterrâneo
Duby, G. — A Europa na Idade Média
Wolff, P. — Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?
Carr, M. — A História Vigiada
Duby, G. — A Sociedade Cavaleiresca

Próximos lançamentos

Ellen, M. E. — Economia e Sociedade na Grécia Antiga
Ellen, M. E. — Uso e Abuso da História
Braudel, E. — Genealogia das Civilizações
Le Goff, J. — A Nova História

A Sociedade Cavaleiresca

G. Duby

Título original: HOMMES ET STRUCTURES DU MOYEN AGE
TOME I LA SOCIÉTÉ CHEVALERESQUE
Copyright © Édition des Hautes Études en Sciences Sociales,
1979
Copyright © Flammarion, 1988
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., para esta tradução

1.ª edição brasileira: outubro de 1989

Tradução: Antônio de Padua Danesi
Revisão da tradução: Roberto Leal Ferreira
Revisão tipográfica: Maurício B. Leal
Silvana Corbucci Leite

Produção gráfica: Geraldo Alves
Composição: Osvaldo Vovodíc
Antônio José da Cruz Pereira
Ademilde L. da Silva

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes
Realização: Cláudia Scatamacchia
Arte-final: Moacir K. Matsusaki

Dados da Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Duby, Georges.
A sociedade cavaleiresca / G. Duby; tradução
Antônio de Padua Danesi. — São Paulo: Martins
Fontes, 1989. — (Coleção o homem e a história)

1. Cavaleiros e cavalaria 2. Feudalismo 3. História social
- Idade Média, 000-1500 4. Idade Média - História
I. Título. II. Série.

C00-909.07 -306 20902 89-2112 _____ 940.14

Índice para catálogo sistemático:
1. Cavalaria: Idade Média: Instituições militares:
Aspectos sociais 306.20902
2. Feudalismo: Europa: História 940.14
3. Idade Média: Sociedade cavaleiresca: História
909.07
4. Sociedade cavaleiresca: Idade Média: História
909.07

Todos os direitos para o Brasil reservados à
LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677 01325 — São Paulo
— SP — Brasil

Índice

I. NOBREZA E CAVALARIA

1. A nobreza na França medieval.....	3
2. As origens da cavalaria.....	23
3. Os leigos e a paz de Deus.....	37
4. O Feudalismo? Uma mentalidade medieval.....	49

II. A LINHAGEM ARISTOCRÁTICA

5. Linhagem, nobreza e cavalaria no século XII na região do Mâconnais — uma revisão.....	59
6. Situação da nobreza na França no início do século XIII.....	85
7. Os "moços" na sociedade aristocrática no noroeste da França no século XIII.....	96
8. Estruturas de parentesco e nobreza no norte da França nos séculos XI e XII.....	107
9. Observações sobre a literatura genealógica na França nos séculos XI e XII.....	125

III. CULTURA E SOCIEDADE

10. História e sociologia do Ocidente medieval — resultados e pesquisas.....	137
11. A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal.....	145
Notas.....	155

A nobreza na França medieval*

Há vinte e cinco anos, Marc Bloch exortava os medievalistas a estudar a evolução da nobreza nos diversos países do Ocidente, especialmente na França¹. Esse apelo recebeu várias respostas notáveis, porém a mais rica, talvez, e uma das mais pertinentes, acaba de lhe ser dada recentemente por L. Gênicot, professor da Universidade de Louvain, que consagrou o segundo volume de sua obra sobre a economia de Namur na Baixa Idade Média ao estudo dos nobres dessa pequena região².

Em todo o condado de Namur, ou seja, em cerca de trezentas e setenta aldeias e vilarejos, não se contam mais de umas vinte famílias cujos chefes eram chamados *nobles* pelas cartas do início do século XII. Grupo minúsculo, portanto, mas composto de homens riquíssimos, donos de enorme fortuna fundiária muito dispersa, largamente disseminada pelas províncias circunvizinhas e, segundo a hipótese mais verossímil, constituída algumas gerações antes por dolação principesca. Estabelecidos nas fronteiras do principado, os francos-mestres dessas linhagens parecem, à luz incerta de uma documentação indigente, ter possuído igrejas paroquiais, não raro um castelo e em todo caso o poder de comandar e punir. Ao que tudo indica, no vocabulário dos redatores de atas, "nobre" e "livre" são intercambiáveis. É certo que todos os nobres eram chamados livres. Mas L. Gênicot se inclina a pensar também — embora nesse ponto

Texto publicado na *Revue historique*, nº 226, 1961, pp. 1-22.

o sintamos menos seguro — que não existiam então, fora da nobreza, homens verdadeiramente livres, isto é, que escapassem por inteiro aos costumes banais, que fossem julgados unicamente pelos tribunais públicos e pudessem dispor completamente de si mesmos. Privilegiada, essa "nobreza" era enfim hereditária: suas qualidades e seus títulos se transmitiam pelo sangue.

Aos "nobres" se opunham nitidamente, então, homens que os textos dizem pertencer à *família*, ou seja, um grupo de servidores reunidos em torno de um senhor. Quem eram esses senhores? O conde, certamente; os grandes estabelecimentos religiosos, por certo; alguns nobres, talvez (na verdade, seria desejável verificar mais claramente se os castelos não foram nessa região os pontos de concentração exclusivos de tais famílias). Seus membros, conquanto não fossem todos de origem servil, não usufruíam, contudo plena liberdade: com efeito, não possuíam *señete*; viviam sob dependência hereditária; não escapavam às exações. Por volta de 1150, porém, começamos a ver alguns dentre eles distinguidos por um qualificativo particular. Decora-os o título de *cavaleiro*. Aparentemente, honra-os o serviço militar a cavalo, mais necessários ao príncipe, *señetes*, em todo caso, que estão em boa situação. Tais *militēs* formam uma aristocracia que se fortalece, mas mantendo-se muito abaixo da elite das famílias "nobres", que a proliferação natural das linhagens tornou ao mesmo tempo um pouco mais numerosas e, logo, menos ricas.

Passado o ano 1200, o estudo se apóia numa documentação mais farta; torna-se mais acurado e mais seguro. Vemos então as famílias de nobreza irem se enfraquecendo aos poucos pelo fracionamento das heranças, pela concorrência do príncipe que disputa com elas o poder banal, pela libertação das comunidades rurais, pela diminuição das rendas senhoriais, compensada porém por rebates bem-sucedidos, notadamente pelo sucesso de algumas empresas de arroteamento. Só poucas linhagens conseguem salvaguardar seu patrimônio: elas constituíram, em meados do século XIII, o pequeno grupo dos "pares". Mais da metade dos "nobres", porém, não logrou manter-se na aristocracia, e isso no momento mesmo em que a situação dos cavaleiros se consolidava. Muito mais numerosos, detentores agora dos atributos do poder, flanqueando sua morada de torres e julgando os camponeses, os *militēs* viram, de fato, afirmar-se ao longo do século o prestígio de seu título. Entrou-se a chamá-los de *messire* e logo foram os únicos a ter direito a esse qualificativo; por volta de 1280, nas listas de testemunhas, deixou de ser feita a distinção entre os nobres e os cavaleiros; colocaram-se os cavaleiros num lugar à parte em relação a todos os outros e — fato impor-

tante num mundo tão atento a hierarquia protocolar — o nobre não armado cavaleiro leve de ficar atrás dos cavaleiros não-nobres. Por fim, os cavaleiros ganharam na mesma época a liberdade pessoal, já que o príncipe os isentou dos costumes banais. Hereditária, pois os filhos do cavaleiro podiam usufruir a mesma que não portassem armas, essa franquia acabou, na segunda metade do século XIII, por constituir o grupo dos cavaleiros em verdadeira nobreza. No entanto, os "nobres" de velha estirpe ainda zelaram ciosamente, durante várias gerações, para não se misturar com eles. Somente nos últimos anos do século XIV é que as alianças matrimoniais e a extensão a todos os cavaleiros do título de "homem nobre" confundiram enfim os dois grupos. Já em 1420 existia entre os habitantes de Namur uma única classe superior de "fidalgos".

Classe amplamente aberta havia pelo menos um século. Com efeito, para se introduzir nela bastava a muitos homens enriquecidos pelo serviço público, pelos negócios ou mesmo por uma paciente poupança camponesa submeter-se à cerimônia de investidura de cavaleiro. Esta não parece ter sido estritamente controlada. Mas convém observar que os descendentes desses novos ricos logo cessam de fazer armar seus filhos. Entre os fidalgos, os cavaleiros se rarefizeram com muita rapidez, principalmente depois de 1350. Não faltam razões que expliquem tal desapareço pela qualidade de cavaleiro. Ela obrigava a gastos de armamento e de montaria, impunha deveres incômodos, expunha a perigos, enquanto o simples escudeiro era cada vez mais bem considerado. Mas, sobretudo, bastava contar um cavaleiro entre os antepassados aquém do sétimo grau para usufruir os privilégios fiscais, judiciários e militares, para ser "livre", para se colocar entre os "homens de lei e de linhagem". Foi essa classe jurídica que, na Namur da Baixa Idade Média, substituiu a antiga "nobreza" quando mesmo a sua lembrança acabou por se perder. Constituída em sua maioria por homens ricos, proprietários de casas fortificadas em cima de outeiros, com torres, *bloquehuf* e capelas, ela reunia também, no entanto, grande número de pessoas modestas, de artesãos e mesmo de criados. Porque, tal como na antiga *nobilitas*, seu privilégio se fundamentava unicamente no nascimento e na qualidade dos antepassados.

Pareceu-nos necessário dar desse belo livro um resumo substancial. Em primeiro lugar, para melhor louvar-lhe o mérito. A investigação completa de todos os textos escritos referentes a uma pequena região garante o rigor desse estudo e permite, em particular, seguir de bem perto a evolução dos patrimônios e reencontrar o ras-

tro dos destinos individuais: para isso, a exposição está recheada de notas muito concretas, animando-se assim com uma vida fascinante¹. Mas há de se notar especialmente que a pesquisa apoiou-se, por um lado, no inventário sistemático, na classificação cronológica e mesmo no exame gramatical de todos os termos utilizados para qualificar os homens desse tempo e, por outro, sobretudo, na construção paciente de um grande número de quadros genealógicos que constituem, como não poderia deixar de ser, a ilustração mestra da obra.

O próprio aspecto dessas árvores familiares ressaltava a principal fraqueza do estudo: antes do começo do século XIII, a documentação que o sustenta é muito reduzida, e a do século IX praticamente inexistente. Essa deficiência das fontes antigas reduz apreciavelmente o alcance tanto das observações de L. Génicot, como daquelas que P. Bonenfant e G. Despy formularam sobre a nobreza do Brabante². Tal pobreza impede, por exemplo, determinar em vários pontos com certeza se, no século XII, os proprietários de castelos, os detentores do direito de convocação *ban*³ eram realmente todos, e os únicos, qualificados de *nobles*. Tal pobreza levanta sobretudo uma barreira contra a qual se chocam as investigações regressivas dos genealogistas. É impossível discernir em particular se, entre os *milites* que aparecem em Namur na segunda metade do século XII, alguns não pertencem aos ramos laterais das grandes linhagens da alta aristocracia. Na Saxônia⁴ e na Alemanha do Sudoeste⁵, pode-se estabelecer, com efeito, como no Mâconnais, a existência de toda uma vigorosa pequena nobreza oriunda das raças dirigentes; e, nos países alemães, essa "baixa nobreza de cepa" compartilha então o título cavaleiresco com a "nova baixa nobreza" dos *ministeriales*⁶. Por fim, pode-se perguntar se testemunhos menos esparsos não permitiriam observar mais de perto as relações entre a *libertas* e a nobreza. A afirmação da completa identidade, no século XII, dos nobres e dos livres é realmente surpreendente, pois em muitas regiões da França, da Alemanha e mesmo da Lotaringia os textos mostram com clareza que existiam então muitos homens livres sem nenhuma pretensão à nobreza. Mesmo se considerarmos que todos os cavaleiros, integrados na *família*, eram *ministeriales*, devemos levar em conta a opinião de numerosos medievalistas alemães que pensam, como H. Danenbauer⁷, que muitos homens livres de condição modesta se colocaram a serviço dos grandes como cavaleiros; uma

¹ Na origem, o *ban* representa o poder de comando do chefe militar, que depois estendeu-se ao poder de impor e de punir, exercido inicialmente pelas leis e depois pelos senhores banais. (N. R.)

² Oficial subalterno dos reis, príncipes condes e senhores. (N. R.)

ata brabantesa de 1180 não distinguia três *militēs ingenui* numa família de condes?

O erudito estudo do professor de Louvain ressalta, em todo caso, que a sociedade aristocrática dessa região do Império apresentava na época feudal traços diferentes daqueles que caracterizavam a maioria das províncias francesas: vigor prolongado desses grupos domésticos que se designavam pelo nome de *família*; noção mais complexa, mais diferenciada, mais hierarquizada da liberdade; talvez, influência mais pronunciada da ascendência materna na herança dos estatutos jurídicos. Não é de admirar que em Namur os critérios da nobreza tenham sido particulares, que não fossem idênticos aos que se acreditava poder discernir na Borgonha ou no Forez. Conhecem-se as discordâncias que marcaram, na França e na Alemanha, a evolução das estruturas sociais estabelecidas nos tempos carolíngios; A. Borst acaba de sublinhá-las, num ensaio pleno de inteligência, a propósito precisamente da dignidade cavaleiresca, de sua extensão, de seu conteúdo, de sua expressão literária⁷. Mas, no próprio cerne desses grandes corpos territoriais, os costumes regionais eram muito diversos e, notadamente, se estabelecia por certo toda uma gama de transições entre os tipos franceses e os tipos germânicos nas regiões do Mosela, do Saona, do Jura e dos Alpes. As conclusões de L. Génicot não desmentem as dos eruditos que, em outros estudos, tentaram ver claro. Mas têm o grande mérito de trazer um elemento capital ao debate, de despertá-lo, de renovar e rejuvenescer as antigas hipóteses de trabalho. Assim, essa obra incita a prosseguir a pesquisa nas províncias francesas, especialmente em três direções principais.

Conviria, em primeiro lugar, examinar atentamente a maneira pela qual se transmitiu a qualidade de nobre. As pesquisas de L. Génicot evidenciam, com efeito, um fato doravante incontestável: a nobreza medieval é independente da cavalaria e lhe é anterior; é uma qualidade que vem dos ancestrais, uma questão de raça. Em parte alguma essa proposição está mais vigorosamente expressa que num livro recentíssimo de outro historiador belga, L. Verriest — livro impetuoso, mal ordenado, por vezes desfigurado por sofismas e sempre por um acirramento moderado em destruir qualquer opinião que não concorde inteiramente com as idéias assaz originais de seu autor, mas portador de observações muito pertinentes⁸. Entre estas, deve-se reter em particular a crítica das teses de Marc Bloch. Este último, a quem por muito tempo eu segui, pensava que, com

a extinção das famílias nobres da Alta Idade Média, uma novíssima nobreza veio a reconstituir-se nos tempos feudais em função de um certo nível de fortuna, de um modo de vida distinto do comum das pessoas e, notadamente, de uma aptidão singular para o exercício das armas. De fato, pode-se agora considerar estabelecido que a nobreza carolíngia se transmitiu pelo sangue a uma abundante posteridade feudal e, de maneira mais geral, que todo nobre se dizia antes de tudo de *nobilibus ortus* ou "fidalgos", isto é, não se referia, em primeiro lugar, ao seu poder ou à sua riqueza, mas aos seus antepassados. Todo o seu lustre vinha destes, e não de sua pessoa. Basta considerar a concepção que o nosso mundo faz ainda hoje da nobreza¹¹ para se convencer de que esta sempre se fundou na honra de uma ascendência e se fortalece naturalmente remontando ao passado, ao longo das árvores genealógicas. A tal ponto que pode parecer vão interrogar-se sobre as "origens" da nobreza, visto não haver nenhum nobre que não seja impelido pelos prestígios de um antepassado, ainda que mítico. Vimos que o estudo de L. Génicot estava construído sobre genealogias. Assim, a pesquisa sobre a nobreza se une diretamente àquela, mais ampla e não menos árdua, cujo objeto é a família medieval.

Pois uma questão se coloca de imediato: ascendência, mas de que lado? Paterno? Materno? Os dois juntos? Na falta de uma indicação clara antes da época moderna, a resposta de L. Génicot é repassada de circunspeção; ela supõe que a nobreza, implicando a liberdade, não podia como esta última transmitir-se senão pelas mulheres; mas que o prestígio crescente da cavalaria, assunto puramente masculino, ampliou, a partir de 1200, o papel do pai na devolução de um estatuto jurídico superior. L. Verriest é mais categórico. Para ele, só o sangue materno enobrece, sempre e em toda parte. Na verdade, suas alegações repousam em textos tardios e muito localizados, que não podem levar à adesão¹². Para uma conclusão válida, convinha realizar nas diversas regiões da França feudal um estudo aprofundado das estruturas familiares¹³.

Parece muito útil examinar, para esse fim — já que não se conservaram antes do século XIV autos constituídos com o único intuito de provar uma nobreza —, a literatura genealógica que floresceu entre o século X e o começo do XIII em certas províncias, da qual foram conservados notáveis fragmentos. De fato, tais documentos esclarecem muito sobre a atitude mental daqueles que mandaram executá-los, sobre a lembrança que esses homens conservaram de seus antepassados e sobre a sua preocupação em celebrá-los. Oferecem da concepção vivida da família uma imagem mais exata que

as árvores genealógicas reconstituídas pelos eruditos modernos de acordo com os seus próprios esquemas. Caberia pois, antes de tudo, fazer a revisão sistemática dessas fontes, já que um bom número de esboços genealógicos estão incorporados em obras literárias, e mesmo em cartas⁴, e depois empreender seu estudo interno, observando de perto nesses textos o respectivo lugar reservado às ascendências de linha masculina e de linha feminina, assim como os qualificativos empregados para exprimir o lustre dos antepassados. Indico, a título de exemplo, o interesse do quadro da própria família esboçado pelo autor dos *Annales Cameracenses*, o cônego Lambert, nascido em 1108⁵. Notar-se-á que sua memória não remonta além dos avós, mas engloba largamente os consanguíneos, mesmo distantes, da geração anterior e se mostra mais fiel para os ramos mais ilustres. A ênfase, com efeito, é aqui vigorosamente dada à glória dos predecessores, às suas ações guerreiras e à lembrança que se conserva delas nas "cantilenas dos jograis". O título de *miles*, enfim, decora tanto o avô paterno de Lambert quanto seus tios maternos e seus primos das duas linhagens; todavia, a palavra *nobilis* e seus derivados só surgem a propósito da avó materna e de seus parentes. Mas se, nesse escrito como em muitos outros, as mulheres sobretudo são denominadas "nobres", não será também porque "cavaleiro" não tem feminino e porque, como acreditei observar nas cartas do Mâconnais, *nobilis* pareceu o único termo conveniente para designar as mulheres de condição social equivalente? Entretanto, quando nos limitamos a considerar as obras literárias estritamente genealógicas e que foram compostas em honra unicamente dos senhores de altíssima posição, temos de convir que a filiação em linha masculina revele quase por inteiro a atenção de seus autores e, por conseguinte, que praticamente só ela tinha valor aos olhos dos grandes que as mandaram redigir para a celebração de sua nobreza. Eis a genealogia dos condes de Angoulême, inclusa na *Historia pontificum et comitum Engolismensium*, da qual J. Boussard fez uma excelente edição⁶ e que foi escrita por volta de 1160 por um cônego de Angoulême. Ela remonta, através de oito gerações, ao segundo terço do século X, a Guillaume Taillefer, herói legendário, e não é totalmente indiferente às filiações femininas, já que faz menção, entre as esposas dos condes, aquelas que deram nascimento aos seus herdeiros. Mas articula-se estritamente de pai para filho e não se desdobra jamais em direção às linhas maternas.

Algumas sondagens preliminares operadas nessa literatura mostram que semelhante disposição linear segundo as primogenituras masculinas, causada por uma transmissão essencialmente masculina da glória familiar e da memória dos antepassados, foi adotada

para filho, e da qual a linhagem trazia o nome: a "raça" apresentava-se assim como uma "casa". Ora, antes do ano mil, as relações de parentesco oferecem nas fontes escritas um aspecto muito diferente: mais nomes de família, mas nomes individuais; o *Geschlecht*, isto é, a linhagem que reúne todos os homens que reivindicam em ascendência paterna um antepassado comum, foi substituído pela *Sippe*, agrupamento impreciso de aliados. K. Schmid utiliza para a primeira metade do século X, época de grande indigência documental, os *libri memoriales* onde, nos grandes estabelecimentos religiosos, eram consignados os nomes dos benfeitores pelos quais a comunidade devia orar; a maneira pela qual os nomes se dispõem uns em relação aos outros reflete a imagem viva dos vínculos de parentesco nos meios aristocráticos; ela revela que o parentesco da mulher e o da mãe desempenhavam então um papel igual ao da ascendência paterna na vida e na consciência da família. Abitudo que outras indicações confirmam e explicam: davam-se de bom grado aos filhos nomes extraídos da linhagem materna; de ambos os lados da filiação, colocava-se na frente aquele cuja nobreza era mais brilhante, que tinha maior prestígio e antepassados mais gloriosos; como as filhas detinham um direito à herança fundiária, os casamentos reuniam, numa mesma comunidade de bens, aliados e descendentes das duas linhagens; enfim, os grandes não se achavam estabelecidos em residências estáveis: nessas famílias de posses muito dispersas e que se moviam ao sabor das heranças e das alianças, não há "casa", mas moradas múltiplas. E, assim, não há "raça".

Seria importante ressaltar a passagem de um sistema de parentesco a outro — que infelizmente ocorreu durante o período mais obscuro da Idade Média —, datá-lo, confrontá-lo com a evolução de conjunto das estruturas sociais. Eis um dos campos de observação que se deve propor aos historiadores da nobreza francesa. K. Schmid esboça uma explicação sobre a Alemanha, cujo grande mérito, a meu ver, é ter afinidade com a história das instituições políticas, pois a própria noção de nobreza e sua consistência se encontravam, sem dúvida, estreitamente associadas aos atributos do poder. Na época franca, existia ainda assim uma "casa", a do rei, e é de notar que a família real tenha sido a primeira a se manifestar como uma "raça", limitando ao *agnatio* os nomes dos filhos, confinando numa situação subalterna as alianças através das mulheres. Ora, só agregando-se à casa do rei podia um nobre fazer então sua fortuna, ali vivendo em sua adolescência entre os outros "manteúdos", obtendo em seguida benefícios e honrarias do chefe. Logo, nobreza completamente doméstica (*Hausadel*) e que, por isso, não podia organizar-se em "casa" particular. Ora, quando se distribuíam os

da maneira muito geral na alta aristocracia do século XII. Mas uma observação atenta revela que as genealogias compostas em tempos mais remotos concedam sem dúvida um espaço mais amplo às linhagens femininas. Os quadros familiares do século XI, os que concernem aos condes de Anjou, por exemplo, também são construídos de modo a estabelecer antes de tudo a filiação do título de conde, transmitido de pai para filho, mas abrem-se mais largamente para as alianças matrimoniais e para os vínculos de parentesco que se formaram por intermédias femininas. E, muito mais nitidamente ainda, o mais antigo de todos esses escritos genealógicos, aquele que descreve a ascendência do conde Arnoul de Flandres, composto entre 951 e 959, insiste sobretudo nas mulheres, no lustre de sua linhagem; as únicas datas que ele menciona são as dos casamentos; e o propósito único da obra é assegurar a nobreza do conde Arnoul, ligando-o, pela avó, à família carolíngia. Tal mudança de perspectiva bem poderia ser um dos indícios de uma mutação que afetou, nas imediações do ano mil, as estruturas da família aristocrática no Ocidente e suas representações na consciência coletiva.

Com efeito, essa constatação pode ser aproximada de alguns resultados de uma pesquisa geral sobre a nobreza dos países renanos, realizada há alguns anos em Friburgo-em-Breisgau sob a direção de G. Tellenbach¹⁵. Entre os trabalhos já publicados, citarei especialmente o de K. Schmid, porque este propõe abordar de um novo ângulo o estudo das linhagens dominantes da época pós-carolíngia e feudal¹⁶. O ponto de partida dessa pesquisa é uma consideração acerca de método formulada por G. Tellenbach¹⁷; torna-se muito difícil seguir para além dos séculos VIII-IX os rastros das raças aristocráticas; essa dificuldade decorre sem dúvida do fato de as personagens já não usarem nos textos sobrenomes familiares e de serem designadas por um único nome, que se pode confundir com o de outros indivíduos; porém ela não é apenas uma questão de fontes, exprimindo um traço particular da mentalidade nobre que não atribuía então às filiações agnáticas a superioridade reconhecida nas épocas posteriores, mas situava no mesmo plano cognatos e agnatos. Observando de perto a nobreza da Alemanha, K. Schmid conseguiu evidenciar mais claramente esse contraste. No século XII, a concepção da família era resolutamente dinástica: remontava-se aos antepassados através dos homens, e quando, no fim do século, começou a disseminar-se o uso dos brasões, a simbólica heráldica se organizou de modo a conservar a lembrança da origem agnática comum nos ramos laterais assim que estes se constituíram em linhagens independentes. Tal representação apoiava-se principalmente na ideia de uma residência comum, berço da família, passada de pai

cargos, os carolíngios escolhiam, num grupo de aliança dos antigos titulares, entre os descendentes, os parentes pelo sangue ou os aliados, sem limitar-se de modo algum à linha agnática e muito menos à primogenitura²¹. Assim, só depois de libertar-se da domesticidade real, de apropriar-se de um poder autónomo, de uma senhoria particular, é que as famílias nobres se ordenaram em dinastia. "A casa de um nobre torna-se uma casa nobre quando se converte no centro e no ponto de cristalização independente e duradouro de uma raça à qual confere o poder." Desse modo a passagem da *Sippe* ao *Geschlecht*, o fortalecimento progressivo da linha masculina, que aos poucos se reservou a transmissão hereditária da autoridade, da fortuna territorial, da glória ancestral e, por consequência, da nobreza, aparece como um dos aspectos do advento do "feudalismo". Esse advento ocorreu através de etapas sucessivas cujo ritmo não foi o mesmo em todas as províncias, aqui mais precoce, acolá mais retardado. A autonomia foi conquistada primeiro pelas casas dos condes — cujos chefes foram nos textos latinos distinguidos pelo título de *dominus* —, depois pelos senhores dos castelos e do poder banal — cujas famílias eram, no Mâconnais, organizadas em linhagens antes do ano mil — e enfim, mais tarde, de maneira mais sensível, pelos cavaleiros em torno de sua morada, que se tornou, no fim do século XII ou começo do XIII, uma "casa-forte". A apropriação do poder de comandar e de punir, que só o homem pode exercer e que ele transmite ao filho, a hereditariedade puramente masculina da honra, do feudo, do título, do sobrenome familiar, das armas, a exclusão progressiva das filhas casadas da herança paterna, tudo isso contribuiu poderosamente, sem nenhuma dúvida, para dar às famílias nobres, sobretudo às mais ilustres, seu feio dinástico e, ao mesmo tempo, para relegar ao segundo plano a filiação materna, para restringir singulamente seu papel na própria transmissão da "nobreza". Conviria verificar se esse movimento não coincide bem exatamente com a exaltação da vocação guerreira, da espada, da milícia. Em todo caso, para verificar essas hipóteses de pesquisas, importa observar de perto a literatura genealógica, a história dos costumes sucessórios, a política matrimonial das grandes famílias, a evolução do brasão (a heráldica é, entre as ciências auxiliares, a mais preciosa para esse gênero de estudos). Pode-se esperar de tal pesquisa que ela faça ressaltar no conjunto das províncias francesas grandes diversidades regionais, que delimite mais exatamente a zona onde, no Império e em suas extremidades, como em Champagne, Barrois, Franco-Condado e Namur, o costume mantém em uso a transmissão da qualidade nobre pelas mulheres, ao passo que, segundo parece, ele admitia alhures, desde o fim do século XI, a

sionada que outras pelas incursões normandas e que reclamava a ajuda das demais províncias do Império, as famílias dominantes já estavam solidamente implantadas em 845 e constituíam, ao redor de Roberto, o Forte, uma rede estável de devotamento vassálico. K. F. Werner acaba por deitar por terra as hipóteses de Marc Bloch, estabelecendo a continuidade da aristocracia da Bacia Parisiense entre a época carolíngia e a metade do século X, ponto de partida das genealogias feudais seguras. Mas, nesse corpo social de direção política, ele discerne diferentes níveis. No topo, a *Reichsaristokratie*, definida por G. Tellenbach, formada por alguns grupos de parentes espalhados pelo conjunto do Império e cumulados das mais altas honrarias: aqui ela está muito bem representada por Roberto, o Forte, que foi da França oriental à região de Tours mas encontrou no local parentes e amigos. Os membros dessa pequena elite davam provas de grande mobilidade e exerciam aqui e ali lideranças efêmeras. Abaixo deles, distingue-se em compensação, desde o meado do século IX, uma aristocracia regional muito mais bem fixada¹⁷ e que se decompunha, por sua vez, em dois escalões: de um lado os condes e os viscondes, de outro os *vassi dominici* e os *vicani*. No segundo quartel do século X, estes últimos deixaram de estar diretamente ligados à autoridade real e passaram a subordinar-se inteiramente aos primeiros, que os fizeram participar, através do sistema de concessão precária, da fortuna territorial dos grandes estabelecimentos religiosos. Esses dois escalões estavam nitidamente separados: quando entravam para a Igreja, os filhos de *vassi dominici* tornavam-se cônegos, os filhos de condes, bispos; não se observam alianças matrimoniais entre um grupo e outro; o segundo era em parte formado pelos ramos laterais das linhagens de condes, mas ramos que, em caso de herança vacante no tronco mestre, jamais colhiam as grandes honras, que eram logo confiadas a outros membros da categoria superior. Todavia, os dois grupos constituíam juntos o corpo dos "nobres", separados dos simples homens livres por um largo fosso. Estes, vassallos dos *vassi dominici*, não aparecem nas listas das testemunhas que, nos séculos IX e X, subscriviam as atas dos robertianos. Existia, pois, desde a Alta Idade Média, uma "nobreza" participante do poder público, ligada inicialmente à casa real mas pouco a pouco se separando dela, consciente de sua posição e da honra de sua ascendência e, por conseguinte, fechada aos novos-ricos¹⁸. Essa nobreza constitui a raiz da alta aristocracia dos tempos feudais — os *vassi dominici* do século IX são os antepassados dos castelões do século XI e dos "barões" do XII, ela mantém a distância das famílias da aristocracia média, aquelas que forneceram mais tarde os cavaleiros, mas que, desde então, e isso não concorda com as deduções de L. Gênicot, usufruíam de liberdade jurídica.

Por volta do ano mil, a palavra *miles* se difunde pelas regiões francesas como um título que qualifica determinados indivíduos. Será preciso ver em todos esses cavaleiros os *ministeriales*, servidores armados das grandes famílias, quase indistintos dos demais criados? Alguns dentre eles por certo permaneciam numa condição muito modesta. P. Petot assinalou recentemente a existência, em Flandres e na Champagne, mas também em Berry e na região parisiense, de cavaleiros-servos situados numa posição semelhante à do *Ritter* alemão; o que lhe faz atribuir ao espírito de simplificação de Beaumanoir a nítida oposição que este propõe entre a cavalaria e a servidão²⁹. Esta observação leva a examinar mais de perto o estatuto desses homens que os textos dos séculos XI e XII denominam *miles castri* e sobre os quais, para a Borgonha, os trabalhos de J. Richard chamaram especialmente a atenção³⁰. Que relações mantinham com o senhor da fortaleza à qual estavam ligados e que vinham guarnecer em caso de alerta? Saíam eles de sua domesticidade? Deviam unicamente à sua generosidade todos os bens fundiários que os vemos possuir nas aldeias circunvizinhas, os quais lhes asseguravam uma situação econômica autônoma, aliás muito superior à dos camponeses? Na verdade, parece, pelo menos na França central, que os cavaleiros do século XI possuíam feudos minúsculos e que sua fortuna era constituída essencialmente de alódios. As observações de E. Perroy, relativas a duas linhagens cavaleirescas ligadas ao castelo foreziano de Donzy³¹, confirmam as observações que uma documentação excepcionalmente farta me permitiu fazer na região do Mâconnais. Lá, os cavaleiros, incontestavelmente tidos por homens livres, pertenciam a famílias abastadas e a maioria deles reivindicava os mesmos ancestrais que os castelões, seus senhores; para seus filhos, preencher as funções cavaleirescas parece ter sido, desde essa época, uma capacidade estritamente hereditária. Mas a imagem não é válida sem verificação para o conjunto da França, e pode-se desde já supor que ela não se aplica à França do Noroeste, às regiões litorâneas do Norte e da Mancha. Ainda no século XII, nessa região, muitos cavaleiros viviam, com efeito, de uma prebenda, em condição doméstica, no castelo de seu senhor; e a aplicação precoce do direito de primogenitura impelia freqüentemente a aventura os filhos caçulas que, celibatários, obrigados a fazer fortuna por si mesmos, iam agregar-se às companhias militares de vassallos, constituídas na "casa" dos poderosos³².

Parece, por outro lado, que a exaltação da condição de cavaleiro foi bem mais precoce nas regiões francesas que na Alemanha. A formação nos meios eclesiásticos de um conceito do *miles christi*, auxiliar da igreja, que ganha a salvação cumpindo nos moldes da

moral cristã os deveres de seu estado, deve ser colocada na época carolíngia²⁵, e foi durante o século X que amadureceu rapidamente a noção de uma "ordem" de militares, encarregada de uma missão geral de proteção, entre o povo de Deus, digna, por isso mesmo, de certos privilégios jurídicos. Ela estava muito firme quando foram introduzidas as instituições da paz de Deus, que a garantiram ainda mais solidamente. Os regulamentos de paz, com efeito, estabeleceram o conjunto dos *militēs* num estatuto particular, muito superior ao dos camponeses. Era o momento em que se operava uma nova distribuição dos poderes de comando, em que se instalavam os "costumes" exigidos pelos detentores do direito de convocação *ban* e dos quais foram isentados os cavaleiros. Seu grupo afirmou-se, pois, nitidamente já no século XI, muito antes da fundação das ordens religiosas militares²⁶, como um corpo privilegiado tanto no plano temporal quanto no espiritual, ao qual a Igreja propunha o exercício de virtudes particulares e tipos exemplares de vida religiosa, especialmente adaptados à sua atividade profissional. Orderic Vital relata que, no círculo do marquês de Chester, Hugues d'Avanches, um padre, pregava aos cavaleiros a *expendatō vitae* e escolhia como temas de seus sermões a vida dos santos militares, Demétrio, Jorge, Sebastião, Teodoro, Maurício, Eustáquio, e também a do conde-monge Guilherme da Aquitânia²⁷. A concepção "germânica" expressa ainda no século XII por Honorius Augusto-dunensis, que apresentava o gênero humano dividido desde o dilúvio em três ordens hierarquizadas — os "livres", descendentes de Sem, os cavaleiros, descendentes de Jafé, e os servos, descendentes de Cão —, opõe-se, mais de cem anos antes, o conhecido esquema de Adalbéron de Laon, que reparte os leigos em apenas duas categorias e coloca acima dos servos o conjunto dos cavaleiros, "protetores das igrejas, defensores do povo" e livres de qualquer coerção²⁸. Certo, na França se manteve a idéia de uma nobreza de sangue cujo brilho precedia e ultrapassava a honra da cavalaria. Adalbéron exprime isso dizendo que "os títulos dos nobres lhes vêm do sangue dos reis de que descendem"²⁹. Ela estava também claramente proclamada, no fim do século XII, na literatura romanesca: Percival é nobre sem o saber e sua mãe quis educá-lo fora da cavalaria; no entanto, a força do seu sangue generoso triunfa sobre sua educação tímida e o arrasta às virtudes cavaleirescas; "cuidai para que a cavalaria seja tão bem empregada em vós que o amor de vossa linhagem nela se possa preservar", tal é o conselho que Galaad, na *Busca do Graal*, dá ao filho de rei a quem acaba de armar cavaleiro³⁰. Mas é evidente que, já no século XI, os costumes franceses distinguem dois grupos jurídicos: os cavaleiros, livres de ex-

ploração banal, entre os quais se encontravam os nobres, e os outros; os testemunhos laicos das atas estavam repartidos desse modo, e os nobres já se adornavam com o título cavaleiresco. Evocando o avô ou o tio-avô paterno, os viscondes de Marselha, em 1040, designavam-nos *nobilissimus miles*; seu pai, Guillaume, que tinha e seis anos antes se fazia receber agonizante na comunidade beneditina de Saint-Victor, já proclamava que abandonava, para o serviço de Deus, a *militia saecularis*¹⁷. É aqui que se afigura muito necessária uma pesquisa geral sobre a cerimônia da investidura do cavaleiro, sobre seus ritos, sua evolução, da qual em verdade muito pouco se sabe.

Em compensação, vê-se desde os primeiros anos do século XIII operar-se na França central, bem como em Brabante e em Namur, a aproximação dos diferentes níveis da aristocracia no seio da cavalaria. Contemporâneos, os fenômenos são idênticos aqui e lá: *dominus* ou *messire*, qualificativos reservados até então aos detentores do poder banal, são doravante empregados por todos os cavaleiros, e só por eles; ao mesmo tempo, alguns filhos de cavaleiros, cada vez mais numerosos, já não são armados cavaleiros logo que chegam à idade adulta e são distinguidos por um novo título: "escudeiro" ou "danzel". Entretanto, para explicar tais mudanças, parece que não nos devemos contentar em invocar a exaltação da dignidade cavaleiresca (muito mais antiga na França, como acabamos de ver) e as dificuldades econômicas da nobreza (pois de modo algum é certo que a maioria dos nobres tenha conhecido a pobreza já nessa época e porque, por outro lado, não foram, muito pelo contrário, as famílias mais modestas que renunciaram mais cedo a fazer armar os filhos cavaleiros). O fortalecimento dos poderes principescos parece ter desempenhado nessa evolução um papel muito mais determinante. O nivelamento das camadas aristocráticas se operou, com efeito, sob a autoridade reconstituída dos príncipes territoriais, que submeteu os castelões independentes reduzindo-lhes o poder, no próprio momento em que o *ban* inferior era confiado na paróquia aos cavaleiros de aldeia; foi então que estes se apropriaram de um sinete e transformaram sua residência em casa-forte. A elevação dos simples cavaleiros ao nível da antiga *nobilitas* dos donos de castelos coincide com a dispersão dos direitos senhoriais, da talha, da baixa justiça, com uma vulgarização da autoridade banal.

Nesse momento, aliás, a reconstituição dos estados abria, de outra maneira, uma nova fase na história da nobreza. Ser nobre, com efeito, era escapar ao fisco. Importava, pois, ao príncipe controlar o número dos pertencentes a essa categoria isenta de tributos, estabelecendo critérios que autonomizavam a isenção. Estes, de ordinário, foram duplos — e vemos aqui nobreza e cavalaria acabar de confundir-se —, fundamentados ao mesmo tempo no sangue e na

investidura do cavaleiro: para participar das liberdades fiscais, foi preciso reivindicar um antepassado cavaleiro. Regulamentos fixaram os graus de ascendência, o sétimo para os "homens de lei" de Namur; tratando das "liberdades dos cavaleiros", os estatutos de Fréjus, promulgados no século XIII pelo conde de Provença, isentavam da *quiste* condal, além dos cavaleiros, os filhos e os netos de cavaleiros; mas, caso não se tivessem feito armar cavaleiros, passados os trinta anos, estes últimos perdiam a sua franquia. Acrescentemos que, para conservar o seu estado, os nobres provençais eram obrigados, já nessa época, a não ajudar nas tarefas camponesas⁴⁰. O controle do estado introduziu, portanto, muito cedo a noção de perda dos foros de nobreza, e não se pode concordar com L. Verriest quando ele nega qualquer relação entre a condição econômica de um indivíduo e o seu estatuto jurídico. De qualquer modo, desde então a nobreza teve de ser provada; os postulantes foram obrigados a produzir perante a administração atas originais em que seus ascendentes traziam qualificações particulares. Não é indiferente observar que, no século XVII, os títulos recebidos não eram semelhantes, em todas as províncias da França: "escudeiro" e "cavaleiro" em toda parte, mas "nobre" em Flandres, Artois e Hainaut, no Franco-Condado, Lyonnais, Delfinado, Provença, Languedoc e Roussillon, "noble homme" em Béarn, Guyenne e Normandia. A diversidade dos qualificativos nobiliários é um novo convite para não tratar, na pesquisa das relações entre nobreza e cavalaria nos tempos feudais, toda a França como um corpo homogêneo.

Último problema: qual foi o grau de fluidez da nobreza medieval? Em que medida esse grupo social foi rejuvenescido e renovado pela intrusão dos novos-ricos? L. Génicot mostra excelentemente as poucas famílias da "nobreza" de Namur, primeiro proliferando e diversificando-se em ramos, depois reduzindo-se pouco a pouco, a partir do século XIII, pela extinção progressiva das linhagens. É desejável que, seguindo o seu exemplo, os historiadores comecem a estudar nas províncias francesas a demografia das famílias aristocráticas, que talvez não apresentasse as mesmas características das demais camadas sociais. É impressionante, em especial, observar com que rapidez certas linhagens nobres da época feudal se estiolaram e desapareceram. Tomo à *Historia comitum Ghisnensium* de Lambert d'Ardres⁴¹ o exemplo da posteridade do castelão de Bourbourg, Henri, que morreu depois de 1151; tivera ele doze filhos, dentre os quais sete de sexo masculino; dois destes foram clérigos, dois

outros morreram de acidente, um *adulescentulus*, o outro já cavaleiro; um quinto perdeu a vista num torneio, o que o impediu de disputar a sucessão de seu pai e, parece, de se casar. Baudouin, o primogênito, sucessor de Henri no castelo, casou-se duas vezes, mas suas esposas não lhe deram descendência; o mais moço dos sete filhos tomou-se então castelão e contraiu matrimônio, mas seu único herdeiro do sexo masculino morreu ainda criança, em 1194, e toda a magnífica sucessão de Henri de Bourbon coube a sua única neta em linha paterna, Béatrice, presa tentadora para os jovens nobres em busca de estabelecimento, e que foi conquistada com muita luta por Arnoud, filho do conde de Guines. Vemos por esse exemplo que os destinos biológicos da nobreza eram então muito ameaçados. Em primeiro lugar pelos riscos inerentes à existência militar, vida rude, como se sabe, e por vezes entremeada de reais perigos. Mas também por hábitos de restrição demográfica: para evitar a dispersão da herança, para assegurar ao primogênito, herdeiro do título e da honra, uma senhoria não-desmembrada, colocava-se o maior número possível dos mais moços no estado eclesiástico e evitava-se casar os demais. O prolongamento da linhagem encontrava-se então à mercê de um acidente guerreiro ou de uma união estéril. Rápidas sondagens nas genealogias da alta nobreza da Bacia Parisiense permitiram-me verificar nesse grupo social a frequência, no século XII, de duas situações individuais, aliás complementares: a do aventureiro celibatário, obrigado a buscar fortuna fora da casa paterna e que muitas vezes morre em combate, e a do herdeiro único, alvo de todas as estratégias matrimoniais.

Estudando a condição pessoal de sessenta nobres do Forez, pertencentes a quarenta e três linhagens, que se coligaram em 1314-1315 contra o fisco real, E. Perroy oferece a mais rica das contribuições recentes para o conhecimento das estruturas reais da aristocracia¹⁵. Entre os sessenta coligados, quatro eram viúvas de cavaleiros, vinte e nove cavaleiros eles próprios, mas vinte e sete não haviam sido armados e usavam apenas o título de "donzel"; onze morreram nessa condição e, dos dezesseis restantes, somente seis foram armados cavaleiros antes dos quarenta anos, cinco antes dos cinquenta, quatro antes dos sessenta e o último ainda mais velho: não se pode dizer que havia muito empenho em pugnar pela honra cavaleiresca. Onze coligados desapareceram sem deixar descendência masculina, e a posteridade dos outros vinte e seis estava extinta menos de um século depois da aliança de 1315. Esses números permitem avaliar o ritmo em que se operava então a renovação da nobreza. Pois, para a defesa de seus privilégios comuns, lutavam ao lado de poderosos barões de antiquíssima linhagem homens novos que só recentemente se ha-

viam introduzido entre os fidalgos. Era o caso de Guillaume Fillet, agente condal, plebeu por nascimento, armado cavaleiro sete anos antes, de Pierre du Verney, burguês de Montbrison ainda em 1304, filho de um banqueiro do conde; de Pons de Curnieu, simples donzel de extração camponesa. Acrescentarei que catorze desses cinquenta e seis nobres tinham desposado herdeiras e deviam o melhor de sua fortuna a tais alianças; pode-se até pensar que foram matrimônios felizes como esses que permitiram a Pierre du Verney e a seu sobrinho Guillaume alcançar a qualidade de cavaleiros e, embora saídos do comércio, figurar entre os nobres. Todos esses dados concordam plenamente com aqueles que as pesquisas de L. Gênicot proporcionaram sobre a aristocracia de Namur nos últimos séculos da Idade Média e mostram que, malgrado os esforços dos príncipes para limitar as isenções fiscais, para estabelecer um estrito controle sobre o acesso à nobreza, esta era no século XIV uma classe largamente aberta. A extinção das antigas linhagens era aí constantemente compensada pelo acolhimento de novas famílias alçadas por suas alianças, suas funções ou sua fortuna.

Não obstante, é-me difícil renunciar à imagem de uma espantosa permanência das famílias cavaleirescas entre o começo do século XI e o fim do XII, que me foi comunicada pelo exame de muitas fontes do Mâconnais. Estas revelam, de fato, que os descendentes desses mesmos homens que, após o ano mil, foram os primeiros a ostentar a qualidade de cavaleiro no círculo dos castelões, se achavam, ao aproximarem-se o ano 1200, estabelecidos nos mesmos patrimônios e na mesma superioridade econômica que seus ancestrais; em seu nível, não havia novos-ricos, mas primos oriundos das mesmas linhagens; entre todas essas famílias, as que se extinguíram sem posteridade ao longo dessas cinco ou seis gerações parecem ter sido muito pouco numerosas e o vazio que deixaram foi preenchido, não pela ascensão de pessoas do povo, mas pelos ramos das antigas raças que encontravam um campo mais largo para estender-se. Os estudos genealógicos sobre as linhagens do Forez, que E. Perroy está empreendendo a partir das listas de 1315, mostrarão se o caldeamento da nobreza e sua rápida renovação, alestados no limiar do século XIV no sudeste do reino da França, revelam-se igualmente vivos antes do século XIII.

Pode-se, efetivamente, perguntar se em muitas regiões francesas a aristocracia — que a qualificação de cavaleiro reunia num mesmo corpo favorecido por privilégios jurídicos, mas em que os "nobres", restrita elite formada pelos rebentos das velhas raças aliadas aos reis francos e pelos herdeiros destas no exercício dos direitos de *ban*, continuavam a diferenciar-se nitidamente da massa dos sim-

ples cavaleiros, de seus primos de ramos adjacentes ou dos descendentes dos homens livres possuidores de fortuna da Alta Idade Média — não permaneceu bastante estável até as imediações de 1180. Não foi somente depois dessa data que uma circulação monetária mais ativa, o atrativo das residências urbanas e as mutações de gênero de vida que ele suscitou, o fortalecimento da autoridade principesca e a profunda reordenação dos poderes de comando e das hierarquias jurídicas que ele determinou, vieram prevalecer, numa evolução acelerada, sobre os quadros da sociedade feudal e perturbar em particular as estruturas da nobreza? Parece conveniente fechar esse apanhado e esse convite ao prosseguimento de uma pesquisa com uma última interrogação.

As origens da cavalaria*

No século XIII, a cavalaria forma no conjunto do Ocidente um corpo muito bem delimitado e que realmente se estabelece no centro do edifício social. Ele se apropriou da superioridade e da excelência antes ligadas à noção de nobreza. Nela se encarnam os valores mestres de uma cultura. Como se forjaram os modelos, as imagens, as representações mentais que deram estrutura a esse corpo e que o instalaram nessa posição eminente? Como alcançou tal coerência, como encontrou os seus limites? Como a idéia de nobreza veio finalmente se casar com a idéia de cavalaria? Ainda não é possível, hoje, dar respostas plenamente satisfatórias a essas perguntas, alinantes aos problemas mais profundos e mais árduos colocados pela sociedade medieval. Pode-se, pelo menos, arriscar a propósito deles algumas reflexões, algumas sugestões preliminares, algumas hipóteses de pesquisas, apoiando-se notadamente em certas pesquisas realizadas recentemente a respeito da noção de nobreza e da noção de pobreza. Eis, pois, um pequeno número de observações. Elas se referem quase todas à França, porque minha experiência pessoal de tais problemas repousa no estudo de documentos franceses, mas também porque a lenta evolução de que se trata aqui foi aparentemente mais precoce nas regiões francesas que em qualquer outro lugar.

*Texto publicado em *Ordinamenti militari in Occidente nell'alto medioevo*, Spoleto, Presso La Sede Del Centro, 1968, pp. 739-761.

Já que se trata de delimitar e de caracterizar um determinado grupo social, de verificar como ele conseguiu inserir-se entre as demais categorias da sociedade e de discernir, no fim das contas, a imagem que os homens da época fizeram progressivamente de sua situação e de seus atributos, parece ser bom método fundar-se de início num estudo de vocabulário. No século XIII, uma palavra latina, *miles*, era uniformemente empregada para mostrar que o indivíduo pertencia a esse grupo coerente que era então a cavalaria. Em que momento, de que maneira esse termo se introduziu no uso? Não vejo, de minha parte, melhor modo de abordar o problema. Sob a condição, todavia, de limitar desde o início a pesquisa a uma certa linguagem, a dos diplomas, das contas e das notícias, a mais re-veladora neste caso, pois que é técnica, em todo caso mais estrita que a das obras literárias, e porque ela se mostra por natureza especialmente atenta em definir estatutos jurídicos, em qualificá-los, em distingui-los dos demais. Por certo esse vocabulário é muito atualizado, cristalizado, rebelde às inovações. Nunca se deve esquecer o tempo, por vezes muito longo, que ele leva ordinariamente para refletir o que modifica no concreto a condição das pessoas. Pelo menos, o momento em que acolhe enfim um título particular para designar especialmente os membros de uma nova categoria social deve ser considerado sem contestação como aquele em que a existência desse grupo é unanimemente reconhecida, consagrada, totalmente admitida pela consciência coletiva e transmitida como uma estrutura estável às gerações posteriores.

1. Para apreender o aparecimento e a difusão da palavra *miles* nesse vocabulário especializado, apoiar-me-ei em primeiro lugar no resultado das pesquisas que empreendi, vinte anos atrás, nos documentos da região do Mâconnais, especialmente nos cartulários da abadia de Cluny. Com efeito o material aí se mostra, para o período de mudança desta história (os anos próximos ao ano mil), de excepcional densidade. Nenhuma pesquisa sobre o vocabulário empregado para designar a aristocracia foi até aqui, ao que sei, levado tão longe, e seus resultados passaram com sucesso pela prova da crítica. Contentar-me-ei em resumir muito brevemente os fatos que pude estabelecer e que estão publicados em meu livro sobre a sociedade na região do Mâconnais¹.

a) É exatamente em 971² que a palavra *miles* aparece nas atas que foram conservadas. Em algumas delas, nas notícias que relatam um acordo perante uma assembléia judiciária, nas concessões de bens em caráter precário e nas atas de trocas, vê-se desde então esse termo substituir progressivamente qualificativos que insistiam anteriormente na subordinação vassálica, como *vassus* ou *fidels*.

ou, como *nobilis*, no lustre do nascimento. Em 1032, a transferência está consumada: o vocábulo cavaleiresco substituiu as outras formas verbais que exprimiam a superioridade social. Doravante, vemos-lo empregado de duas maneiras: seja individualmente e como título pessoal por homens que o exibem no protocolo inicial ou no protocolo final das cartas, seja coletivamente, para expressar a qualidade particular de certos membros de uma corte de justiça ou de certas testemunhas. Todavia, por muito tempo ainda a palavra *miles* permanece de uso excepcional e bastante irregular.

b) Por volta de 1075, nova mudança. O emprego do título — que havia algum tempo se incorporava muito mais intimamente ao nome dos indivíduos por ele decorados, inserindo-se entre o seu *nomen* e o seu *cognomen*² — se difunde bruscamente. Os escribas acostumam-se a aplicá-lo sistematicamente a todos os homens que ocupam uma determinada posição. Assim, no cartulário do mosteiro de Paray-le-Monial, constituído entre 1080 e 1109, pode-se verificar que todas as personagens que não são por ele adornadas pertencem a camadas sociais nitidamente distintas da aristocracia laica.

c) Por fim, nos últimos anos do século XI, as fórmulas das cartas revelam três modificações conjuntas. Por um lado, os mais altos senhores da região, como o *sire* de Beaujeu, nas cartas que mandam redigir em seu nome, começam então a adotar-se pessoalmente com o qualificativo cavaleiresco³; este, por outro lado, parece a partir daí, em certas locuções, definir menos a situação de um indivíduo do que a de todo um grupo familiar⁴ — o que implica que a distinção social manifestada por esse título é considerada desde então como o bem de uma linhagem, em que ela se transmite de geração em geração; enfim, quando elaboram listas de testemunhas, os escribas, a partir desse momento, preocupam-se em opor um ao outro, entre os leigos, dois grupos, o dos cavaleiros, dos *miles*, e o dos "camponeses", dos *rustici*⁵. Esses novos empregos da palavra *miles* permitem pensar que, na região do Mâconnais, o movimento iniciado antes de 980 chega ao seu termo no fim do século XI. Após essa data, com efeito, a linguagem das atas jurídicas trata a cavalaria como um grupo coerente, compacto, estreitamente unido em torno de uma qualidade familiar e hereditária, como um corpo que se incorporou aos escalões superiores da nobreza e que, por conseguinte, se identifica com toda a aristocracia laica.

2. Com essas observações, referentes a uma pequena província da França central, é possível hoje confrontar outras que, na verdade, permanecem também totalmente locais e que parecem menos sólidas e menos nítidas porque repousam num material documentário muito mais pobre.

a) Evocarei em primeiro lugar o que ressalta de algumas sondagens operadas nas fontes, muito dispersas, da Provença. Aqui, a palavra *miles*, que possui um equivalente, *cavallarius*, parece ter sido adotada pelos redatores de cartas depois de 1025, portanto sensivelmente mais tarde do que no Maconnais. Mas, em compensação, manifestam-se dois fenômenos muito mais precoces: a oposição formal, nas listas de testemunhas, entre cavaleiros e camponeses (primeiro exemplo conhecido em 1035⁹); a adoção do qualificativo cavaleiresco pelos grandes senhores: em 1036, no preâmbulo de uma notícia do cartulário de Lérins, a mãe dos dois "príncipes" de Antibes diz a respeito de um deles que é bispo, do outro que é cavaleiro¹⁰. É também a partir de 975 que A. Lewis vê, a oeste do Ródano, as menções de cavaleiros se multiplicarem nos documentos e, após 1020, o título cavaleiresco usado por castelões¹¹.

b) Na Ile-de-France, as pesquisas minuciosas conduzidas por J.-F. Lemaignier nos diplomas dos primeiros capetíngios mostram a palavra *miles* entrando em uso em 1022-1023, isto é, no mesmo momento em que aparecem os primeiros indícios comprobatórios da existência de castelarias independentes; desde 1060, o título é usado por castelões¹².

c) Seja-me permitido, enfim, aproximar destas observações esparsas alguns resultados de pesquisas que estou desenvolvendo atualmente sobre as estruturas familiares da aristocracia e sobre os escritos genealógicos da França do Norte. Extraio delas duas observações complementares: essas fontes mostram que, nos países flamengos, e, o mais tardar, no último terço do século XII, os filhos dos grandes senhores atribuíam o mais alto valor à sua qualidade de cavaleiro; mostram, por outro lado, que a família de um homem como Lambert de Watterlos, o autor dos *Annales Cameracenses*, que se situava no grau mais modesto da aristocracia, começara a ordenar-se em linhagem em torno da qualidade cavaleiresca no meado do século XI¹³.

Importância, é claro, prosseguir as investigações e multiplicar as pesquisas regionais. É lícito esperar muito, por exemplo, das pesquisas atualmente conduzidas no sul do reino de França, na região de Toulouse e na Catalunha, pelos alunos de Philippe Wolff. Mas, no presente estado do trabalho histórico, já se pode perceber a existência de uma evolução que se desenvolve nos níveis superiores da sociedade laica ou que, de preferência, vai modificando aos poucos a imagem que os homens faziam de si mesmos e de seu estatuto jurídico na época da aristocracia. Já é possível, também, discernir a orientação e a amplitude dessa evolução. Sem dúvida o movimento leve lento desenvolvimento em certas regiões, já que por vezes seu

ponto de partida deve ser situado o mais tardar nos anos setenta do século X e ainda está em andamento nas imediações do século XII. Talvez ele fosse mais brusco na parte mais meridional dos países franceses, aquela em que a instituição real se enfraquecera mais cedo. Seu momento decisivo parece estabelecer-se por toda parte no segundo terço do século XI. Ele consegue, em todo caso, unir — através do uso comum de um título, a palavra *milites*, e da participação comum nos valores morais e na superioridade hereditária que esse título exprimia — as diversas camadas da aristocracia e, assim, mesclar os mais elevados desses estratos, aqueles que até então haviam formado propriamente a nobreza, com os mais ínfimos.

3. Mas se, sem deixar de empregar os mesmos métodos, deslocarmos a observação para outras regiões, se transpusermos ao norte e a leste as fronteiras do reino de França, perceberemos que o movimento que se completava no Mâconnais por volta do ano 1100 só um século depois atingiu a Lotaringia e as províncias germânicas. De fato, por todo o século XII, o vocabulário jurídico continua a distinguir claramente, nessas regiões, uma "nobreza", identificada com a verdadeira liberdade, de uma cavalaria que é considerada como nitidamente subordinada. Léopold Génicot mostrou, por exemplo, que as fórmulas finais das cartas de Namur, até cerca de 1200, põem cuidadosamente à parte as testemunhas que são *nobiles* e as que não passam de *milites*. Como fazem, até por volta de 1225, os escribas do ducado de Gueldre¹⁷. Como faz em sua crônica do Hainaut o excelente observador das realidades jurídicas que é Gislebert de Mons¹⁸. Como faz ainda, em 1207, a ordenação de Filipe da Suábia¹⁴. E outras fontes que não são jurídicas manifestam de maneira notória a existência, nas representações mentais, de uma distinção estrita entre nobreza e cavalaria. Em seu tratado *De imagine mundi*, Honorius Augustodunensis explica que o gênero humano foi distribuído após o dilúvio em três categorias sociais: os *liberi*, filhos de Sem, os *milites*, filhos de Jafé, e os *servi*, filhos de Cão¹⁵. Faz-lhe eco, algumas décadas mais tarde, uma crônica alsaciana de 1163 evocada por Karl Bosl¹⁶, onde se pode ler que Júlio César, depois de haver conquistado as Gálias, estabelece os senadores como *principes* e os simples cidadãos romanos como *milites*, de sorte que desde então os cavaleiros, superiores aos rústicos mas inferiores aos nobres, cooperam para a manutenção da paz.

Tal é o ensino de um certo vocabulário. Resta interpretá-lo, isto é, colocar três questões: por que, na França do fim do século X,

a palavra *miles* começa a ser preferida pelos escribas a outros termos para definir uma superioridade social? Por que os valores que esse vocábulo encerrava se tornaram o cimento do que nos é lícito chamar de uma consciência de classe? Por que, enfim, esse movimento foi próprio do reino de França (na falta de estudos adequados, vê-se ainda muito mal o que ocorreu na Itália, na Inglaterra e nos reinos cristãos da Espanha) e por que os países do Império, que acolheram a noção de cavalaria, não a confundiram logo com a noção de nobreza?

1. Para tentar responder à primeira dessas questões, o meio mais seguro é ainda voltar à palavra, mas passando dessa vez do recenseamento à semântica, procurando qual era o seu significado na época em que foi adotada pelos redatores de cartas e, nos países franceses, preferida a outros termos, como *fidelis*, como *nobilis* sobretudo, que ela acaba por eclipsar. De que peso, de que valores sentimentais estava ela carregada por seus usos anteriores? Convém, a este respeito, interrogar não apenas os diplomas e as notícias mas também uma outra linguagem que até aqui, para a França, coloquei à parte: a das obras literárias.

a) No fim do século X, a palavra *miles* (que não tem feminino, de modo que, quando ela suplanta nas cartas o termo *nobilis*, o uso desse adjetivo se mantém firmemente para qualificar as esposas e as filhas de cavaleiros) mostra-se incontestavelmente portadora de um significado militar. Era utilizada para designar os combatentes, ou, mais exatamente, uma certa categoria de combatentes, os cavaleiros. Comprova essa acepção o emprego que Richer faz desse vocábulo; na descrição que faz dos combates, ele opõe *militēs apeditēs* e usa indiferentemente, para exprimir a mesma realidade social, duas expressões: *ordo militaris* e *ordo equestris*¹¹. Comprova-o mais claramente ainda a equivalência indiscutível das palavras *miles* e *caballarius*¹² nas cartas provenientes do sul da França, ou seja, de regiões onde os termos da língua vulgar se insinuam mais facilmente na linguagem dos escribas, como mostram claramente as pesquisas de F. L. Ganshof sobre o vocabulário feudal. Na Provença, no Languedoc, na Cerdagne, na Catalunha, no século XI, o termo latino clássico e o termo dialetal latinizado são sinônimos. Tal equivalência exprime com muita clareza que o único guerreiro digno desse nome era, aos olhos dos homens desse tempo, aquele que utilizava um cavalo. Por conseguinte, o sucesso da palavra *miles* deve ser relacionado com a evolução das instituições propriamente militares, cujo estudo foi objeto de nosso encontro. Tal sucesso na verdade traduz a tomada de consciência de três fatos complementares: um fato técnico, a superioridade do cavaleiro no combate; um fato so-

cial, a ligação entre o gênero de vida considerado nobre e o uso do cavalo, ligação ainda muito mal estudada, mas certamente muito profunda e antiga (conviria levar as pesquisas até os túmulos de cavalos vizinhos daqueles dos chefes na pré-história germânica e, na Antiguidade clássica, até o significado social da equitação); um fato institucional, por fim, a limitação do serviço de armas a uma elite restrita. Todavia, todos esses três fatos eram, ao aproximar-se o ano mil, muito antigos; o mais recente por certo, o terceiro já pode ser discernido em textos do século IX, como o *Adriantato Karoli* ou o Capítular de Quierzy, que reservavam a obrigação de combater, agora em casos de invasão, aos vassallos enfeudados dos príncipes¹⁹. Assim, devem-se procurar para a irrupção do vocábulo cavaleiresco nas cartas do ano mil outras razões além das mudanças que haviam afetado recentemente os métodos de combate e a condição dos guerreiros.

b) Na verdade, percebe-se logo que o sentido propriamente militar decerto não era, no ano mil, o sentido mais profundo da palavra *miles*. E, a propósito, retomarei certas observações, excessivamente descuidadas depois dos trabalhos de Marc Bloch, de P. Guilhaumoz, cujo *Essai sur l'origine de la noblesse en France au Moyen Age* continua a ser a obra básica para qualquer pesquisa desse gênero, especialmente em razão de seu aparato crítico, da enorme erudição em que repousa essa obra. Os textos citados por Guilhaumoz levam a pensar que, por sua história mais remota e pelos usos que a Idade Média herdara da Baixa Antiguidade, a palavra *miles* significava, antes de tudo, servir. A linguagem oficial do Baixo Império utilizava de fato esse termo, seus derivados e todas as expressões metafóricas que dele decorrem, como a imagem do *cingulum militiae*, para designar o serviço público na casa do imperador. Esse significado dirigiu a partir daí todas as interpretações de certas passagens da Vulgata, notadamente destes dois textos de São Paulo, que todos os escribas do ano mil tinham lido e relido: *Arma militie nostrae non carnalia sunt* (II. Cor., X, 4) e *Labora sicut bonus miles Christi Jesu* (II. Timóteo, II, 3). O valor semântico apurado a esses vocábulos explica porque os biógrafos dos santos merovingios falaram de seus heróis como de *miles Dei*. Explica porque em Grégoire de Tours, como nos Evangelhos e nos Atos dos Apóstolos, *miles* define auxiliares subalternos do poder público encarregados de guardar os prisioneiros e de executar os criminosos. Explica enfim, porque na época carolíngia — enquanto renasciam os estudos e o latim se purificava por um retorno às fontes clássicas e paleocristãs, enquanto, sobretudo, no âmbito da vassalagem, a ação militar assumia pouco a pouco o fecho de um serviço especial.

zado, honroso e privado, o de um cavaleiro penhorado por um benefício — o termo *miles* foi amiúde preferido aos que, como *vassus*, procediam dos falares vulgares, para qualificar homens que serviam pelas armas no séquito de um patrono, ou então — é o caso no *De ordine palatii* — os jovens da aristocracia educados na casa do rei para fazer ali sua aprendizagem. Incontestavelmente, para todos os escritores do ano mil, a expressão *militare alicui* não podia significar outra coisa senão servir em vassalagem.

c) Mas o próprio valor de subordinação que trazia consigo o vocábulo cavaleiresco impedia escritores tais como Flodoard, Abbon, Richer, Gerbert ou Dudon de Saint-Quentin — contemporâneos dos primeiros escribas do Mâconnais que usaram da palavra *miles* como de um qualificativo social — de aplicar o vocabulário da *militia* a todos os membros da aristocracia laica. Nenhum dentre eles deixa de estabelecer uma nítida distinção entre os *principes*, os *proceres*, os *opifiares*, isto é, os nobres e, do outro lado, a massa dos cavaleiros²⁰. Todos propunham a imagem de um edifício social em dois níveis, colocando os "principes", responsáveis pela paz pública, seja por uma delegação de poderes reais, seja por um carisma atribuído por Deus a certas raças, muito acima dos auxiliares que os ajudam a cumprir essa missão, homens de armas como eles e associados estreitamente à sua função, mas subalternos, dependentes, nutridos e recompensados por seus dons. Em suma, a estrutura mostrada pelas obras literárias do fim do século X é a mesma que deveria permanecer viva na Lotaringia e na Germânia até depois de 1200. Estas observações permitem, pois, compreender facilmente que, no vocabulário das cartas do Mâconnais, a palavra *miles* tenha podido substituir termos como *vassus* ou *fideis*, que evocavam como ela a submissão e o serviço. Mas elas aumentam a dificuldade de outra interrogação, situada no cerne do problema: como essa mesma palavra pôde, pouco a pouco, excluir *nobilis*, como pôde ser arvorada como um título antes do fim do século XI por nobres incontestáveis, pelos príncipes de Antibes, pelos castelões da Île-de-France ou pelos sires de Beaujeu?

2. Por minha parte, eu proporia ligar essa substituição a uma dupla e lenta maturação, uma situada no plano das atitudes e das representações mentais, outra no plano das instituições públicas. Para bem compreender o primeiro desses fenômenos, convém observar inicialmente a germinação e a evolução progressiva da teoria das *ordines*, ou seja, partir desta vez do nível carolíngio. Assim que os homens da igreja se puseram a refletir sobre a respectiva vocação dos diferentes corpos da sociedade humana e sobre as diversas missões que Deus atribui aos homens quando os coloca nesta ou na-

que a condição terrestre, bem depressa descobriram que existia na verdade em seu tempo duas formas distintas de *milicare*, de servir a Deus e de cooperar para o bem público: pelas armas e pela prece. Numa carta do papa Zacarias a Pepino, datada de 747, o rimbo da frase opõe aos príncipes os bispos, aos *saeculares homines* os sacerdotes, aos *bellatores* os *Dei servi*, que cooperam, cada qual segundo sua própria vocação, para a defesa do país²¹; sob a pena de Agebard, em 833, estabelece-se a oposição entre duas *ordines*, "militar" e eclesiástica, isto é, entre a *saecularis militia* e o *sacrum ministerium*²². Na verdade, esses primeiros escritos enfatizam apenas a divisão profunda da sociedade cristã entre o serviço de Deus e o estado laico, os quais deviam permanecer estritamente separados, como lembravam os cânones do Concílio de Meaux-Paris em 845-846²³. A exemplo de todas as metáforas que definem como abandono do armê militar a entrada em penitência ou a profissão monástica, esses textos caracterizam simplesmente a "milícia secular", a forma de serviço no século, pelo porte dessas "armas carnis" de que falava São Paulo. Ao passo que, nos *Miracles de Saint-Bertin*, ou seja, no fim do século IX, aparece outra divisão, desta vez tripla, que separa dos *oratores* e dos *bellatores* o *imbellis vulgus*²⁴ e que conduz naturalmente ao esquema proposto, nos anos trinta do século XI, pelos bispos da França do Norte, por Gérard de Cambrai (*oratores, agricultores, pugnaiores*)²⁵ e por Adalbéron de León (*orare, pugnare, laborare*)²⁶. A propósito da formação e da difusão desse esquema tripartido, que representam um momento capital no movimento de idéias que origina a noção de cavalaria, três observações se impõem:

a) Para designar os membros do *ordo* que o designio divino destinava, aos seus olhos, à atividade guerreira, nenhum dos escritores dos séculos IX, X e XI empregou jamais a palavra *miles*. Todos eles sentiam, com efeito, que nesse termo o significado propriamente militar se achava na verdade eclipsado pela noção de serviço. Por isso esses letrados escolheram no latim clássico outros vocábulos, *bellator*, *pugnator*, nos quais se exprimia em estado de pureza a vocação para o combate. E mais: quando Adalbéron de Laon desenvolve o seu pensamento, fica bem claro que em seu espírito a oposição entre os "guerreiros" e os "trabalhadores" se ajusta àquela que separa nobreza e servidão²⁷. Para ele, esses "combatentes, proletores das igrejas e defensores de todos os integrantes do povo, grandes e pequenos", não são em absoluto *miles*, mas *nobiles*, entre os quais, na primeira fileira, ele coloca o rei e o imperador.

b) A delimitação de uma terceira ordem, que no limiar do século XI aparece encarregada de uma missão particular, que é de tra-

balho, mais especificamente de trabalho rural, parece dever ser aproximada do progresso de uma concepção de ordenação social diferente da precedente, aquela que foi recentemente evidenciada por Karl Bosl e que, no povo de Deus, veio estabelecer a principal distinção entre os "poderosos" e os "pobres"²⁸. Segundo esse novo esquema — especificado e vulgarizado pouco a pouco, no decorrer do século XI, por certos movimentos do pensamento religioso —, os *pauperes* constituíam realmente, no seio da ordem laica, uma categoria que, tal como a ordem dos servidores de Deus, se encontrava desamada, portanto vulnerável, e que por isso mesmo requeria, tal como os servidores de Deus, uma proteção particular. Assim, enquanto se difundia essa imagem, o porte de armas e as missões específicas que pareciam ser vinculadas a este passaram, no âmago das representações mentais veiculadas pela teoria das *ordines*, a competir a apenas uma parcela do laicato, como aliás ocorria cada vez mais claramente na realidade. Assim, a barreira social, anteriormente estabelecida entre nobreza e servidão, foi-se deslocando aos poucos e veio separar cada vez mais da massa dos "pobres" os poderosos, isto é, desta vez verdadeiramente, toda a "milícia secular".

c) Dessa transferência decorre decerto a verdadeira mutação mental, aquela que estabelece lentamente, sobretudo no clero, entre os luminas intelectuais no mundo dos escritores e dos redatores de cartas, novas atitudes para com a vocação militar. Por essa razão, um lugar todo particular deve ser reservado, entre os textos que permitem perceber esse movimento de idéias por intermédio das formas verbais que o traduzem, à vida de São Geraldo de Aurillac, escrita nos anos trinta do século XI pelo abade de Cluny, Santo Odon²⁹.

Notemos que é da França do Sul, ou seja, da região que parece ter sido o cadinho das novas estruturas, anticarolingias, onde a sociedade feudal encontrou alguns de seus arcabouços, que provém esse texto capital. Capital porque constitui a primeira das *Vitae* cujo herói é um leigo, não um rei ou um prelado, mas um príncipe, um representante autêntico da *nobilitas*. Capital, sobretudo, porque tenciona demonstrar que um "nobre", um "poderoso", pode chegar à santidade, tornar-se um *miles Christi* sem depor as armas. O propósito de Santo Odon é definir o que pode ser uma santidade laica, ou, mais precisamente, nobre, isto é, conferir definitivamente à atividade militar, função específica da nobreza, um valor espiritual. Assim, ele se aplica em persuadir-nos de que São Geraldo conseguiu unir o exercício do poder à prática da humildade e sobretudo à preocupação com os pobres, ou seja, a duas virtudes propriamente monásticas³⁰. Odon de Cluny especifica principalmente as mis-

sões do homem armado. "*Licuit igitur laico homini in ordine pugnatorem posito* (assim como Adalbéron de Laon ou Gérard de Cambrai, Odon não utiliza, para designar o grupo dos especialistas de combate, a palavra *miles*, que sob sua pena qualifica ou o servidor de Deus, como vimos há pouco, ou o "moço", isto é, o aio de armas de um senhor) *gladium portare ut inermis vulgus velut innocuum pecus* (o povo é ao mesmo tempo desarmado e inocente) *a lupis, ut scriptum est, vespertinis defensaret. Et quos ecclesiastica causa subigere nequit, aut bellico aut vi iudiciaria compesceret.*"¹¹ Eis, portanto, propostas as duas funções que justificam, no sentido mais forte do termo, o porte de armas: a proteção dos pobres e a perseguição dos inimigos da Igreja. Santo Odon retoma essa ideia mestra em suas *Collationes*¹² quando afirma que os poderosos recebem de Deus a espada, não para maculá-la, mas sim para perseguir aqueles que vão contra a autoridade da Igreja oprimindo os pobres.

Tal é, exatamente, o ponto de inserção da dialética poder-pobreza na teoria das *ordines*. Nas terras da Aquitânia, onde mais cedo do que em qualquer outro lugar o poder dos reis perdeu sua eficácia, foi oferecida pela primeira vez aos detentores das armas seculares uma via de salvação e de perfeição espiritual: retornar a missão propriamente real assumindo, no lugar do soberano, doravante incapaz de desincumbir-se dessa tarefa, a defesa da Igreja e dos pobres, isto é, das duas outras ordens da sociedade. Essa proposta dirigia-se aos *bellatores* — portanto, com toda a evidência, em primeiro lugar aos *optimates*, aos príncipes, aos nobres. Na verdade, porém, estes não eram os únicos a combater e não podiam cumprir o papel que lhes era indicado sem a ajuda de seus auxiliares naturais, esses especialistas da guerra, esses cavaleiros a quem distribuíam feudos ou que mantinham em sua casa. O apelo abrangia, pois, todos os portadores de armas, ou seja, os dois grupos ao mesmo tempo, *príncipes e milites*, associados pelos vínculos feudo-vassálicos ao "poder" e à atividade militar. Ao valorizar esta última, o progresso do pensamento religioso no curso do século X construiu no plano espiritual um quadro em que se podiam reunir, no serviço de Deus e dos pobres, a *nobilitas* e a *militia*.

3. Ora, nesse mesmo momento, na Aquitânia, na Provença, no reino de Borgonha e pouco depois no norte de França (mas não além de seus limites setentrionais e orientais, na Lotaringia e nos países germânicos) preparava-se a dupla mudança institucional da qual vemos o desenvolvimento das manifestações entre o fim do século X e as imediações de 1030 (ou seja, no exato momento em que a palavra *miles* substitui a palavra *nobilis* nas cartas do Mâconnais) e que

favorecia igualmente, não mais no plano espiritual, mas sim no temporal, a reunião da nobreza e da cavalaria.

a) A primeira dessas modificações diz respeito à distribuição dos poderes de comando. O que se chama em certas regiões *ban* perde então seu caráter público; senhores particulares apropriam-se dele e utilizam-no para levantar exações no âmbito da castelania. Ora, a maneira pela qual se organiza essa exploração da autoridade específica e acusa ao mesmo tempo a clivagem entre *potentes* e *pauperes*. Só os "pobres", isto é, os trabalhadores, os camponeses (os membros da terceira ordem de Adalbéron ou de Gérard de Cambrai), sofrem as coerções e as requisições do senhor banal. Os nobres estão isentos delas — sendo exatamente por esse privilégio que eles são definidos no poema de Adalbéron:

*Sunt illi quales constringit nulla potestas Crimina
si fugiunt quae regum sceptris coercit.*³³

Mas delas estão isentos também todos os *militēs*. É essa situação de isenção que caracteriza todos eles juridicamente, que erige o seu grupo em classe coerente, nitidamente delimitada, e que requer (no próprio momento em que as antigas noções de liberdade e de servidão tendem a apagar-se no seio da classe antagonista dos trabalhadores) o emprego de um título capaz de definir exatamente esse novo estatuto pessoal. O aparecimento desse título nas atas jurídicas responde na verdade ao estabelecimento de uma fronteira precisa que delimita a aristocracia e reúne seus diferentes estratos na participação de um mesmo direito. *Miles*, nesse momento, foi escolhido e preferido a *nobilis* porque era um substantivo, por certo para salvaguardar também o ponto de honra dos descendentes das velhas raças que não queriam que seu título distintivo fosse desonrado, mas sobretudo, creio, porque a nova fronteira se situava na base da camada aristocrática, porque era o menos elevado dos estratos da aristocracia, o grupo dos cavaleiros, que importava separar nitidamente do povo. Assim se ergueu essa barreira social, doravante fundamental, entre *militēs* e *rustici*, que encontrou sua tradução desde 1035 nas fórmulas finais das cartas provençais e, por volta de 1080, nas cartas do Máconnais.

b) Mas o estabelecimento das castelanismos independentes e a instalação dos costumes banais são estreitamente solidários com outra inovação, a implantação das instituições da paz de Deus, e com certeza é nos textos concernentes a essas instituições³⁴, nos cânones dos concílios reunidos para fixá-las, que encontramos mais cedo e mais claramente formulada a oposição entre os cavaleiros e os camponeses.

ses. Tentei mostrar em outra ocasião, numa comunicação apresentada em 1965 à Semana de Estudos da Mendola²², que esse movimento — iniciado no sul do reino de França, nas províncias onde a marca carolíngia era mais leve e onde se experimentava mais cruelmente o enfraquecimento do poder monárquico — foi um esforço da Igreja para assegurar ela mesma, com o concurso dos príncipes mas usando de armas essencialmente espirituais, a defesa dos pobres, os quais, desde o primeiro concílio de paz, o de Charrourx em 989, são definidos como sendo camponeses. Essa tentativa inscrevia-se no quadro mental da teoria das *ordines*, cuja maturação ela apossou singularmente (ao mesmo tempo, aliás, que fornecia uma justificação para o estabelecimento e a repartição das exações banais). A ação para a *reformatio pacis*, suas palavras de ordem, as decisões que a sustentaram, as fórmulas e as representações ideais que estas veiculavam, tudo isso contribuiu vivamente, a partir de 990 e durante todo o século XI, para reforçar o sentimento de que a cavalaria constituía um grupo social coerente. Primeiro porque ela reunia a *militia*, todos os *caballarii*²³, numa reprobção comum, porque organizava contra todo o corpo, para dele se proteger, um sistema de interdições, porque o englobava, como o fez o bispo Jourdain de Limoges em 1031, numa mesma impreciação²⁴. Numa segunda fase, porém, e sem que se dissipassem logo as desconfianças e as condenações dos homens da Igreja aos cavaleiros, o ideal que fez propagar-se o movimento de paz veio unir-se aos modelos propostos cem anos antes por Odon de Cluny: a ação pela paz de Deus exalta desta vez a função militar, associa-a à construção do reino de Deus. Pelas prescrições da trégua, por essa inflexão do espírito de paz que desemboca no espírito de cruzada, a cavalaria apareceu cada vez mais claramente, na França, entre 1030 e 1095, como um dos caminhos da *militia Dei*, paralela ao sacerdócio e à profissão monástica; ela se cobriu de tantos valores espirituais que logo os membros da mais alta nobreza já não repugnavam adornar-se também com o título cavaleiresco.

Certo, na França a aristocracia permaneceu diversa. E notarei, a este respeito — para voltar, terminando, a essas observações lingüísticas que forneceram ao longo desta exposição o principal suporte para minhas reflexões —, algumas mudanças muito significativas que no último terço do século XI afetam o vocabulário. O das cartas francesas vê reaparecer a palavra *nobilis* e seus equivalentes, agora porém como epítetos honoríficos anexados ao substantivo *mi-*

les para sublinhar o brilho particular de um cavaleiro, que a posse de um castelo e o controle do poder banal colocam no topo da aristocracia local²⁹. Por idêntica preocupação de precisão, e para expor a heterogeneidade econômica e social da cavalaria, os autores que redigem obras literárias por volta de 1100 têm todo o cuidado de distinguir os *mīlites gregarii* dos *mīlites primi* ou *medie nobilitatis*. Entretanto, e isto é o que conta, a despeito dessa diversidade e embora dividida em várias camadas sobrepostas pela distribuição desigual da riqueza e do poder, a aristocracia formava um todo na França já no fim do século XI. Ela se identificava com o velho *ordo pugnatorum*, decididamente convertido em *ordo mīlitum*. Tinha agora a reuni-la ritos (aqui deveria inserir-se a história da investidura do cavaleiro que ainda está toda por escrever e que, sem dúvida, permitiria ver mais claramente como se fortaleceu pouco a pouco a consciência de classe) em torno da qualidade cavaleiresca, em torno da liturgia que a Igreja inventou para consagrar o *mīlites Christi* e em torno da moral comum que progressivamente ia ganhando mais corpo num quadro do qual Odon de Cluny fora o primeiro construtor.

A Lotaringia e os países germânicos acolheram sem dúvida essa moral, esses ritos e tudo quanto cobria de um valor espiritual novo a vocação militar. Podemos assegurar-nos disso medindo o lugar considerável que, nessas regiões, os cronistas do século XII atribuem à *mīlita* dos maiores príncipes³⁰. Todavia, os propagadores da *reformatio pacis* não haviam transposto a fronteira que separava do reino de França as terras do Império, cujo soberano, afirmava por volta de 1025 o bispo de Cambrai, conservava força suficiente para garantir sozinho a manutenção da paz; de fato, a autoridade monárquica permanecia aí sólida e não perdera de forma alguma o pleno exercício da autoridade pública. Ela não era muito afetada pela dupla mutação — o estabelecimento da paz de Deus e a construção das castelhanias independentes — que permitia no reino de França e no reino de Borgonha a fusão dos valores de cavalaria com os valores de nobreza. Foi sobretudo por essa razão — é lícito pelo menos formular, como conclusão, tal hipótese — que, nas províncias alemãs e lotaríngias, durante todo o século XII e até a tardia vitória dos modelos culturais transmitidos pela cortesia francesa, a sobrevivência das velhas estruturas políticas carolíngias e reais manteve viva e plena de ressonâncias concretas a antiga distinção que separava os cavaleiros dos príncipes, portadores exclusivos da liberdade completa e os únicos considerados como verdadeiros nobres.

Os leigos e a paz de Deus*

"No ano mil da Paixão do Senhor", escreve Raul Glaber no IV livro de suas *Histórias*, os bispos e os abades começaram, "inicialmente nas terras da Aquitânia, a reunir o conjunto do povo em concílios. Levaram-se para lá muitos corpos santos e inumeráveis relicários repletos de relíquias. Dali, pela província de Aries, depois pela de Lyon e finalmente pela Borgonha até as extremidades da França, foi-se anunciar a todas as dioceses a realização de concílios em lugares determinados, reunindo os prelados e os príncipes de todo o país para a reforma da paz e a instituição da santa fé".

Esse texto dá uma imagem muito exata do movimento pela paz de Deus. O conjunto dos documentos hoje conservados confirma, com efeito, que este se desenvolveu em inúmeras assembleias, realizadas quase sempre no campo, fora das cidades, a fim de ali reunirem as multidões, e onde a ostentação das relíquias por certo desempenhou importante papel. A iniciativa, por outro lado, parece ter partido dos bispos e dos superiores dos mosteiros, notadamente do abade Odilon de Cluny, e os prelados conseguiram conquistar para suas idéias os membros da alta aristocracia regional — pelo menos empenharam-se em associá-los à sua ação, obtendo que presidissem em sua companhia os concílios de paz. O movimento, enfim, nasceu efetivamente no sul da Gália, na Aquitânia e na região de Narbonne; progrediu para o norte pelo vale do Ródano e do Saona e, em 1033, chegou às fronteiras setentrionais do reino de França. Na verdade, porém, ele se desenrola mais lentamente do que o texto de Glaber faz supor. No estado atual das fontes, pode-se situar seu

*Texto publicado em *I laici nella "societas christiana" dei secoli XI e XII*, Milão, Società Editrice Vita e Pensiero, 1966, pp. 448-461.

início, em 989-990, em Charroux e Narbonne: vemos-lo ganhar uma primeira amplitude até as imediações do ano mil, em toda a Aquitânia; foi em 1023-1025 que ele penetrou na Borgonha, de onde logo se difundiu para a França do Norte; começa então uma segunda fase ativa que se ordena, de acordo com a descrição de Raul Glaber, em torno do ano 1033, mas que se desenvolveu muito amplamente entre 1027 e 1041 no conjunto da Gália, porém mais intensamente ainda no Sul¹. Durante esse meio século, o fenômeno limitou-se portanto à Gália, sobretudo à Aquitânia e à Provença: com toda evidência, ele se afigura de inspiração eclesiástica e de direção episcopal. Em que medida a situação dos leigos foi modificada pelos regulamentos que esse movimento suscitou e pelas representações mentais cujo nascimento ele favoreceu?

Para melhor responder a essa pergunta, parece-me útil não perder de vista que, como todos os fatos de história religiosa, o movimento pela paz de Deus se apresenta na verdade sob dois aspectos ou, se quisermos, situa-se em dois níveis que podemos opor, aliás com toda a fidelidade aos esquemas de pensamento dos intelectuais e dos eclesiásticos da época, francamente um ao outro: o espiritual e o temporal. Por um lado, as instituições de paz são concebidas e estabelecidas em função de certas aspirações à perfeição e à salvação; apresentam-se como um dos meios de realizar o reino de Deus e são por isso portadoras de valores morais; nesse nível, por conseguinte, elas tendem a modificar a situação do laicato no seio da Igreja². Mas, por outro lado, o movimento responde a uma certa inserção da Igreja no âmago do século, de seus problemas e de suas mudanças; a evolução própria das estruturas impõe-o para diante; na verdade, ele nasce desse impulso; isso faz com que traduza também, que fixe e, em certa medida, sacralize as novas formas revestidas nessa época pelas relações de poder e de fortuna, pelas relações políticas e sociais no seio do mundo laico³. Em outros termos, a paz de Deus, considerada como agente de uma renovação da noção de laicato, participa, como uma de suas manifestações iniciais, desse grande impulso que subverteu a cristandade do Ocidente e culminou, no fim do século XI, naquilo que chamamos de reforma gregoriana e na cruzada; ao mesmo tempo, colaborou para o advento da sociedade dita feudal, contribuindo largamente para fixar-lhe os traços. A meu ver, importa considerar o movimento de paz conjuntamente por essas duas faces. É o que me proponho fazer, observando-o em seu desenvolvimento, isto é, num aprofundamento que se operou, ao longo do século XI, em três graus sucessivos.

Quando o descreve em suas *Histórias*, Raul Glaber integra o movimento da paz ao esforço geral dos altos dignitários da Igreja para subtrair esta às pressões do temporal, para situá-la, desse modo, em posição dominante e torná-la capaz de uma missão que antes pertencia à realeza: conduzir o povo de Deus à sua salvação. O que era ver justo. Nos primeiros anos de seu desenvolvimento, o movimento se encontrava bem orientado nesse sentido e a recente evolução das forças políticas determinava essa orientação. O momento em que se reúnem os primeiros concílios de paz, na última década do século X, parece com efeito corresponder, no sul da Gália, àquele em que chegava ao seu termo a decomposição das instituições públicas carolíngias.

Nessa parte do Ocidente, nos anos 990, a realeza tinha perdido todo o poder, toda a ação sobre os poderes locais. Estes exerciam a partir daí, a título privado e em benefício próprio, as *regalia*, as prerrogativas de comando outrora delegadas pelo soberano e que eles detinham agora por direito hereditário. Julgar, punir, tornava-se desde então uma oportunidade de arrecadar das populações taxas lucrativas, as *consuetudines*. Cada um dos senhores leigos que herdara tal direito procurava estendê-lo, reivindicando-o notadamente das terras e dos homens da Igreja, essas terras e esses homens, no entanto, eram protegidos pelos privilégios de imunidade, mas o enfraquecimento da autoridade real tornara sem efeito tais diplomas. Por outro lado, entre as regalias que passavam então ao patrimônio privado dos condes figurava também, na Gália meridional, o direito de nomear para as mais altas dignidades religiosas, de dispor das sedes episcopais e das funções abaciais. De duas maneiras, portanto, os poderes temporais ameaçavam aqui as liberdades da Igreja. A fortuna de Deus e dos santos, de um lado, e os ofícios pastorais, de outro, acabavam, em 990, de passar ao controle e à exploração de uma autoridade privada, não sagrada como a dos reis, mas meramente consuetudinária. O espiritual tornava-se seu escravo; importava libertar-se dele. Tal era, pelo menos, o desejo da parcela do alto clero que não estava excessivamente contaminada pelas práticas simoniacas e notadamente, na Igreja monástica, daqueles que estavam em contato com o movimento cluniano, particularmente ativo na mesma época e nas províncias em que se propagavam as idéias de paz.

As disposições dos primeiros concílios são, portanto, muito simples. Visam elas, com toda a boa fé, a proteger contra a violência e contra as intrusões dos novos poderes laicos, que se constroem então e se defrontam numa concorrência agressiva, as "coisas sagradas", isto é, primeiro os santuários, depois os servidores de Deus e por fim os pobres. Os textos são claros. Citarei dois deles, situados

nas extremidades do que considero como a primeira fase do movimento da paz. 989, Charroux: três categorias de violências são reprimidas; o anátema punirá primeiro os que violarem uma igreja e ali tomarem qualquer coisa a força, em seguida os que agredirem um clérigo desarmado e por fim os que despojarem um "camponês ou outro pobre qualquer"⁴. 1031, Limoges: o bispo Jordan denuncia os "poderes seculares" de sua diocese "que violam os santuários, afligem os pobres que lhes são confiados e os ministros da Igreja"⁵.

De há muito se observou que as decisões dos concílios de paz sobre esses pontos retomavam os termos de uma legislação anterior, especialmente os dos capitulares e dos editos carolíngios⁶. Só que introduzindo uma modificação capital: a paz evocada pelos textos do século IX não era nem a paz de Deus nem a paz dos bispos: era a do rei. Só o rei tinha o encargo de defender "os pobres, os órfãos, as viúvas e as igrejas de Deus"; quem violasse essa proteção incorria na multa real de 60 soldos. Em 857, por exemplo, Carlos, o Calvo, determinara a seus *missi* respeitar as imunidades da Santa Igreja, não oprimir de forma alguma as freiras, as viúvas, os órfãos e os pobres e zelar para que seus bens não fossem pilhados. Que significam, pois, as primeiras estipulações da paz de Deus senão o resultado, nas imediações do ano mil, da lenta transferência ocasionada pelo progressivo enfraquecimento da autoridade real? Numa região, mais que qualquer outra privada de rei, os bispos empreenderam assumir as funções próprias de um soberano que se tornara decididamente ausente e sem poder; quiseram proteger eles próprios as coisas sagradas, pelas quais se sentiam responsáveis, contra a ascensão dos poderes laicos, certamente menos brutais e menos ávidos do que proclamavam as decisões conciliares, mas ilegítimos aos olhos dos clérigos porque não sagrados. Os próprios bispos fariam reinar a paz de Deus, usando de sanções espirituais; trabalhariam, como está dito em 1011-1014 no primeiro Concílio de Poitiers, "para a restauração da paz e da justiça"⁷, missão eminentemente real.

O movimento de paz surge portanto como uma tentativa de paliar o enfraquecimento de uma autoridade real em que se confundiam espiritual e temporal. Por isso ela leva à oposição do poder espiritual dos bispos ao poder temporal dos duques e dos condes. Essa tentativa conduzia portanto — e é isto o que nos importa aqui — à separação mais estrita, na vida social e no plano dos estatutos jurídicos, entre os leigos e os clérigos e os monges. Nisso, a *restauratio pacis* se inscreve numa aspiração muito mais ampla. Situa-se no movimento de reação contra as estruturas carolíngias que haviam misturado estreitamente, chegando a confundir as na pessoa real, Igreja e cristandade, movimento anunciador das atitudes gregoria-

nas. Roger Bonnaud-Delamare é digno de elogios por ter aproximado as prescrições do primeiro concílio de Charroux às condenações pronunciadas nesse mesmo momento por Aibon de Fleury contra os clérigos excessivamente apegados ao dinheiro ou que combatiam como leigos¹⁷. Convém ainda observar que o primeiro Concílio de Poitiers não legislava apenas contra as violências que ameaçavam as coisas sagradas, mas também contra a simonia e o concubinato dos padres¹⁸. Tudo isso se relaciona. A Igreja, no sentido restrito do termo, é então um corpo que quer manter-se à parte. E-lhe reconhecido um direito a proteções especiais, garantido por sanções que não são pecuniárias, mas sim espirituais. Mas, nesse mesmo momento e nas mesmas perspectivas, começa-se a querer que os clérigos respeitem interditos que até então só eram impostos aos monges. Nesse corpo, as duas principais ordens dos esquemas sociológicos carolíngios, a dos clérigos e a dos monges, tendem a confundir-se numa só, que se isola mais rigorosamente do laicato. A legislação da paz de Deus vai resultar assim, principalmente, nessa segregação mais nítida entre dois grupos, leigos e eclesiásticos.

No entanto ela introduz, no próprio seio da sociedade laica, uma nova distinção. Em seu esforço para melhor proteger as coisas de Deus e para impedir sobretudo, como dizem os cânones do Concílio de Puy, que as terras da Igreja não fossem "desonradas por algum mau costume"¹⁹, os bispos, juizes e defensores dos clérigos e dos monges, foram de fato levados a tomar igualmente sob sua proteção uma parte do povo leigo, aquela que os reis outrora tinham a missão de salvaguardar. Daí por diante, os leigos, em relação ao poder espiritual, foram divididos em duas categorias: aqueles que era preciso defender e aqueles cujas tendências agressivas era preciso reprimir. Os primeiros eram os pobres. O primeiro Concílio de Charroux entende por "pobres" antes de tudo os camponeses, *Agricultores*²⁰, *villani*²¹, tais são os homens pelos quais a Igreja se sente responsável, aqueles que, em Bourges, em 1038, ela mobilizará para a defesa da paz; aos rurais, o texto dos juramentos de paz de 1023-1025 junta os mercadores, os peregrinos, as mulheres nobres²². Todos têm em comum o fato de serem desarmados — e foi efetivamente desarmados, *multitudo inermis vulgi*, que, para maior desvantagem deles, o bispo de Bourges os conduziu em 1038 contra os provocadores de desordem. Aos *pauperes* os textos opõem, por vezes brutalmente, os "nobres"²³. Mais claramente, porém, são os *milites*, os "cavaleiros", que o bispo Jordan de Limoges excomunga, amaldiçoando-lhes as armas e os cavalos, ou seja, os instrumentos de sua turbulência e as insignias de sua posição social²⁴. Com efeito, a violência, as cobiças, as exações, os empreend-

mentos, prejudiciais às igrejas, aos servidores de Deus e aos pobres, vinham da classe dos combatentes profissionais, desses homens que, nas novas estruturas da sociedade, delinham o privilégio da ação militar. De fato, no laicato a segregação se estabelece em função do porte de armas. *Miles et rustici*, cavaleiros e camponeses, tal é a oposição fundamental que as decisões dos concílios de paz vêm delimitar entre os leigos. Ora, cumpre notar uma coincidência cronológica de primordial importância. No momento em que o vocabulário das decisões conciliares começa a distinguir cavaleiros e camponeses, também o vocabulário das cartas redigidas na Gália do Sul se empenha em opor as mesmas categorias sociais. É nos anos 980 que a palavra *miles* assume um significado jurídico e social. A divisão de fato da sociedade laica em duas classes encontra-se então, por assim dizer, institucionalizada pela instalação, nos cinquenta anos que enquadram o ano mil, da senhoria banal, cuja disposição, subtraindo os *miles*, sujeitando os *rustici* aos costumes senhoriais e à justiça repressiva, acaba tornando os primeiros privilegiados e os segundos explorados. As prescrições da paz de Deus vieram assim acrescentar-se à divisão introduzida no seio do povo laico pela nova repartição e de certa forma a legitimaram. Pois, em definitivo, o que a legislação dos concílios de paz e o movimento muito mais amplo que a suscitou vêm propor nos últimos anos do século X é uma nova disposição das ordens entre as quais o Criador dividiu a *societas christiana*. Três ordens ainda, mas doravante uma única ordem eclesiástica e duas ordens laicas. Certo, esse esquema preexistia, em certos setores do pensamento religioso, aos primeiros concílios de paz. Mas deve-se reconhecer que o poema de Adalbéron ao rei Roberto é totalmente contemporâneo, e quando o bispo Gérard de Cambrai, que se opunha aos propagandistas da paz de Deus porque em seu país o próprio rei podia assegurar a paz, lhes respondeu que "o gênero humano foi dividido desde a origem em três grupos, os homens de prece, os guerreiros e os agricultores"¹⁶, na verdade endossava o modelo de sociedade proposto pelos cânones conciliares.

Ao *miles* os primeiros concílios de paz não haviam denegado o direito de combater. Tal era, com efeito, sua vocação: as armas que eles portavam lhes haviam sido confiadas pela vontade divina; elas conferiam-lhes poderes, principalmente o de julgar e de punir. Desde a origem, a legislação da paz de Deus prevê que só ficarão ao abrigo da violência secular os "pobres" que não tiverem merecido, por um delito, ser despojados de seus bens¹⁷. "Que ninguém tome o haver de um camponês", proclama em 1054 o Concílio de

Narbonne, "a não ser seu corpo por um delito que ele próprio tenha cometido, e que ninguém o submeta a um poder a não ser por direito"¹⁵. O que se condena é a pilhagem injusta. São justas, ao contrário, as multas de justiça e as exações regularmente recolhidas: o poder banal, a submissão dos *rustici* ao senhor do território, ao *dominus loci* ou ao dono do seu corpo se eles forem *homines proprii*, saem legitimados da legislação de paz. Por outro lado, os cavaleiros, homens perigosos mas igualmente homens ameaçados, têm também perfeitamente o direito de enfrentar e de acometer seus inimigos em se tratando de homens que, como eles, estão armados, mesmo que sejam clérigos: a paz de Deus, cumpre lembrar, só proíbe os clérigos desarmados. O combate, notadamente o que os tem designam pelo termo *terra*¹⁶, isto é, a guerra privada, não é absolutamente condenado. Os primeiros concílios de paz tentaram apenas, por um sistema de sanções e compromissos coletivos, conter doutro de certos limites essa atividade lícita; protegeram contra a agressão e a pilhagem determinados lugares e categorias sociais; delimitaram zonas de segurança interditas à turbulência cavaleiresca. Privilégio de um corpo social, a ação guerreira não mais devia, doravante, extravasar. A paz de Deus, em seus começos, tendeu a circunscrever as violências militares a um só setor do povo cristão, o dos homens que portavam o gládio e o escudo e que andavam a cavalo.

Todavia, com o amadurecimento e o desenvolvimento da intenção de reforma, alguns prelados passaram a considerar que o reino de Deus exigia medidas mais profundas. Desde o instante em que a Igreja substituiu o rei para guiar os homens no caminho reto, cumpria-lhe ainda trabalhar para extirpar o pecado do mundo. Eis que, por volta de 1020, na França do Sul, o período instável em que se estabeleceram as bases da sociedade feudal chegava ao fim. A Igreja já não precisava, como nos primeiros tempos do movimento de paz, adaptar-se a essas inovações, proteger-se delas, apressar-lhes a conclusão num sentido que lhe fosse favorável e que preservasse as imunidades do espiritual. Podia ir mais longe. Tomaram-se então as primeiras decisões que conferiam à idéia de paz um novo prolongamento.

Desde o seu nascimento, como já dissemos, a exigência de paz se achava inclusa numa vontade mais geral de purificação. Aos olhos da parcela do clero colocada nas vanguardas do movimento reformista, combater, portar armas e delas se servir começava a ser considerado, no fim do século X, como uma mácula, da mesma forma que o gosto pelo dinheiro e o ato sexual. Desde sempre, tornar-se monge era renunciar à espada, assim como ao ouro e às mulheres.

Num corpo de servidores de Deus, em que, diante do laicato, o estado dos clérigos e o estado dos monges tendiam a aproximar-se um do outro e em que, por isso mesmo, os padres eram exortados a impor-se as renúncias e as purificações do monaquismo, a intenção pacífica se encontrou ligada ao ideal conjunto da castidade e da pobreza, do qual os gregorianos se tornariam os paladinos. Não faltavam então prelados de capacete nem cônegos treinados nos exercícios de guerra, para quem *militare* não significava apenas servir a Deus. Estes não foram protegidos pelas sanções promulgadas pelos primeiros concílios de paz. Mas Abbon de Fleury já expressara a idéia de que eles não agiam de acordo com as missões de sua ordem. Essa concepção prosperou, favorecida pelas instituições da paz de Deus: os pobres eram por definição desarmados; ora, afigurava-se cada vez mais necessário que, para serem puros e realmente dignos de seu estado, os padres fossem pobres, levassem como monges a vida em comum. Logo se passou a considerar que eles deviam, como os monges, depor as armas e situar-se entre os *inermes*. O sucesso dessa concepção, durante o século XI, é claramente comprovado pela evolução das fórmulas de paz. Os textos do fim do século proibem assaltar os clérigos; já não especificam que só estejam garantidos os clérigos sem armas: nessa época, normalmente, os clérigos não as portavam²².

Mas bem depressa o mesmo ideal foi proposto aos leigos como um compromisso salutar de penitência. Parece, com efeito, que os concílios de paz revestiram a partir de 1020 um caráter penitencial muito mais acentuado. Reunindo multidões em torno dos relicários cobertos de virtudes propiciatórias, impondo aos leigos reunidos uma profissão coletiva de renúncia, eles visavam a conjurar a ira de Deus, a vencer os flagelos, a fazer recuar a fome e as pestes. Talvez fosse mesmo preciso situar sua intenção deliberada de penitência no âmbito de uma propaganda de purificação universal suscitada pela aproximação do milênio da Paixão e pela expectativa, ao menos em certos níveis de consciência coletiva, do fim dos tempos. Raul Glaber, em todo caso, introduz claramente o movimento de paz nessas perspectivas, ligando-a à grande conversão que fazia então, em todos os meios sociais, multiplicarem-se as peregrinações. E, com toda a evidência, quando em 1028 Adhemar de Chabannes redigiu sua crônica, havia no espírito do escritor uma relação estreita entre a epidemia que então grassava, a intervenção profilática das relíquias e, por outro lado, a pregação da *reformatio pacis*²³.

A paz de Deus muda então de caráter. Já não é apenas um pacto social, cimentado pela ameaça de sanções espirituais. Ela assume

resolutamente o aspecto de um pacto com Deus. Trata-se de apaziguá-lo mediante a promessa de abstinências voluntárias; trata-se, diante de sua cólera, de purificar-se do pecado. Logo, de seguir o exemplo da profissão monástica. Muito antes, os ritos de penitência pública impunham ao pecador despojar-se de suas armas, ao mesmo tempo que renunciava aos bens do mundo e se voltava à castidade, ao mesmo tempo que tomava o caminho da peregrinação redentora. Por volta de 1033, a Igreja propôs então aos leigos que por estado eram armados, os nobres e os milítes, associar-se à obra comum de renúncia. Que não mais se contentem em respeitar os regulamentos anteriores da paz, evitando, no curso das operações militares ou no exercício do poder senhorial, causar danos às igrejas, aos ministros de Deus e aos pobres. Que aceitem também, no campo de uma atividade permitida pelo direito mas que se começava a julgar perigosa para a alma, privar-se das alegrias do combate e de pilhagem. Os cavaleiros foram exortados a abster-se da guerra em certos períodos, tal como o povo inteiro se abstinha em determinados períodos (que eram por vezes os mesmos) de alimentos muito agradáveis, e isso no mesmo espírito de pobreza. As novas disposições da legislação de paz parecem, com efeito, inseparáveis - e os cronistas da época bem o sentiram — de um endurecimento das punições penitenciais e, notadamente, de um fortalecimento do jejum²².

Transformou-se, pois, o compromisso de paz. A obrigação de respeitar a paz, a antiga paz real, guardiã das zonas vulneráveis da comunidade pública, à *pax* veio juntar-se a *treuga*, a *trégua*, isto é, uma suspensão geral e temporária da atividade militar. A guerra é considerada fonte de pecado. É um prazer que se deve recusar.

Em certas datas, a classe belicosa, por um movimento de conversão quase monástica, proíbe a si mesma esse prazer. Discernem-se as primeiras disposições que preparavam essa nova inflexão no texto dos juramentos de paz, borguinhões e depois franceses, redigidos em 1023-1025. A versão proposta pelo bispo Garin de Beauvais²³ estendia a salvaguarda prometida aos pobres pela jurisdição da paz de Deus ao cavaleiro que durante a Quaresma se despojasse voluntariamente de armês militar. Ninguém devia atacá-lo. A medida era natural: penitente, o cavaleiro renunciou a suas armas, juntou-se aos pobres e, por espírito de pobreza, incorporou-se ao grupo dos *inermes*; logo, tem direito às mesmas seguranças. Mas a estipulação era inovadora por revelar uma inclinação, talvez nova entre os homens de guerra, a considerar a abstinência do combate como salvadora praticá-la durante o tempo de redenção da Quaresma. Quatro anos depois, o Concílio de Elne impunha a *trégua* aos domingos²⁴.

Outra medida inteiramente natural: nesse dia santo, os trabalhos servis eram considerados ilícitos e os edtos carolíngios já lhes haviam assimilado a guerra privada²¹. Essas disposições preliminares e o profundo espírito que elas traduziam, essa reprobção da ação militar apresentada à consciência pública como uma fúção condenável, serviram de fundamento para o estabelecimento de todo um conjunto legislativo cujos artigos foram pela primeira vez reunidos em corpo no Concílio de Aries, em 1037-1041: desde a quarta-feira à noite até a segunda-feira de manhã, a paz devia reinar "entre todos os cristãos, amigos ou inimigos, vizinhos ou estranhos", isto em memória do Cristo, de sua ascensão, de sua Paixão, de seu sepulcro-mento e de sua ressurreição.

A idéia de trégua sucede assim à idéia de paz, prolongando-a e aprofundando-a de forma singular. À classe cavaleiresca, doravante bem estabelecida na nova sociedade, ela propõe um tipo de ascese apropriado à função desse *ordo*. A mesma moral que impõe aos *pauperes* submeter-se de boa vontade à dominação senhorial celebra o ideal do cavaleiro penitente. Este tem como ponto de honra não só não atacar e despojar os cristãos desarmados como, por amor do Cristo, não sacar a espada durante os períodos santos. A legislação da trégua integra-se dessa vez ao esforço da Igreja feudal para cristianizar a ética dos guerreiros; alia-se, por conseguinte, ao progresso, ainda muito pouco discernível no estado atual das pesquisas, da influência eclesástica sobre o ritual da investidura do cavaleiro.

Mas, a partir do momento em que, pela paz e sobretudo pela trégua, encontrava-se reprimida a agressividade dos cavaleiros, importava proporcionar-lhe outras saídas. De fato, a proposta da cruzada encontrava-se em germe nas disposições dos concílios de paz, pois estes haviam progressivamente ampliado, no seio do povo de Deus, o campo proibido à guerra: de início certos lugares e certos grupos sociais, depois, certos períodos consagrados à penitência ou à glorificação do Senhor, acabando por reprová-la terminantemente entre cristãos. Em 1054, o primeiro dos capítulos relativos à trégua entre os cânones do Concílio de Narbonne pronuncia esta condenação²²: "Que nenhum cristão mate outro cristão, pois quem mata um cristão derrama sem dúvida o sangue do Cristo." Ora, o cavaleiro recebera de Deus a missão de combater. Dai por diante, não lhe foi mais permitido fazê-lo senão no exterior da comunidade cristã, no exterior do corpo do Cristo e contra os inimigos da fé. A essa guerra pela fé, a única, doravante, verdadeiramente lícita,

devia ele, segundo a moral das assembleias de paz, consagrar inteiramente suas armas, que os padres, nas cerimônias de investidura de cavaleiro, começaram a benzer. Ele se tornou, como a jovem literatura lho repetia sem cessar, o "soldado de Cristo". E por isso que - e chegamos aqui ao terceiro grau de maturação das idéias pacíficas — o Concílio de Clermont, em 1095, foi antes de tudo um concílio de paz. Primeiro porque retomou as injunções de penitência¹⁷. Depois porque conferiu valor universal às estipulações, até então locais, da trégua de Deus¹⁸. E enfim, e sobretudo, porque a intervenção pontifical estendeu a todos aqueles que empreendessem a viagem de penitência à Terra Santa os privilégios até então assegurados aos pobres, aos leigos sem armas¹⁹. A cruzada leva incontestavelmente a exigência da paz de Deus à sua realização, porque suscita a partida do povo dos *pauperes* para Jerusalém, isto é, para o Reino, inaugurando assim uma marcha confiante, pacífica, desarmada, porém irresistível, como fora outrora, em 1038, a marcha da *multitudo inermis vulgi* mobilizada pelo bispo de Bourges. Cabe aos cavaleiros penitentes flanquear esse novo êxodo, protegê-lo, forçar, se necessário, o seu progresso combatendo os incréus. Todas as fórmulas da cruzada são extraídas dos cânones dos concílios anteriores da Gália do Sul, até o simbolismo da Cruz, baluarte contra as violências, sinal de proteção e de asilo²⁰. Na viagem de Jerusalém realizou-se, de fato, o ideal da *reformatio pacis*.

Esta se tornara necessária em virtude da degradação da instituição real e da evolução da sociedade, na qual a atividade guerreira se convertia no privilégio de uma determinada classe. Na realidade, todas as disposições dos concílios reformadores visavam a essa nova classe e aos potenciais de agressividade de que ela estava imbuída.

Primeiro foi preciso defender-se dela, discipliná-la, e depois esforçar-se por desviá-la para o bem. Assim, só uma porção do laicato — o grupo dos *milites*, dos cavaleiros — sofreu diretamente a influência das instituições de paz. Mas esta foi profunda. A regulamentação promulgada pelos concílios fixou inicialmente os contornos desse corpo social; deu-lhe sua consistência; foi ela que o constituiu em *ordo*. Depois forjou-lhe uma moral particular. No limiar do século XII a *nova militia*, revestida de armas bentas, recebia a incumbência de duas tarefas conjuntas — as do "homem probo", aquela que São Luís forçará por levar a cabo melhor que ninguém; em primeiro lugar, defender a Igreja e os pobres; em segundo, combater os inimigos de Cristo. Ou seja, fazer reinar a paz de Deus.

O feudalismo? Uma mentalidade medieval*

Que é o feudalismo? O mais útil manual de direito feudo-vassalico, escrito em 1914 por F.L. Ganshof, dá a esta pergunta, no plano das instituições jurídicas, uma resposta precisa, simples e de admirável clareza. Pode-se criticar-lhe a própria simplicidade?

As regras que estabelecem as relações de homem para homem, costumes não-escritos, transmitidos oralmente e ligados a cerimônias rituais, a fórmulas, a palavras cujo sentido, variável no espaço e no tempo, é difícil de perceber sob o disfarce latino que elas revestem nas cartas, por certo nunca tiveram rigor cartesiano. Mas o mérito insubstituível desse livrinho denso, repleto de textos comentados com perfeição, é oferecer ao neófito o melhor dos guias e ao especialista um instrumento de referência de garantia comprovada e de absoluta lealdade. Uma terceira edição acaba de ser publicada¹ e é ainda mais elegante: quatro belas pranchas reproduzem imagens ilustrativas dos principais atos jurídicos do feudalismo: homenagem, juramento, investidura e assembleia judicial. Ela comporta um precioso índice de termos técnicos e apresenta, enfim, notáveis achegas.

Em particular, o autor ampliou as explanações consagradas ao vocabulário, e as pesquisas que ele empreendeu para reconhecer o aparecimento e a difusão de palavras como feudo, honra, homenagem levaram-no a utilizar de preferência os documentos da França meridional. E na Aquitânia, com efeito, que se observam as primeiras inovações linguísticas; o fato merece ser sublinhado, pois se prende

* Texto publicado em *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, nº 13 (4), outubro-dezembro de 1958, pp. 765-771.

sem dúvida ao uso, difundido mais cedo, da ata escrita, à maior liberdade dos escribas para com o latim clássico numa região onde o renascimento dos estudos gramaticais foi menos intenso, onde o fosso entre a língua vulgar e a língua escrita era menos largo, onde esta era menos estratificada, mais capaz de inovações. Em todo caso, F.-L. Ganshof foi levado a conceder maior espaço à descrição das formas originais mostradas no sul da França (nessas regiões por tanto tempo descuidadas pelos estudos medievais) pelas instituições feudo-vassálicas — como esse feudo sem serviço chamado feudo livre, há tempos estudado de perto por Hubert Richardot. A descrição dessas particularidades regionais constitui o melhor enriquecimento desse manual.

A bem dizer, dois campos da história do feudalismo ainda permanecem abertos à pesquisa. Em primeiro lugar o estudo das formas tardias dos laços feudais. A origem, o desenvolvimento dessas relações foram observados de perto; mas o que subsiste delas nos séculos XIV, XV e ainda mais tarde? Em que se converteram os vínculos de homem para homem, as relações fundamentais entre senhor e feudatário, a jurisdição feudal? Mais preocupados em estudar as novidades do que suas remanências, os historiadores ainda não dispensaram suficiente atenção a tais questões. Segundo campo de investigação, praticamente virgem, e que promete ser fecundo: as atitudes mentais. Pois o "feudalismo" não é antes de tudo um estado de espírito, esse complexo psicológico formado no pequeno mundo dos guerreiros que aos poucos foram se tornando nobres? Consciência, principalmente, da superioridade de um estado caracterizado pela especialização militar e que supõe o respeito de certas imposições morais, a prática de certas virtudes; idéia conjunta de que as relações sociais se organizam em função do companheirismo de combate; noções de homenagem, de dependência pessoal, doravante no primeiro plano e que se substituem a todas as formas anteriores de ligação política. Essa disposição mental se manifesta por certos sinais, sobretudo por gestos rituais, mas também por palavras. O vocabulário é indubitavelmente o documento mais rico de que dispõe o historiador da psicologia social. O mais rico, mas também o mais difícil de explorar, pois as palavras são envoltórios cujo conteúdo não é o mesmo nos diferentes meios sociais e se modifica, por outro lado, com o tempo. Modificações de interesse capital, porém difíceis de detectar e que não ocorrem em exato sincronismo com as mudanças do comportamento e das relações sociais: elas se

operam com um atraso mais ou menos longo, que dificilmente se deixa medir. Porque a linguagem é fixada por hábitos que pesam com toda a sua inércia, sobretudo em se tratando da linguagem escrita (a única que está ao alcance do historiador), do vocabulário dos juristas profissionais ou dos literatos, sempre factício.

Para utilizar essa fonte o medievalista não pode, portanto, dispensar a ajuda dos técnicos da semântica. Um deles, K.-J. Hollman, acaba de publicar um estudo muito interessante sobre o desenvolvimento do vocabulário feudal na França durante a Alta Idade Média¹. Tomando caminhos abertos por Marc Bloch, o autor escolheu um certo número de expressões que designam "a terra e a propriedade" (este último termo, na verdade, é pouco conveniente); terra, honra, feudo, tendência (*tenure*), serviço; "as classes inferiores e superiores" (expressões que também se prestam à crítica); servo e vilão, meirinho e burguês, senhor, vassalo, barão, cavaleiro...; e, enfim, "as virtudes e os vícios". Através de numerosíssimos textos são determinadas as mudanças de sentido porque passaram esses vocábulos até o fim do século XII. Os resultados dessa pesquisa são muito importantes. Assim, ela mostra que a palavra *senior* deixara, já na época clássica, de designar apenas o homem mais velho para assumir um sentido nitidamente político, aplicando-se ao grupo dos dirigentes: sentido que se conservou durante toda a Alta Idade Média, o que determinou sua escolha quando se fez necessário dar um nome particular aos patronos das companhias vassálicas e sem que esse patronato estivesse ligado, como se poderia acreditar, aos hábitos de reverência que o grupo familiar tinha para com o membro mais velho, o chefe da casa.

Também é muito rico o estudo dos termos de valores: barão, vassalo, que qualificam o homem que pratica as virtudes específicas do guerreiro, valentia, coragem, assim como — a ligação merece ser sublinhada — lealdade e alto nascimento (estas palavras têm significado nas canções de gesta, mas só nelas, que se pode perguntar se, "afinal, essas transposições... são mais do que figuras de estilo dos troveiros"). Para evocar os defeitos compatíveis com a origem ilustre — orgulho, crueldade, descomedimento ou a infidelidade para com o senhor (como para com Deus, ainda uma ligação notável) —, emprega-se a palavra *desfeal* (*félon*), enquanto as atitudes mais chocantes, aquelas que o homem bem-nascido não pode realmente permitir-se, são expressas por adjetivos como vilão ou servil (*culvert*), que manifestem a inferioridade de condição.

A relação entre os termos de valores e dos qualificativos sociais é um dos sinais mais nítidos dessa consciência de classe gradualmente reforçada no meio cavaleiresco; de particular interesse é a história semântica da palavra *cūvert*, termo técnico aplicado em certas províncias a uma categoria de dependentes rurais e que conheceu grande sucesso como epíteto pejorativo porque evocava ao mesmo tempo o rústico e, por suas consonâncias, as partes vergonhosas do corpo humano. Enfim, as pesquisas de K.-J. Hollyman evidenciam que o momento crítico da evolução da linguagem se situa nos séculos VIII-IX; foi então que se operaram as grandes mutações semânticas, que se reuniram as constelações de palavras-chaves do vocabulário feudal. O autor deveria ter explorado mais esse fato, prova suplementar da imensa importância da época carolíngia na gestação da civilização feudal. Esperava-se dele que aventasse algumas hipóteses linguísticas de explicação. Tais modificações coincidem efetivamente não só com mudanças nas estruturas sociais e políticas, mas também com grandes convulsões nos meios de expressão, que certamente contribuíram para tornar flexível os hábitos de linguagem e facilitaram as inovações: divórcio entre o latim e o vulgar, vitória, nos círculos aristocráticos, dos dialetos românicos sobre os falares germânicos.

A esse livro é permitido tecer outras críticas. Notemos inicialmente que sua publicação é tardia: o que é entregue ao leitor em 1957 foi escrito em 1950. Era impossível atualizar essa redação, levar em conta trabalhos que nesse meio tempo lançaram algumas luzes novas sobre a sociedade feudal, particularmente sobre o vocabulário das relações sociais? A pesquisa, por outro lado, é demasiado geral. O autor examinou inúmeros cartulários dispersos por toda a França; leu com muita pressa documentos excessivamente numerosos. A uma investigação panorâmica como esta, parece-me mais útil um trabalho de campo mais restrito, mais aprofundado e que se empenhe sobretudo em esclarecer o estudo dos vocábulos mediante um conhecimento menos superficial das condições sociais. Se, por exemplo, K.-J. Hollyman tivesse observado mais de perto os textos, teria visto que a palavra *dominus* não é empregada nas cartas do século XI para qualificar indistintamente qualquer nobre, mas apenas os que detêm o poder de comandar e de punir — o que não é sem interesse; assim como não teria considerado que *hom de poesté* designava no século XII qualquer camponês, pois a expressão se aplicava especialmente àqueles que se achavam em situação de particular dependência para com o detentor da *potestas*, isto é, para com o chefe encarregado de manter na aldeia paz e justiça... Uma análise mais acurada lhe teria igualmente permitido estabelecer uma cronologia mais precisa da evolução: assim, quando é que *miles* foi ado-

lado pelos redatores de cartas para designar os membros da elite? Pode observar no Mâconnais que o termo se difunde entre 970 e 1030. Matizes cronológicos, mas também matizes geográficos. *Collibertus* é a única palavra cuja área de utilização é delimitada pelo autor, que utiliza os trabalhos de Marc Bloch. Ora, parece-me que as variações regionais merecem ser observadas de perto; uma pesquisa sobre o vocabulário da dependência camponesa, empreendida por estudantes de Aix sob a minha direção, começa a revelar certas zonas limítrofes onde a linguagem se modifica, domínios onde as mutações são mais precoces: geografia do vocabulário que não tem menos interesse que sua história.

Enfim, K.-J. Hollyman limitou seu estudo a um pequeno número de palavras por ele escolhidas. São realmente os termos básicos. Mas mesmo assim a escolha é arbitrária: por que estudar *villanus* e não *rusticus*, que lhe é quase equivalente? Parece-me difícil isolar o estudo de *miles* daquele de *nobilis*. O que nos leva a perguntar se o estudo das palavras isoladas é realmente fecundo. Parece, ademais, que a história de uma palavra não pode ser útilmente seguida senão no interior de um meio lingüístico homogêneo. Ora, K.-J. Hollyman estudou principalmente duas línguas, a das cartas e a dos primeiros textos em língua vulgar, e essas duas línguas guardam muito pouca relação entre si. É surpreendente ver, por exemplo, que *vassal* e *culvert* são retomados pelos literatos no próprio momento em que os notários os abandonam, e mudando completamente de conteúdo semântico. Mais fecundo, por conseguinte, parece ser o estudo de um certo vocabulário, que permita observar as associações, colocar o problema das freqüências. Estudo difícil, estudo coletivo que poderia organizar-se em torno do Centro de Besançon. Pleno de interesse, já dissemos, o livro de K.-J. Hollyman deve ser considerado como a base de um edifício de amplitude singularmente mais vasta.

De alcance bem diverso é a recente obra consagrada por Bryce D. Lyon aos feudos-rendas¹, que esclarece a um tempo a história da mentalidade feudal e a das formas tardias da relação feudo-vassálica. Trata-se de tenências feudais constituídas não por uma *î* na, mas por uma renda anual fixa, em dinheiro ou em espécie, dessas rendas, dessas pensões que se distinguem das demais pelo simples fato de implicar a homenagem, pelo fato de seu beneficiário estar em posição de vassalo. M. Sczaniecki iniciara o estudo dessa instituição ocupando-se unicamente das regiões francesas². B. D.

Lyon estendeu a pesquisa a todo o Ocidente. Isso lhe permitiu sobretudo delimitar a zona onde se difundia a prática do feudo-renda: Inglaterra e regiões entre o Loire e o Reno são as províncias que mais profundamente se penetraram dos hábitos feudais e que conheceram ao mesmo tempo os progressos mais precoces da economia monetária. O uso do feudo-renda se desenvolveu no mesmo ritmo em toda essa região: suas primeiras manifestações datam da segunda metade do século XI (1048 em Fulda, 1066 na Inglaterra, 1079 na Normandia, 1087 nos Países Baixos); mas só se generalizou, e muito bruscamente, nos últimos anos do século XII. Foram principalmente os grandes príncipes que utilizaram esse procedimento: todas as concessões na Inglaterra, três quartos delas na França, foram reais; na Alemanha, ao contrário, os senhores de feudos-rendas eram em sua maioria de menor poder: a cidade de Colônia obtinha por esse meio vassallos que lhe deviam uma ajuda militar. Florescente no século XIII e na primeira metade do XIV, a instituição entrou em seguida em declínio, depois de 1450, já não se descobrem dela senão alguns vestígios.

Regido em princípio pelas mesmas regras consuetudinárias do feudo territorial, como ele hereditário e alienável (o que logo determinou a pluralidade das homenagens e o debate tão comum: a qual dos múltiplos senhores servir?), o feudo-renda era na realidade de uma prática muito mais flexível. Graças a ele, o senhor podia obter vassallos muito longe de seus domínios, punir mais facilmente as faltas do feudatário, visto que lhe bastava suspender o pagamento das anuidades. Procedimento prenhe de vantagens, por conseguinte, mesmo para o próprio vassallo, que preferia receber, diretamente e sem preocupação de gestão, o dinheiro (salvo nos Países Baixos, as rendas em espécie se rarefizeram muito rapidamente já no século XIII). Por isso as cláusulas, que no contrato estipulavam ser o recurso à renda meramente provisório e previam sua rápida substituição por uma concessão territorial assim que as circunstâncias o permitissem, eram quase sempre pura formalidade. Na verdade, esses feudos continuaram a ser atribuídos sobre rendas particulares, como portagens e terrádegos, a estar a cargo dos tesoureiros dos príncipes ou dos financistas a seu serviço (depois de haver encarregado no século XIII os templários de La Rochelle de pagar em seu nome os pagamentos atrasados a seus feudatários do continente, os reis da Inglaterra utilizaram em seguida as companhias de comércio italianas).

Michel Sotzanecki e Walter Kienast aventaram que os feudos-rendas desempenharam um papel eminentemente político e diplomático, mas não militar. B. D. Lyon prova o contrário, e este é um dos principais resultados de suas pesquisas. Certo, a concessão de

uma renda em troca da homenagem foi empregada para muitos fins — raramente para recompensar funcionários que recebiam remunerações, rendas não-feudais, mas pelo menos para constituir apanágios ou mesmo dotes e para colocar a seu serviço personagens influentes nas cortes estrangeiras (prática tão corrente que ninguém se chocava ao ver os conselheiros mais íntimos dos reis ou dos papas receber uma pensão anual de príncipes concorrentes de seu senhor, dos quais eles eram, por isso, vassallos). Todavia, o senhor esperava antes de tudo, dos beneficiários de feudos-rendas, um serviço de armas, guarda das fortalezas na Alemanha e na França do Leste, participação na hoste, muito geralmente: assim, os reis da França e da Inglaterra multiplicaram as concessões de feudos-rendas durante as fases ativas do conflito que os opunha. Mas o autor mostra bem que o feudo-renda não era o soldo do serviço militar: tinha por função garantir uma fidelidade vassálica através da homenagem, já que os serviços propriamente ditos eram retribuídos por outras doações, remunerações ou recompensas, que se acrescentavam à renda feudal. Isso prova que os príncipes preferiam, à custa de um gasto suplementar considerável, empregar soldados que lhes estivessem ligados por um compromisso de homem para homem — e, portanto, que os hábitos de vassalagem estavam ainda bem vivos na primeira metade do século XIV. Tal é o significado do feudo-renda: *"Feudal custom could not be abruptly pushed aside merely because there was more money."*⁴⁵

No fim do século XIII, no próprio momento em que as novas condições econômicas e a aceleração da circulação monetária começavam a questionar as relações de fidelidade, demasiado dependentes de relações meramente territoriais, os senhores dos principados mais evoluídos — os reis da Inglaterra em primeiro lugar — puseram-se a utilizar o dinheiro para recompensar os devotamentos pessoais, sem contudo abandonar as formas feudais: distribuíram rendas exigindo a homenagem. Os usos vassálicos foram assim revigorados. Ligado ao mesmo tempo a necessidades militares mais prementes, a mais amplas disponibilidades de numerário, a prática universal dos compromissos de homem para homem, o uso do feudo-renda possibilitou assim a transição entre o conjunto de costumes e de hábitos mentais a que chamamos feudalismo e o novo mundo onde as relações políticas se fundamentavam sobretudo no dinheiro. Mais tarde, a evolução das instituições militares ocasionou o declínio do feudo-renda: recurso do rei à convocação geral para o exército, que separou o serviço de armas do dever vassálico, utilização sobretudo desses contratos, denominados na Inglaterra *inclosures*, que asseguravam ao príncipe o serviço de um capitão em troca de

uma pensão, mas sem intervenção da homenagem — contratos que, já no reinado de Eduardo III, constituíram a base do recrutamento. No entanto, a razão profunda do abandono do feudo-renda é menos a evolução econômica ou política do que a da mentalidade. Do meado do século XIV ao meado do século XV, o contrato de *indenture* e o feudo-renda foram conjuntamente utilizados. Se o feudo-renda saiu de uso em seguida, foi porque a homenagem (logo, o vínculo vassálico) já não apresentava interesse, foi porque a concepção feudal do serviço, até então vigorosa, se perdeu. Possibilidade desde o fim do século XI pela abertura progressiva da economia, rapidamente difundido a seguir em razão de suas vantagens, da flexibilidade que conferia às relações de homem para homem (pode-se pensar que a maioria dos beneficiários dessas tenências jamais viram o senhor, que lhes recebia a homenagem por procuração), o uso do feudo-renda era na realidade dependente de uma certa atitude mental. O belo livro de B. D. Lyon, mostrando tanto os vínculos quanto as discordâncias entre a evolução das condições materiais e a da psicologia coletiva, incita a prolongar a história econômica pela das mentalidades. E ilustra à perfeição esta evidência: que é o feudalismo? É antes de tudo uma disposição de espírito.

II

A LINHAGEM ARISTOCRÁTICA

Linhagem, nobreza e cavalaria
no século XII
na região do Mâconnais —
uma revisão*

O sul da Borgonha é muito pobre em fontes narrativas no século XI. Não se encontra ali, notadamente, nenhum desses escritos genealógicos que em outras províncias permitem perceber a idéia que os contemporâneos faziam da antiguidade de sua casa, ou seja, de sua nobreza. Em compensação, os cartórios dos estabelecimentos religiosos, especialmente da abadia de Cluny, oferecem aqui um material documentário dos séculos X e XI mais farto e mais denso que em qualquer outro lugar, o que facilita observar mais claramente do que em outros lugares os níveis superiores da hierarquia social. A fim de tornar essa visão ainda mais precisa, preferi nesta revisão limitar a observação a um campo geográfico mais restrito que aquele abarcado por meu primeiro estudo. Concentro-a no setor em que a documentação se apresenta mais rica e mais contínua, ou seja, num espaço de menos de duzentos quilômetros quadrados, nos arredores imediatos da abadia de Cluny, zona onde as aquisições de bens pelo mosteiro foram mais precoces e numerosas.

Umás quarenta comunas rurais hoje, no ano mil quarenta e cinco paróquias, uma centena de vilarejos e terras camponesas, quatro castelos, um, Lourdou, propriedade de Cluny, os outros três,

* Texto publicado em *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º 27 (4-5), julho-outubro de 1972, pp. 803-823.

Berzé, Uxelles e La Bussière, nas mãos dos senhores laicos, então ocupados em construir ao redor de cada uma dessas fortalezas um domínio territorial autônomo, bloqueado em uma de suas margens pelo Bar de Cluny, pela zona de proteção que as instituições da paz de Deus tentavam instaurar em torno do mosteiro — tal é a área dessa pesquisa. Seu objetivo: praticar um corte na sociedade; para isso, situar-se no fim do século XI, abranger todos os proprietários masculinos de bens laicos que estiveram ativos entre 1080 e 1100 e dos quais sabemos que os descendentes usaram no século XII o título cavaleiresco; mas limitar-se tanto quanto possível a uma mesma geração, excluindo portanto os filhos ou os pais ainda vivos e os filhos já adultos na época da sondagem; descartar assim certos homens presentes na região, mas ali possuindo apenas bens marginais, aparecendo apenas ocasionalmente (é o caso, em particular, de três outros donos de castelos, os de Bâgé e de Montmerle, em Bresse, o de Bourbon às margens do Loire e de algumas famílias da aristocracia charoleta). Ao todo, podem ser inventariados, dessa maneira, cento e cinco indivíduos pertencentes a trinta e quatro grupos familiares, a trinta e quatro “casas” — sete das quais encontrando-se, por sua vez, divididas em dois ou três ramos aparentados; o que perfaz, portanto, quarenta e uma *fraternitates*, quarenta e um grupos de irmãos... Partindo dessa amostra, empenhei-me inicialmente em situar esses indivíduos numa genealogia e, remontando o fio das gerações, em chegar a seus mais longínquos ancestrais. Em seguida tentei verificar, observando nas cartas e nas notícias que os põem em cena todos os qualificativos sociais atribuídos a esses cento e cinco indivíduos e a seus ascendentes, se as linhagens foram consideradas na época linhagens de nobres ou linhagens de cavaleiros.

Nos documentos datados de 1080-1100, os grupos familiares se encontram nitidamente individualizados por um *cognomen*, por um sobrenome que os irmãos e os primos usam em comum. Na verdade, três desses *cognomina* são usados cada qual por dois grupos distintos; com propriedades nos mesmos lugares, são todos parentes, mas de um parentesco muito remoto, formando então linhagens separadas. Notemos ainda que dos trinta e um sobrenomes em uso, sete são de alcunhas que se tornaram hereditárias; dois dentro deles, o que é digno de atenção, designam dois dos três proprietários de castelos. Os vinte e sete restantes são nomes de propriedades rurais, isto é, de patrimônio fundiário, ou seja, de herança.

Quem, partindo desta base segura, empreende sair à procura dos antepassados depara com graves dificuldades. As primeiras decorrem do fato de a densidade da documentação estar longe de ser homogênea. Muito farta nas cercanias do ano mil, ela diminui pou-

co a pouco no decorrer do século XV, e isso por duas razões principais. Primeiro porque a grande afluência de esmolas oferecidas aos estabelecimentos religiosos vai se reduzindo progressivamente, ao mesmo tempo que vai se restringindo o recurso à escrita para o registro das doações; isto faz com que os cartórios do mosteiro de Cluny ou da catedral de Mâconnaix, nossas principais fontes, se apresentem nitidamente menos ricos por volta de 1100 do que cem anos antes. Depois porque a própria expansão da propriedade eclesiástica na região pesquisada expulsa dali gradualmente os proprietários leigos; estes são repelidos insensivelmente para bens fundiários que ainda possuem no exterior dessa zona; por isso eles saem lentamente do campo de observação. Se acrescentarmos que a cronologia das atas, especialmente das cartas e notícias cluniacenses, se torna muito mais vaga na segunda metade do século XI, compreenderemos que não é muito fácil ligar a geração que constitui o objeto da sondagem à que se encontrava ativa cem anos antes, nas imediações do ano mil.

Para chegar a ela, impõe-se utilizar três tipos de indícios: as menções expressas de filiações contidas nos documentos, os "sobrenomes" e, enfim, os nomes individuais, também eles herdados dos ancestrais, pelo menos em grande parte, mas segundo regras que talvez não fossem absolutamente estritas na época ou, em todo caso, que não são claras para nós. O primeiro desses fios condutores perde sua solidez à medida que a pesquisa vai recuando no tempo. A indicação dos laços de parentesco nas atas que garantem transferências de direitos é de fato tanto mais frequente quanto esses laços têm mais vigor e o indivíduo se sente menos livre perante os homens de seu sangue para dispor de seu próprio patrimônio. Ora, as estruturas do parentesco — voltarei ao assunto longamente na sequência deste estudo — modificaram-se aparentemente, durante o século XI, no sentido de um estreitamento progressivo da solidariedade de linhagem. Dai decorre os indícios de filiação ou de parentesco serem muito mais numerosos em 1100 do que no ano mil e ser, portanto, muito mais difícil, nesta última data, ligar os membros da aristocracia a um grupo familiar e vinculá-los a seus descendentes. A segunda série de referências também se desagrega muito depressa: em 1100, juntar ao nome de um contratante um sobrenome familiar era uma prática recente entre os redatores de cartas: dos trinta e um sobrenomes, apenas catorze aparecem nas atas antes de 1070, onze antes de 1050 e cinco antes de 1035; nenhum é mencionado antes do ano mil. Restam os nomes individuais. Mas a utilização deste último material documental é, por sua vez, contrariada por modificações que ocorrem no curso do século XI, por uma evolução em

si muito importante e que mereceria um estudo aprofundado, mas à qual só uma alusão pode ser feita aqui: refiro-me à progressiva redução do número dos nomes. Os quarenta e sete leigos masculinos, ativos no ano mil, reconhecidos como os ancestrais dos cento e cinco indivíduos que constituem a amostra de base, partilhavam entre si trinta e cinco nomes. Já havia homônimos entre eles: sete Bernard, por exemplo, três Josseran —, mas eram poucos. Para designar seus cento e cinco descendentes de 1100, são empregados somente trinta e nove nomes. Ou seja, as homônimas são duas vezes mais frequentes: também sete Bernard, mas agora dez Josseran, quinze Hugues, doze Geoffroy, cinco Humbert... Esse fenômeno se relaciona estreitamente com o uso cada vez mais consolidado do sobrenome familiar; resulta também de um duplo movimento, que afeta as relações de parentesco e ao qual voltarei, ao mesmo tempo de desdobramento dos troncos familiares em ramos divergentes e de reaproximações de linhagens pelo jogo de alianças matrimoniais. Todavia, se considerarmos que dos trinta e cinco nomes usados no ano mil, dezessete se perderam definitivamente pouco tempo depois, e que, em consequência, dos trinta e nove nomes de 1100, vinte e um são recentemente adotados pelas famílias consideradas, torna-se claro que a evolução da antroponomia é complexa, associando um fenômeno de condensação a um fenômeno de inovação, e que por isso ela é ainda mais rica de significações a um tempo psicológicas e sociais. Deve-se notar, com efeito, que, dos cinco nomes mais usados em 1100 (por quarenta e nove indivíduos, isto é, quase metade do conjunto), um, Hugues, é o do homem que desde 1049 é abade de Cluny, outro, Geoffroy, pertence à linhagem dos condes de Mâconnais e os três outros, Josseran, Bernard e Humbert, são de uso hereditário de duas famílias muito poderosas que possuem os castelos mais fortes. Assim, de todos os nomes usados pelos antepassados, reliveram-se de preferência os que evocavam as raízes mais prestigiosas da ascendência ou os que manifestavam um parentesco com as mais gloriosas linhagens da região. Quanto ao aparecimento de novos nomes, isso se explica sobretudo pela exogamia a que eram obrigadas essas famílias aristocráticas, que deviam casar seus filhos cada vez mais longe, fora do parentesco. Certas inovações, porém, só são compreensíveis por uma mudança de atitude mental. Assim, a intrusão de nome extraídos do Novo Testamento, os dos quatro Étienne (Estêvão) e dos dois Pierre (Pedro) de 1100, por certo procede de uma lenta evolução das representações religiosas, enquanto intervém talvez o fascínio exercido pelos heróis épicos: Girard, Roland e Olivier figuram, de fato, entre os novos nomes. Seja como for, a renovação da onomástica masculina vem confundir ainda mais

a pista mais segura e mais contínua que se oferece à pesquisa genealógica. Como, enfim, as pessoas mais presentes na documentação que utilizo são celibatários ou indivíduos sem filhos, porque foram os mais generosos para com a Igreja: como as famílias cuja história é a menos obscura são as que fizeram mais doações, a ponto de empobrecer ou de extinguir-se, ou, em todo caso, de desaparecer do campo de observação; e como, em compensação, os grupos de parentesco mais vigorosos, mais solidamente ancorados em sua fortuna fundiária, menos pródigos de esmolas, aparecem mais raramente nos cartórios, compreender-se-á que a reconstrução dos ascendentes à qual me entreguei permanece incompleta e incerta.

A densidade dos documentos e a presença neles de indícios diretos e seguros é, entretanto, suficiente para que a tentativa não seja vã. A imagem se torna precisa, aliás, quando utilizamos também outros sinais menos evidentes mas que, quando os encontramos associados uns aos outros, reforçam solidamente a hipótese. É lícito assegurar que dois indivíduos são parentes pelo sangue quando usam o mesmo nome raro e quando se evidencia, ao mesmo tempo, que seus bens hereditários são vizinhos uns dos outros nas mesmas zonas rurais. E a presença num patrimônio, de geração em geração, de certos elementos excepcionais — uma precária manutenção de um estabelecimento religioso, um domínio compacto, uma igreja paroquial — é um indício seguro de filiação entre seus possuidores sucessivos. Certo, nessa região de alódios, ao cabo de um encadeamento secular de partilhas sucessoriais e de alianças matrimoniais, a propriedade fundiária se acha pulverizada. A ponto de, na maioria das terras onde progride a fortuna fundiária da abadia de Cluny, vemos, estabelecidos lado a lado, uma multidão de herdeiros que são certamente parentes, mas de maneira tão remota que é praticamente impossível distinguir os fios da meada das relações que os unem. Tomo um exemplo, o da zona rural de Serbie (oitto quilômetros ao norte de Cluny). Por volta de 1090, o ecônomo da abadia, Hugues de Bissy — primo irmão de três dos cavaleiros que são objeto desta pesquisa —, empreende adquiri-la integralmente, peça por peça, mediante *conventiones* ou *comparationes*, concluídas, diz o texto, "com seus tios, com outros parentes e com outros homens".¹ Em nome do mosteiro, ele deve então tratar com trinta e sete grupos de proprietários, entre os quais dez camponeses donos de alódios; vinte dos cento e cinco indivíduos abrangidos por nosso estudo estão aqui representados, pertencendo a nove grupos familiares; três dentre eles possuem sua terra como feudo, dois outros em virtude do direito da esposa. No entanto cinco grupos familiares, entre os quais o dos senhores de Uxelles, parecem compartilhar nessa zo-

na rural a herança de um antepassado distante. Assim, reforça-se a impressão, já transmitida pelo estudo dos nomes individuais, de um estreito parentesco que reúne toda a sociedade aristocrática num bloco homogêneo. Essa própria coerência, por emaranhar inextricavelmente os laços de parentesco, dificulta ainda mais o estabelecimento de genealogias, mas reforça as hipóteses de filiação. Em definitivo, os resultados da pesquisa são, a meu ver, os melhores que poderíamos esperar para toda a Europa dessa época. Ei-los.

Primeira questão: até que ponto do passado se pode remontar a linha genealógica desses trinta e quatro grupos familiares? Noutras palavras, qual era, no limiar do século XII, a antiguidade dessas famílias, isto é, sua "nobreza", já que a nobreza é antes de tudo uma questão de ancestrais remotos e bem estabelecidos? A aristocracia dessa região, por volta de 1100, é formada por herdeiros de antiga riqueza? Ou, ao contrário, de novos-ricos que o serviço de um senhor ou o favor de um benefício fizeram sair recentemente das classes inferiores?

1. Para quatro grupos de irmãos (4, 16, 17, 34) falta qualquer indicação formal de filiação: não se conhece o pai dos doze indivíduos que os representam no fim do século XI. Mas, a bem dizer, para dois dentre eles (4, 34), indícios múltiplos autorizam reconstituir com toda a segurança um esquema genealógico que se desdobra em quatro gerações. Restam, assim, somente oito personagens cuja ascendência é desconhecida.

2. A seguir vêm quatro outros grupos (9, 13, 24, 26), ou seja, catorze indivíduos, dos quais se localizam com precisão o pai e os tios. Todavia, pode-se, com a maior probabilidade, remontar a quatro gerações a filiação de um deles (26), e mesmo, para dois outros (9, 13), a seis.

3. De trinta personagens, representando nove outros grupos (6, 10, 15, 18, 20, 21, 28, 29, 33), situam-se claramente alguns avós, e para quatro desses grupos (6, 15, 18, 33) o esquema genealógico pode ser prolongado até uma quarta geração.

4. Vêm em seguida catorze grupos cuja filiação é inteiramente certa para quatro gerações (1, 2, 3, 5, 8, 11, 14, 19, 23, 25, 27, 30, 31, 32), para cinco deles (1, 2, 3, 8, 23), uma quinta pode ser acrescentada sem hesitação.

5. Essa extensão a cinco gerações é certa para dois grupos (7, 12).

6. Para a trigésima quarta (22), ela é certa para seis gerações.

Quatro conclusões podem ser tiradas desse recenseamento:

1. Vinte e oito das trinta e quatro famílias que formam, no fim do século XI, a camada superior da sociedade laica, ou seja, mais de 80 por cento do conjunto, aparecem já solidamente implantadas em ricos alódios antes do ano mil; sem ir muito longe, pode-se elevar a proporção a 95 por cento, isto é, levando-se em conta o estado da documentação, propor considerar toda a aristocracia de 1100 como bem estabelecida no mínimo há mais de um século, para doze famílias, isto é, para mais de um terço dentre elas, a antiguidade dessa base fundiária pode recuar mais cinquenta anos.

2. Afirmei que três dos trinta e quatro grupos familiares possuíam cada qual um castelo e detinham os poderes de comando ligados à fortaleza. Essas três famílias situam-se entre aquelas cuja filiação podemos recuar mais longe no passado; o mais remoto antepassado conhecido dos senhores do castelo de Bierzé e daqueles do castelo de La Bussière estava ativo em 960, e provavelmente por volta de 940; o dos senhores do castelo de Uxelles, por volta de 980. No entanto a pesquisa não permite atribuir raízes mais profundas a essas linhagens que são no século XII mais poderosas que as demais. A família conhecida há mais tempo do que todas não está entre elas; o primeiro representante da dinastia que comanda no castelo de Uxelles aparece nas fontes mais tarde que o de oito linhagens, com certeza, e provavelmente de onze. Certo, não devemos esquecer as deficiências do material documentário em que se baseia esse recenseamento; na realidade, são os contatos que eles mantêm com os estabelecimentos religiosos que fazem surgir da sombra os membros da aristocracia laica: três quartos dos esquemas genealógicos que mais se estendem no passado abrangem, na verdade, famílias que possuíam bens na área onde a fortuna fundiária cluniacense expandiu-se mais cedo e a família dos senhores de Uxelles não faz parte delas. O importante, contudo, é observar que a linhagem dos homens que, nas imediações do ano mil, empreenderam construir em torno da fortaleza onde se encontravam estabelecidos uma castelania independente não parece possuir uma riqueza alodial mais antiga que muitas linhagens vizinhas. Em outras palavras, não se pode garantir que foi uma posição familiar mais bem estabelecida localmente que permitiu a essas três famílias, ao se apropriar do poder banal e de seus ganhos, empreender a ascensão que, no fim do século XI, coloca-as nitidamente acima dos demais na hierarquia do poder e da fortuna. É possível, em compensação, aventar que a progressiva emergência dessas linhagens resulte da instalação de um de seus antepassados, por um jogo de delegação de autoridade que nos escapa, num castelo preexistente.

3. Deve-se constatar ainda que as estirpes mais antigas dessas famílias (uma com certeza, nove provavelmente) entram na luz da história muito pouco tempo após o momento em que o condado de Mâconnais se torna hereditário, e sensivelmente antes que se mostre em ação o fundador do mais poderoso principado laico da região, a senhoria de Beaujeu. Metade, se não um terço, desses grupos familiares se revela solidamente instalada antes que se possa discernir o grande movimento de mutação política e social que, por volta do ano mil, propicia o acesso dos senhores dos castelos à autonomia, a formação da senhoria banal e o desenvolvimento do movimento pela paz de Deus, antes do momento — notemo-lo — em que a palavra *miles*, o título do cavaleiro, se introduza no vocabulário jurídico e nele se difunda. Isso permite aventar que a aristocracia dos arredores de Cluny não nasceu em absoluto dessa mutação. Tudo se passa mesmo como se, em seu conjunto, ela já estivesse vigorosamente enraizada em sua fortuna alodial quando, em meados do século X, o rápido crescimento da primitiva doação fundiária da abadia cluniacense começa a lançar uma primeira claridade sobre o meio social contíguo. Não a vemos nascer: apreendemo-la já formada assim que se dissipam as trevas ante-históricas.

4. Por fim, se considerarmos conjuntamente as menções expressas de filiações e alianças, a maneira pela qual se distribuem os nomes individuais entre os grupos às diferentes gerações familiares, aquela pela qual se repartem os patrimônios aristocráticos por entre as terras rurais, poderemos conjecturar sem excessiva audácia que vinte e oito dos trinta e quatro grupos familiares, oitenta e três dos cento e cinco indivíduos localizados no fim do século XI, isto é, 80 por cento do meio aristocrático, na verdade estão ligados a seis troncos originais. A um deles, cujas posses primitivas se estendiam até a montanha beaujeoise e o alto vale do Grosne, da qual saem os senhores de Beaujeu e grande número de famílias aristocráticas implantadas fora da zona que escolhemos como campo de observação, podemos relacionar oito linhagens entre si (1, 2, 3, 24, 22, 23, 27, 9). Duas destas e seis outras (4, 19, 14, 20, 21, 25) procedem de outro tronco, a família dos Evrard e dos Alard, cujo mais antigo representante conhecido na região do Mâconnais vivia no círculo de Carlos, o Calvo, e cuja fortuna ancestral se situa entre Cluny e o vale do Saona. Um terceiro tronco pode ser localizado a oeste de Cluny, um quarto nas colinas arborizadas que dominam a leste o mosteiro; de cada um deles saem cinco linhagens (31, 34, 32, 33, 30, 7, 8, 9, 15, 4), um dos quais se liga também ao tronco Evrard. Das duas últimas raízes, situadas ambas ao longo do Grosne, a ju-

sante de Cluny, parecem sair quatro e três grupos familiares, dois dos quais se ligam igualmente ao tronco *beaujolais*¹.

O certo, em todo caso, é que a aristocracia de 1100 forma uma sociedade de herdeiros. Seus membros, em sua maioria, descendem de homens que, no século anterior, antes da ampliação do patrimônio de Cluny, possuíam grandes extensões das terras dessa região. Temos a prova disso: essas pessoas do fim do século XI detêm ainda — ou detinham recentemente — um bom número de igrejas paroquiais, os Béraud a de Chazelle, os Ameugny a de Taizé, os Créteil a de Chassy, os Bâtre a de Berzé-la-Ville, os La Chapelle a de Bragny, que constitui a origem de seu sobrenome patronímico. Tudo se passa como se, o mais tardar na metade do século X, seis imensos conjuntos patrimoniais — cujo destino anterior escapa à história — se tivessem fracionado por partilhas sucessoriais para fundar a fortuna fundiária dos diversos ramos da aristocracia local. Mas esse processo de fragmentação que, em seu conjunto, escapa à observação histórica parece ter-se desacelerado progressivamente. A esses seis troncos, com efeito, podem-se ligar, já no fim do século X, vinte e quatro ramos individualizados: em seguida, no decurso do século XI, só quatro novos grupos familiares se destacam ainda deles, pela tripla ramificação de dois desses ramos. Ao mesmo tempo que emergem da obscuridade as seis famílias que não podemos com certeza ligar a esses troncos. Ao mesmo tempo que quatro grupos familiares evidenciados pelos documentos das imediações do ano mil se extinguem. A um período de dispersão, de dissociação, de proliferação se sucedeu portanto, no século XI, uma fase de rigidez. Por que razão? As relações de parentesco se modificaram? Tal é a segunda questão que agora convém colocar.

Vinte anos atrás, aventei a idéia de uma modificação das estruturas familiares na aristocracia, que teria ocorrido no decorrer do século XI. Como, desde então, os melhores conhecedores da aristocracia pós-carolíngia, os melhores especialistas da investigação genealógica — citei os alunos de Gerd Tellenbach — foram levados a formular eles próprios, a propósito das regiões do Império, a hipótese de uma cristalização progressiva das relações de parentesco em dinastias patrilineares, em *linhagens*²; como, por outro lado, tais fenômenos se ligam estreitamente ao problema aqui discutido, o da noção de nobreza, pareceu-me útil retomar o exame do material documentário por mim investigado. Nesse domínio, a bem dizer, considero que a revisão não está terminada; o estudo, com efei-

to, se revela difícil tanto as fontes são defeituosas. Defeituosas, principalmente, por serem muito escassas: na ausência de qualquer formulação expressa de regras ou de costumes, é preciso partir dos documentos da prática e empenhar-se em discernir através deles o que eram os usos; ora, as alusões são muito raras e, em sua maioria, de interpretação delicada. Ademais, a documentação tem o defeito mais grave de ser, durante o período de que nos ocupamos, afetada por uma evolução sobre a qual podemos indagar se não vem falsear todas as observações. De um lado, o formulário das atas se transforma: os quadros estritos utilizados no século X para a redação das cartas de doação, de venda ou de permutas se deterioram muito depressa a partir do ano mil para em seguida se dissolverem completamente. Nesse mesmo momento, nos cartórios dos estabelecimentos eclesásticos, vemos rarefazer e depois desaparecer as atas escritas estabelecidas entre leigos a propósito de bens ou de direitos posteriormente adquiridos pela Igreja, seja porque, passado um certo tempo, os arquivistas negligenciaram a conservação desses títulos, seja porque se tenha efetivamente perdido o costume de redigir tais atas na sociedade laica. Nessa degradação que afeta o material documentário, a virada decisiva parece situar-se por volta de 1035, isto é, ela está estreitamente vinculada ao desaparecimento das jurisdições públicas, ao abandono da prova escrita, à adoção de outros procedimentos para garantir a posse fundiária. Mas, diante dessa modificação das fontes, convém perguntar-se se os elementos de estatística que servem de suporte às hipóteses que vou formular traduzem de fato a realidade, e não simplesmente as transformações externas dos documentos. Se acrescentarmos que estes permitem perceber um único aspecto das relações de parentesco, o que se refere às relações econômicas e ao patrimônio, não será difícil julgar da fragilidade das conjecturas¹.

O aspecto dos esquemas genealógicos incita a supor, entre meados do século X e o final do XI, um nítido desaceleramento da expansão biológica das famílias. A hipótese básica consiste em relacionar esse fenómeno com uma contração dos laços de parentesco no quadro de uma linhagem estritamente masculina, com o aparecimento de estruturas propriamente de linhagem. Para verificar tal hipótese, proponho colocar sucessivamente três questões: vê-se, durante esse período, adensar-se a solidariedade dos consanguíneos em torno da herança? Pode-se discernir uma progressiva afirmação da primazia masculina? Certos privilégios parecem então ser reconhecidos aos primogênitos?

1. O primeiro desses três aspectos das relações de parentesco é o mais visível, o que melhor se presta ao tratamento estatístico.

Observam-se incontestavelmente aqui mudanças, que se orientam no sentido de uma maior coesão do grupo. Tais mudanças, porém, são complexas e se decompõem em quatro movimentos distintos: progresso da indivisão entre herdeiros; maior presença dos parentes entre as testemunhas das atas; frequência crescente do consentimento dos parentes às alienações; e, enfim, multiplicação das usurpações familiares sobre as esmolas dos ancestrais. Estudarei em separado esses quatro movimentos; para simplificar, dividirei a duração em quatro etapas cronológicas: primeira e, depois, segunda metade do século X, primeira metade do século XI e, por fim, período compreendido entre 1050 e 1120; para cada uma dessas etapas, darei a porcentagem das atas conservadas nas quais as diversas manifestações de uma mesma evolução são detectáveis.

a) Rara antes de 950, a indivisão torna-se em seguida um modo de posse cuja frequência permanece relativamente constante. O que muda — e o que traduz a estratificação crescente dos laços de parentesco — é o crescimento progressivo, após a metade do século X, da indivisão entre irmãos, que os textos denominam *fraternitas* ou *heredeschia* (28, depois 33, depois 50 por cento); mais significativa talvez é a participação cada vez mais nítida, na posse indivisa, de consanguíneos mais afastados (2, depois 6, depois 14 por cento).

b) O exame do escatocolo das atas mostra nitidamente a intrusão progressiva dos membros da parentela entre os signatários (de 4 a 10, depois a 16, depois a 20 por cento). O fenómeno, certamente, não pode ser isolado do desaparecimento simultâneo das assembleias públicas. Ele é acentuado pelo fato de as indicações formais de parentesco serem muito mais raramente apontadas no século X, no protocolo final dos documentos. Mas que os escritos não tenham julgado útil então, com a mesma frequência que depois, consigná-las é por si só um indicio notável. Observar-se-á, em todo caso, que entre os parentes signatários o lugar do pai ou da mãe não cessa de reduzir-se até desaparecer quase por completo (28, 7, 5, 4, 3 por cento). Isso prova que, a partir do ano mil, os filhos já não possuíam, em vida dos pais, um direito autónomo sobre sua parte da herança. Ressaltamos, em compensação, a ampliação do papel dos *proximi*, ou seja, dos consanguíneos mais afastados que os filhos ou os irmãos (de 3 a 10, 14, 18 por cento). Devemos observar, enfim, que a evolução parece aqui muito contínua, sem nenhuma ruptura de ritmo.

c) A intervenção da parentela, como dizem os textos, para *laudare*, *concedere*, dar um *consilium* por ocasião de uma alienação de um bem hereditário se torna também cada vez mais frequente (4, 7, 7, depois 33 por cento das atas). Contudo, observa-se aqui,

uma ruptura entre a primeira e a segunda metade do século XI. Acrescentemos que, por volta de 1080, surgem as primeiras menções de um preço pago em espécies monetárias para essa aprovação. E, se a proporção dos filhos permanece a mesma (cerca de um terço), a dos "próximos" passa de 3 por cento entre 950 e 1000 a 14 e depois a 16 por cento.

d) Praticamente desconhecida antes do ano mil (observei apenas três casos), a *querella*, a *calumpnia*, a reivindicação das linhagens sobre um antgo bem familiar possuído por um estabelecimento religioso permanece rara no decorrer do século XI. Torna-se entretanto mais frequente (de 1,6 a 3 por cento). O importante ainda é que a parte dos "próximos", relativamente à dos filhos ou dos irmãos, nas contestações *consanguinatis objectione vel capitalis illecone*, como diz um documento de 1030¹, estende-se gradualmente: passa de 12 para 35 por cento do conjunto das contestações.

Esses quatro esboços estatísticos fornecem, pois, indicações convergentes, atestando com clareza o progressivo fortalecimento das solidariedades de sangue face à herança. Esse movimento lento, contínuo, já aparece em andamento na segunda metade do século X; se a modificação de que falei no aspecto exterior das atas não dá margem a ilusão, ela é acelerada no segundo terço do século XI.

2. Os direitos dos filhos ou dos irmãos estenderam-se a expensas daqueles de suas irmãs? Essa sociedade, em outras palavras, pelo menos quanto à posse hereditária, tornou-se mais nitidamente masculina? Quem faz esta segunda indagação sente-se num terreno muito menos firme. Sobre as práticas sucessórias, com efeito, os testemunhos são raros e incertos. Por vezes faz-se alusão a tais costumes nas atas de doações e nas que tentam pôr um termo às contestações de herdeiros. Nunca, porém, uma herança é inteiramente descrita, tampouco sua partilha; nunca, pois, se pode avaliar com certeza qual foi o quinhão de um herdeiro e compará-lo ao dos demais. Enfim, os indícios são tão dispersos que é necessário renunciar a apreender uma tendência evolutiva.

É evidente que as mulheres herdaram do pai. No entanto, mais frequentes e mais explícitas são as alusões a uma transmissão de mãe para filha, de irmã para irmã, de alódos vindos do ramo materno². Por outro lado, se alguns textos sugerem que os direitos das mulheres à sucessão podiam ser iguais aos do irmão, tais textos são raros e de interpretação discutível. Na verdade, a maioria das menções dá a entender que os herdeiros masculinos recebiam uma parte maior³. Essa superioridade podia levar a excluir totalmente as filhas da herança? A frequência das divisões de bens apenas entre os irmãos, das partilhas em que o número dos lotes é igual ao dos

filhos varões, incitaria a não rejeitar absolutamente essa hipótese. Pode-se, aliás, apoiá-la em documentos formais. Eis um casal que tinha cinco rebentos, "quatro filhos e uma filha... um deles se fez monge em Cluny, foi-lhe dada sua parte da herança"; outro, o primogênito, consagrou-se, após a morte do pai, ao abade Odilon, que pagara seu resgate, e, quando ele morreu por sua vez, legou ao mosteiro, "perante seus filhos e suas filhas", o conjunto de seus bens. "Em seguida, o terceiro irmão... é ordenado monge em Cluny e doa sua parte a São Pedro. O quarto, o caçula, ficando só, deteve como feudo vitalício todos os quinhões da herança", a qual, após sua morte, passa integralmente ao domínio de Cluny. Nunca se faz a menor alusão ao quinto rebento, a filha. É excluída da mesma forma a irmã, casada, de um doador (um dos cento e cinco personagens da amostra), que oferece "um quarto da herança que me coube por direito hereditário após partilha com meus três irmãos"¹. De todos os modelos que podemos construir a partir desses documentos, o menos vago é sem dúvida o de uma sociedade em que a devolução de herança cabe aos homens, em que as mulheres só têm um direito menor, em que as irmãs solteiras permanecem sob a tutela dos irmãos e recebem, no máximo, para sua doação fúnebre, uma pequena parte da herança indivisa, geralmente extraída dos bens patrimoniais da mãe, em que as filhas casadas, enfim, saíram de casa, com pequeno dote, sem poder a partir daí ter qualquer pretensão sobre o alódio familiar.

Essa impressão geral é confirmada pelo exame do direito matrimonial. Aqui, é perceptível uma mudança entre o século X e o XI: ela reforça a ascendência do marido sobre a fortuna do casal. Antes do ano mil, com efeito, a esposa parece conservar, no seio do grupo conjugal, uma clara autonomia jurídica: ela gera seus próprios bens hereditários; o marido lhe doa o que se chama de *sponsalitium*, isto é, um terço de toda a sua parte de herança, às vezes até a metade, e isso para que "faça dela o que quiser", "para conservá-la, vendê-la, dá-la". Doação tão completa que podemos ver mulheres casadas outra vez transmitir aos filhos do segundo leito bens originários do patrimônio ancestral do primeiro esposo². No século XI, tudo muda: o marido, e depois dele sua linhagem, expressa vontade de conservar o estrito controle do *sponsalitium*. Tomam-se todas as precauções para que este não corra o risco, como outrora, de cair em outras mãos que não as dos parentes de sangue. E agora é o marido que detém a gestão dos bens hereditários da esposa. Ou seja, do dote, desse quinhão restrito da fortuna familiar que o pai ou o irmão lhe deram, oriundo, aliás, das margens menos preciosas do patrimônio — e utiliza-se para tal fim a esmola

de um parente defunto que não se quer ceder à Igreja, e com frequência também os bens dotais da mãe, mas evita-se, tanto quanto possível, tirá-la do coração da herança, do que foi transmitido pelos mais remotos ancestrais¹⁰. O fortalecimento incontestável do poder marital parece traduzir bem a reação de defesa de um grupo familiar reunido de um modo diverso do de outrora, aglutinado em torno de um bem patrimonial que, mais claramente que outrora, parece destinado a sustentar o modo de vida da progenitura masculina, que portanto deve ser protegido contra o que, nas incidências econômicas das alianças matrimoniais, representava em outros tempos um perigo de fragmentação, de esfacelamento. Tal reação deve ser estreitamente relacionada com uma atitude mental mais consciente, com uma imagem de estirpe que vemos formulada claramente pela primeira vez por volta de 1025 — a data é importante — numa das cláusulas desta ata de doação: "Se os filhos, nascidos por minha semente de minha esposa legítima, morrerem sem filho legítimo, meus herdeiros (*heredes e proheredes*) não terão direito algum à minha sucessão. E assim, pela sucessão dos tempos, que os filhos legítimos nascidos de minha semente, sucedendo-se cada qual por sua vez por reta e legal linha de geração, não possam fazer passar algo desses bens à posse ou à senhoria de nossos outros herdeiros."¹¹

3. Nessa linhagem de "filhos", de varões, os primogênitos — última questão — eram, de algum modo, privilegiados? Com toda a evidência, a imagem que o conjunto dos textos utilizáveis oferece é totalmente contrária à de um direito igual dos irmãos à herança. Entretanto, nessa região, ao longo desse período, não se deixou de reconhecer ao pai a capacidade de efetuar ele próprio a distribuição de seus bens entre os herdeiros. Às alusões diretas a "cartas de divisão" sucedem, após 980, alusões diretas a "divisões" que, por certo, já não são confiadas à escrita, mas cujo uso garante a continuidade entre as disposições escritas do século X e o primeiro dos novos testamentos escritos que conservamos, redigido em Beaujeu, por volta de 1090¹². Infelizmente, trata-se aqui apenas de alusões: nenhum testemunho permite avaliar se os mais velhos eram pouco ou muito favorecidos por tais partilhas, assim como por essas doações *inter vivos* de pais para filhos, que foram frequentes até o começo do século XI, mas que desaparecem em seguida, talvez em razão do fortalecimento da solidariedade familiar. Sem dúvida, vemos os privilégios da primogenitura se manifestar por duas vezes em nossas fontes, e de forma brutal. Mas, na verdade, tais manifestações se situam, de um lado, no fim do período, no fim do século XII, e, de outro, num meio social restrito, o dos proprietários

de um castelo, isto é, de um ofício que, embora objeto de apropriação familiar, conservava seu caráter público, sendo por isso mesmo, sem dúvida, considerado indivisível. Eis dois senhores de castelos. Um, ao partir em 1100 para a Terra Santa, distribui legados e institui por "herdeiro do resto de sua honra" um de seus quatro filhos. Outro, quase na mesma data, afirma que o pai, ainda vivo, já lhe fez "doação de sua honra", proibindo-se "nada dar nem vender a ninguém, nem a seus filhos nem a suas filhas"¹⁵. Que deduzir de testemunhos tão limitados, tão tardios? O que sabemos das práticas sucessórias posteriores no sul da Borgonha autorizaria ver neles as primeiras manifestações de um movimento que mais tarde se ampliou. No entanto, manterei minhas reservas a esse respeito. Mesmo, porém, que se admita a persistência dos princípios que determinavam deixar a cada filho uma parte igual da herança, é incontestável que o aspecto dos esquemas genealógicos mostra claramente, a partir do começo do século XI o mais tardar, uma tendência das linhagens familiares a cristalizar-se em torno de um único tronco, de um eixo, onde, parece, os filhos se sucedem por ordem de primogenitura. Favorecida pelo adensamento da solidariedade entre consanguíneos, pelos privilégios de masculinidade e mais ainda, por certo, pelas novas disposições dos costumes matrimoniais, essa cristianização parece no entanto resultar mais ainda de uma prudente restrição dos casamentos. Por certo todos os filhos tinham os mesmos direitos à sucessão, mas à morte do pai não partilhavam a herança. Só um dentre eles se havia casado, gerara filhos legítimos. Estes, graças à prática de divisão prolongada, recolheriam mais tarde, sem dificuldade, os direitos dos tios que permaneceram celibatários e a totalidade da herança, amputada somente daquilo que estes últimos tivessem oferecido à Igreja como doação fúnebre. São muitos os sinais dessa limitação das alianças a um, a dois varões no máximo. Retomo o exemplo que citei há pouco dessa família de quatro filhos, dos quais dois se ordenaram monges em Cluny; o mais velho foi o único a ter filhos e o último morreu solteiro. Acrescentarei o caso dos senhores do castelo de Uxelles; em 1070 eles eram cinco varões: dois entraram para Cluny, dois outros não deixaram nenhum vestígio e apenas um deixou descendência. Indicarei ainda que entre as doações *inter vivos*, as do tio celibatário a um dos sobrinhos são as mais numerosas e aquelas cujo uso se mantém por mais tempo. Evocarei os testemunhos incontestáveis de homens que lavram alas em nome dos irmãos, que agem sozinhos, limitando-se os outros varões a dar seu "conselho", seu consentimento.

Remeterei, enfim, ao resultado de minhas pesquisas genealógicas. Sem dúvida tais resultados são parciais: não se pode esperar conhecer to-

dos os membros adultos de uma parentela, e os que escapam à observação se situam precisamente nos ramos colaterais. No entanto, há que se levar em conta estes fatos: de trinta e quatro linhagens, apenas três assumiram sua individualidade no curso do século XI através de ramificação de dois dos troncos primitivos; não há mais que oito outras em que, nesta ou naquela geração, vários filhos tenham tido descendentes; restam vinte e três troncos únicos cujos ramos adventícios se estiolaram sem proliferar. E, se considerarmos os senhores dos castelos, veremos aí, muito evidente desde as imediações de 980, isto é, desde a origem do processo que originou as castelhanias independentes, a superioridade do primogênito sobre os irmãos: no castelo de Berzé, por exemplo, Gaudier, por volta de 1030, tem cinco irmãos; ele é cônego e, no entanto, comanda sozinho — como faz cinquenta anos depois seu neto Hugues, de quem se conhecem pelo menos três primos em segundo grau. Notemos enfim — e trata-se de uma última prova dos privilégios de fato da primogenitura — que o princípio da superioridade dos descendentes sobre os colaterais, acrescido aos efeitos da restrição dos casamentos, faz com que frequentemente uma filha, na ausência de irmão, receba, apesar de possuir tios e primos, a herança paterna. Então, é seu marido que a “detém”. Assim é que o castelo de Berzé esteve em duas ocasiões, por volta de 1060 e de 1090, nas mãos de dois genros, de dois homens estranhos à região, de dois novos-ricos talvez, enquanto os ramos colaterais da linhagem estavam muito bem providos de varões. Todas as indicações que estabeleci são ténues, mas convergentes. E esse novo exame me permite manter a opinião que enunciei há tempos em meu livro sobre a sociedade do Mâconnais, a de uma condensação, de um estreitamento em torno de uma linhagem de varões, a da progressiva afirmação, decerto mais acentuada entre os proprietários de castelos, mas comum a toda a aristocracia, de um estado de espírito dinástico.

Resta enfim o último dos problemas, que no entanto nos re-conduz à nossa interrogação inicial: a consciência que essa aristocracia toma de si mesma refere-se à noção de nobreza ou à de cavalaria? O interesse do esclarecimento que precede é, de fato, colocar o estudo do vocabulário social e o que ele revela das atitudes psicológicas em relações mais estreitas e mais seguras com a realidade viva, isto é, com os homens, ou antes, com esses trinta e quatro grupos familiares que melhor se individualizaram ao longo do século XI.

Quanto ao vocabulário, eis o que já afirmei há tempos, mas que um tratamento estatístico mais rigoroso das fontes me permite precisar e asseverar mais vigorosamente aqui.

1. Para manifestar que um indivíduo pertencia à aristocracia, utilizava-se no meado do século X o adjetivo *nobilis* (ou os equivalentes *clarissimus*, *illustris*, etc). De um lado, porém, esse uso era raro e, de outro, em 80 por cento dos casos, ele aparece ligado às exigências de certas fórmulas tradicionais, as dos contratos de precária e das atas de permutas, quando o termo é empregado para designar individualmente o beneficiário da ata, as das atas de assembleia judiciária, quando se trata de designar coletivamente os assessores do juiz.

2. A partir de 970 aproximadamente, ocorre uma dupla mudança.

a) Em primeiro lugar, difunde-se pouco a pouco o costume de distinguir dos demais os homens que pertencem ao estrato dominante da sociedade laica. A disseminação dos qualificativos aristocráticos no vocabulário das notícias e das cartas atesta que os escribas sentem cada vez mais a necessidade de exprimir a superioridade de determinadas personagens. Isto porque a aristocracia ganha mais consistência e mais peso, porque se aprofunda um fosso num certo nível da hierarquia das condições sociais. Assim, entre todas as atas onde se encontram termos que indicam o fato de pertencer à ar isto, a proporção dos antigos formulários onde era de tradição empregar tais palavras diminui progressivamente: a princípio lentamente, depois muito mais depressa, a partir da segunda metade do século XI.

b) Ela era de 70 por cento entre 970 e 1000, de 50 por cento entre 1000 e 1030, de 29 por cento entre 1030 e 1050 e de 10 por cento no último período.

c) Ao mesmo tempo, introduz-se entre esses vocábulos um termo que logo suplanta todos os demais, a palavra *niles*. Nos documentos hoje conservados, ela aparece pela primeira vez, empregada com essa finalidade, em 971.

— Ela penetra nas antigas fórmulas tradicionais, onde aos poucos prevalece sobre palavras como *vassus* ou *fideles*, que exprimiam a subordinação vassálica e, de maneira mais nítida, sobre *nobilis*. Encontramo-la em 20 por cento das atas desse tipo entre 970 e 1000, em 53 por cento entre 1000 e 1030, em 70 por cento entre 1030 e 1050; a proporção cai para 50 por cento entre 1050 e 1090, mas nesse momento os formulários praticamente caíram em desuso.

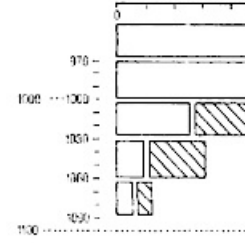
— O triunfo do título cavaleiresco é mais evidente nas outras atas: dois terços dos empregos entre 970 e 1000, quatro quintos entre 1000 e 1030, 87 e 85 por cento nos dois segmentos cronológicos se-

quintes. Acrescentemos que aqui ele serve cada vez mais de qualificação individual, atribuída à personagem que se supõe ter emitido a ata ou àquela que intervém como testemunha (16, 23, 33, 48 por cento enfim de todas as atas).

3. Trata-se aqui de uma substituição verdadeira, como mostram, entre outros, estes dois exemplos, um datado de 1002, outros de 1000. Na relação de uma assembléia judiciária presidida pelo conde de Mâconnais, fala-se sucessivamente de *ceterorum nobilium hominum qui ante eos stabant* e de *ceterorum militum qui ibi aderant*. Uma fórmula de permuta põe em cena um certo Bernard (o senhor de Uxelles): ele é designado como *vir clarissimus* segundo a dignidade do século¹⁴; porém assina "Bernard, cavaleiro". Certo, *miles* não elimina totalmente *nobilis*, mas adquire sobre ele, a partir de 1030, uma esmagadora superioridade: 31 por cento dos termos empregados para assinalar a superioridade social entre 970 e 1000, 64 por cento entre 1000 e 1030, 81 e 82 por cento em seguida.

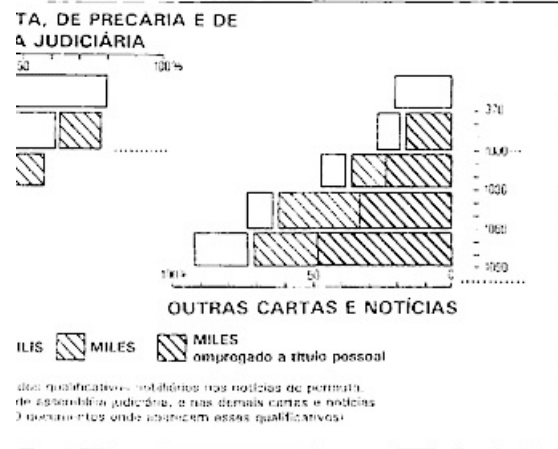
Mas, para provar que aqueles que são chamados nobres e aqueles que são chamados cavaleiros são as mesmas personagens, é preciso deixar o exame exclusivo dos vocábulos, colocar atrás destes os homens. Retomemos nossos cento e cinco indivíduos; três deles, convém lembrá-lo, comandam um castelo, noventa e seis são com certeza de antiga riqueza e todos são primos. O adjetivo *nobilis* (aliás, sob sua forma superlativa) é aplicado a apenas quatro deles; três são designados assim na mesma ata; ora, eles não se contam entre os mais poderosos, nem entre aqueles cujos mais remotos ancestrais são conhecidos; por outro lado, dois deles são, em outros documentos, denominados cavaleiros; o quarto é o senhor de Uxelles, *nobilissimus* decerto, mas o obituário de Mâconnais que o nomeia acrescenta: *nobilissimus miles*¹⁵. Consideramos outro qualificativo que também exprime a superioridade, a palavra *dominus*: encontro-a utilizada três vezes, mas por certo numa preocupação mais rigorosa de expressar a hierarquia social, já que, das três personagens que trazem tal título, duas são senhores de castelos, o de La Bussière e o de Berzé¹⁶. Tomemos, enfim, *miles*: vamo-lo atribuído a trinta e quatro indivíduos. O uso é nitidamente mais amplo, conquanto se refira a apenas 32 por cento das pessoas e a vinte linhagens sobre trinta e quatro. Em quatro desses grupos familiares, todos os irmãos que permaneceram no estado laico o usam; em doze outros, ele é aplicado somente ao primogênito; será ainda um privilégio da primogenitura? Entre os que são designados ou que se designam eles próprios cavaleiros, dois senhores de castelos e o primo do terceiro, mas, ao mesmo tempo que eles, pessoas das quais não se conhece sequer o pai, como os três irmãos de Cray. Restam setenta e um

NOTÍCIAS DE PERMUTAÇÃO ASSEMBLEIA



NOB

Distribuição
de produção e
total 1981



indivíduos sem título, dos quais trinta e nove são, é verdade, irmãos ou sobrinhos de um cavaleiro.

Estabelecidas essas bases, remontando, tanto quanto possível, ao passado das linhagens, situemo-nos nas cercanias do ano mil. Sobre quarenta e sete leigos varões reconhecidos como os ancestrais dos cento e cinco indivíduos de 1100, quinze trazem o título de cavaleiro (isto é, a proporção, 34 por cento, é um pouco mais elevada que no fim do século XI, se bem que, entretanto, o uso da palavra *miles*, como vimos, tenha-se difundido). Entre essas quarenta e sete personagens, há um número maior, proporcionalmente, de *dāmini* (quatro) e sobretudo de *nobīlis* (seis, isto é, 13 por cento em vez de 4 por cento em 1100). Desses seis "nobres", dois possuem um castelo, mas três, entre os quais aqueles dois, são chamados também, noutro documento ou na mesma ata, cavaleiros.

Finalmente, se considerarmos o conjunto das genealogias, só encontraremos três, entre as trinta e quatro linhagens, das quais nenhum membro usasse, numa ou noutra geração, nos documentos de que dispomos, o título de cavaleiro. Dessas três, uma surge nesse momento da sombra (é a única a cujo respeito se possa emitir a hipótese, frágil, de uma irrupção de novos-ricos na aristocracia); as outras duas são de antigo poder; do representante de uma delas no ano mil, diz-se que era *prepotens amicus* do conde de Mâconnais; um dos varões da última é chamado "nobre" em 1080. Restam todas as demais, isto é, 92 por cento do conjunto. Sete dentre elas têm qualificação cavaleiresca atestada só na geração de 1080-1100; ela o é para sete outras desde a geração precedente; 18 (53 por cento), dentre as quais duas de senhores de castelos, são encontradas nas proximidades do ano mil.

O título *nobīlis* — ou seus equivalentes — não parece, em compensação, reservado aos membros de uma pequena elite. Os proprietários de castelos, além de não açambarcarem as mais remotas genealogias, não são designados como sendo mais nobres que os demais; é outro termo, *dāminus*, que marca sua situação particular¹⁶. Em toda parte, pois, as palavras "nobre" e "cavaleiro" parecem intercambiáveis; em toda parte há continuidade nos títulos. Em todas as famílias, como na dos senhores de Uxelles, parece que se pode chamar indiferentemente, tanto no ano 1000 como em 1100, um representante masculino de *vir christianus* ou *nobilissimus miles*. Concluamos, portanto, sem hesitar, pela homogeneidade da sociedade aristocrática. Tudo reúne os seus membros num único grupo coerente — e isto desde a segunda metade do século X, isto é, antes das grandes mutações ilustradas pelo nascimento da senhoria banal e pela difusão das instituições de paz: ancestrais comuns, um pa-

rentesco que se estreita ainda mais pela persistência de práticas endogâmicas, uma superioridade econômica que tende a salvaguardar o fortalecimento das estruturas de linhagens, e, por fim, uma vocação comum para o poder e o serviço de armas, que acentua o caráter masculino dessa camada social. É essa vocação comum que explica sem dúvida que se tenha podido facilmente passar, num meio em que o feudo ocupava muito pouco espaço em comparação com os alódios, da noção de "nobreza", sustentada ao mesmo tempo pela imagem de uma antiguidade de raça e pela idéia de autoridade nativa e de poder, à noção de "cavalaria", estreitamente ligada à noção de serviço militar público.

Esta revisão me permite, portanto, afirmar com mais segurança que tive a oportunidade de aventar há tempos. Numa zona notavelmente esclarecida por uma documentação de excepcional riqueza, existe no século XI uma aristocracia fundiária bem estabelecida, assentada em patrimônios que, de geração em geração, são possuídos por linhagens, ainda em sua maioria de ancestrais mais ricos, mas que a precariedade das fontes impede de perceber antes da metade do século X. Antes do ano mil, os usos sucessoriais e a relativa independência econômica dos indivíduos ameaçavam acolhe-lo de tais fortunas. Mas, para que não se comprometesse a superioridade do grupo social, as relações de parentesco, no interior de costumes muito dúcteis, se modificaram lentamente no sentido de uma acentuação dos traços de linhagens. Essa contração foi mais precoce nas famílias que detinham as "honras", ou seja, possessoras de um castelo e da missão de comandar e de punir: no nível dos "senhores", investidos de um poder de origem pública, formaram-se as "casas" mais cedo coerentes. É aqui que se mostra a influência das estruturas políticas sobre as estruturas familiares. Todavia, esses homens que, libertando-se na altura do ano mil de qualquer subordinação efetiva para com o conde, constroem em torno da fortaleza um pequeno principado independente saem de linhagens semelhantes às demais, nem mais ricas nem mais antigas. Somente porque a evolução das relações políticas lhes permite enriquecer-se, graças ao lucro oriundo das "exações" arrecadadas dos camponeses, e tornar-se os chefes da *milha* local é que, no decurso do século XI, começa a esboçar-se uma certa diferenciação no seio de um corpo social homogêneo. Ela isola pouco a pouco no topo da aristocracia uma fina camada dominante, a dos "sires". Mais ricos, mais poderosos é verdade, mas não percebidos como mais "nobres" que

seus primos, os outros: visto que, já no ano mil, eles se adornam com o mesmo título que estes últimos, o título cavaleiresco. Esse título, aparentemente, não qualifica novos-ricos, homens que se elevaram bruscamente graças à fidelidade, ao serviço de armas e à concessão de um feudo. Ele vem designar de maneira mais firme e mais explícita um grupo social preexistente. A modificação traduzida pelo rápido sucesso desse termo afeta não a estrutura material da sociedade, mas a imagem que os homens formam desta última. Resta explicar por que se preferiu um substantivo que enfatiza a função militar e o serviço a adjetivos que exprimem o brilho, de intensidade variável, de um nascimento. A data dessa mudança de vocabulário incita a relacioná-la com mutações de ordem política, com a construção da senhoria banal e com a difusão da ideologia da paz de Deus.

Situação da nobreza na França no início do século XIII*

Os anos contíguos a 1200 parecem ser o momento, na evolução da sociedade francesa, em que se completa um longo movimento que transforma progressivamente a aristocracia numa verdadeira nobreza. A bem dizer, ainda faltam os trabalhos que permitiriam fornecer uma descrição precisa e segura dessa categoria social. Limitar-me-ei aqui a apresentar algumas reflexões que nada mais pretendem senão abrir perspectivas de pesquisas, demarcar um terreno que permanece largamente aberto; esforçar-me-ei simplesmente, colocando-me no início do século XIII, por levantar um problema de história social que ainda está por resolver em seu conjunto, ligando-o à história económica, mas também à história das mentalidades, e reportando-me, por conseguinte, a documentos de interesse capital quando se trata de apreender no passado as atitudes psicológicas coletivas, ou seja, às fontes literárias.

1. Desde o princípio do século XI, a aristocracia francesa formava um grupo estritamente delimitado, notadamente pelo privilégio que usufruía de escapar às taxas senhoriais que pesavam sobre os camponeses, sobre os trabalhadores, sobre os *laboratores*. Todavia, dentro desse corpo, dessa ordem, desse *ordre*, para retomar a terminologia proposta pelos intelectuais nos anos 1020-1030, existiam distinções. Vemo-lo, na realidade, dividido em dois níveis: de um lado, uma pequena elite, os homens que nas cartas são distinguidos por um título: *dominus*, o equivalente do francês *sire*; são

* Conferência pronunciada na Universidade de Amsterdam a 6 de fevereiro de 1969 e publicada no *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 1969, pp. 309-315.

os proprietários dos castelos, aqueles que detêm o poder de comandar, de punir, de explorar os camponeses, isso que chamamos *bar*; de outro lado, os simples cavaleiros, os *milites*, situados numa posição social e econômica muito inferior à dos castelões, submetidos a estes pelos deveres feudais, obrigados a servi-los, combatendo por eles e constituindo sua corte, verdadeiramente subordinados.

2. Ora, o que parece ocorrer no limiar do século XIII — mais exatamente, entre cerca de 1180 e 1220-1230 — é a destruição das diferenças entre esses dois níveis da aristocracia, uma rápida fusão, uma aproximação, uma redução das distâncias que outrora haviam separado os castelões dos simples cavaleiros.

Diferentes sinais manifestam esse movimento.

Em primeiro lugar a importância que reveste para os mais elevados senhores sua entrada na cavalaria, a investidura de cavaleiro, o armamento. Tomo por referência um texto extremamente rico, pelo que revela dos comportamentos e das altitudes mentais na aristocracia da época, a *História dos condes de Guines* (senhores do norte do reino, nas fronteiras de Flandres e do condado de Boulogne), escrita em latim por volta de 1195. O autor, quando apresenta o herói dessa história, o herdeiro dos condes, coloca no ponto central de sua biografia a cerimônia de investidura de cavaleiro, o momento em que o rapaz, que era um *dominus*, já castelão, e logo chamado a suceder no condado ao pai, torna-se também um *miles*, isto é, reveste um brilho, uma distinção por ele considerada de primeira importância. Não lhe basta ser um "sire", é-lhe preciso também, e isso para ele é capital, ser um cavaleiro.

Há outros sinais que manifestam inversamente a apropriação pelos simples cavaleiros, por todos eles, e só por eles, de distinções outrora reservadas exclusivamente aos proprietários de castelos. Nas cartas francesas, introduz-se na altura de 1200 o costume de aplicar a todos os cavaleiros, como sinal distintivo de seu estado, o título *dominus*, que traduz o francês "messire". Nesse mesmo momento, os mais humildes cavaleiros se põem a transformar sua morada. Esta era uma simples herdade, mais vasta e mais rica que as outras. Fazem dela uma espécie de castelo, cavam fossos, erguem torres, transformam-na no que se chama então uma "casa-forte". Por quê? De modo algum, por razões de proteção: a época, com efeito, é incontestavelmente mais calma, mais segura. Não se trata de perigo. Para eles, é uma questão de prestígio, o meio de parecerem castelões. Nesse mesmo instante, a exemplo dos membros da alta aristocracia, os simples cavaleiros começam a usar brasões familiares, a adotar nos costumes sucessoriais práticas até então usadas unicamente no meio dos proprietários de castelos, como os privilégios que fa-

vorem, quando da partilha sucessorial, o filho primogênito a expensas dos irmãos. Enfim, no mesmo momento, a segregação matrimonial que existia entre os dois níveis da aristocracia (os castelões se casavam entre si) torna-se mais branda e vemos com mais frequência cavaleiros conseguirem para esposa de seu filho uma mulher pertencente à categoria social que se encontrava anteriormente em estado de superioridade manifesta. Aproximação, fusão. Quais seriam as causas disso?

3. Importa levar em conta indubitavelmente, nessa virada dos séculos XII e XIII, um fenômeno político, o fortalecimento dos grandes principados regionais. O rei numa vasta parte do espaço francês, os duques e os condes em outros lugares, em Flandres, na Provença, na Savóia, na Borgonha, na Guyenne, começam então a dispor de meios que lhes permitem reduzir a autonomia das pequenas potências locais que se haviam construído ao redor de cada castelo no início do século XI, por ocasião da decomposição feudal. Esses poderes regionais esmagam os "sires", rebaixam-nos. Os agentes dos príncipes reivindicam para seu senhor o poder superior, o recrutamento de tropas para a guerra, a alta justiça, isto é, o que constituía outrora o prestígio e a riqueza dos castelões. Quanto aos direitos senhoriais inferiores — a exploração miúda dos camponeses, a polícia das aldeias —, estes tendem a se fracionar, a passar fragmentariamente (com o consentimento dos príncipes, cujo interesse é ver deslocar-se as castelarias que os incomodam) às mãos dos simples cavaleiros. Estes, ao redor de sua morada, ao redor de sua casa-forte, apropriam-se nessa época dos poderes judiciais e fiscais, mil semelhantes, conquanto mais limitados, àqueles cujo monopólio os senhores de fortaleza haviam detido até então.

Por outro lado, o rei e os príncipes senhoriais empenham-se em conseguir a homenagem e os serviços feudais diretos dos cavaleiros, em ligá-los imediatamente a si e em desviá-los de sua antiga dependência para com o castelão local. Assim se destroem as instituições que haviam assinalado as distâncias entre os dois escalões da aristocracia; assim se dissolve a superioridade política dos castelões; assim se explica a difusão, a vulgarização do título *dominus* da casa-forte, dos brasões...

Quanto a outro aspecto da transformação, isto é, o valor que aos olhos dos castelões adquirem a dignidade, a honra da cavalaria, deve-se evocar, para explicá-lo, um movimento muito mais amplo, muito mais extenso no tempo, que diz respeito às representações mentais e que se completa precisamente na época de que falei. Desde o começo do século XI, na França, a Igreja forjara um modelo de comportamento moral, apresentado a toda a aristocracia como a

missão mais apropriada para justificar seus privilégios sociais, sua vocação militar. Digo, para justificar, ou seja, para introduzi-las no plano divino da salvação do mundo. Esse modelo era o do *miles Christi*, do cavaleiro de Cristo, "Cavaleiro", como os membros mais humildes do grupo aristocrático, mas não a serviço de um amo, e sim a serviço do Senhor e combatendo por ele. Ideal que vai resultar na instituição das ordens religiosas militares, nessa *nova milícia* celebrada por São Bernardo. Os mais altos senhores tinham, pois, colocado seu ponto de honra no fato de ser *também* cavaleiros, de fazer parte desse *ordo*, dessa "ordem" que pouco a pouco se sacralizou, já que a liturgia invadiu nos séculos XI e XII os ritos de in-vestidura do cavaleiro, fazendo deles um verdadeiro sacramento.

Foi, pois, em torno do ideal cavaleiresco, da moral que ele continha, das virtudes de valentia e lealdade que se cristalizou a consciência de classe que determinou gradualmente a homogeneidade da aristocracia francesa. E, na difusão desse modelo de comportamento, o papel principal decerto foi desempenhado por um grupo social a que dediquei um artigo publicado na revista *Annales* em 1964 (cf. cap. 7): refiro-me a esses homens que os documentos latinos do século XII chamam de *juvenes*, moços. Trata-se de adultos, de cavaleiros, que ainda não se casaram. Entre eles, e dirigindo-os, estão os filhos dos "sires", dos *domini*. Eles próprios o serão mais tarde, quando seus pais lhes cederem o lugar. Mas, por enquanto, não passam de cavaleiros e se empenham em sê-lo o mais plenamente possível. Foi para esses moços, que povoavam as cortes dos príncipes, que verossimilmente foram compostas as obras-mestras da jovem literatura de entretenimento em língua vulgar, a literatura épica e a literatura amorosa, e todos os heróis de tais obras exaltam a cavalaria. Desse modo a aristocracia da França, que os progressos do poder principesco acabam, por volta de 1200, por nivelar politicamente ao rebaixar os castelões, o foi também no plano das atitudes mentais, pela valorização da figura exemplar do cavaleiro, e finalmente encontrou sua unidade fundamental em torno do ideal de cavalaria.

Tal coesão é claramente atestada por um certo número de obras escritas na virada do século XII para o XIII, para um público aristocrático. De início, obras de uma literatura moralizante e pode-se mesmo dizer sociológica, na medida em que as morais que ela propõe convêm a cada um dos "estados do mundo", a cada um dos diversos corpos que compõem a sociedade. Uma das mais antigas é o *Livre des manières*, escrito na altura de 1175 por Étienne de Fougères, ex-capelão de Henrique, que era o rei de Inglaterra, mas antes fora príncipe francês, conde de Anjou, duque da Normandia e da Aquitânia. Étienne identifica toda a aristocracia com a cavala-

ria, que constitui incontestavelmente, aos seus olhos, um grupo unido. Unidade de ordem econômica: o cavaleiro foi colocado por Deus acima dos trabalhadores para ser mantido por estes. Unidade de missão: o cavaleiro se serve da espada para garantir a justiça e a defesa dos fracos. Unidade moral, sobretudo: o cavaleiro deve respeitar três deveres principais, que são os de *miles Christi*: valentia, lealdade, submissão à Igreja. Em os respeitando, será o *prud'homme*, o homem probo; nisso ele se iguala a todos os *prud'hommes*, seus pares, seus iguais. E, pois, antes de tudo o exercício de tais virtudes que congrega a aristocracia num corpo homogêneo. Finalmente, para Étienne de Fougères, ele próprio saído desse grupo, embora pertencesse à Igreja, a superioridade do cavaleiro é inata, hereditária; é uma herança de seus antepassados. A cavalaria reúne homens bem-nascidos, os *gentilshommes*, como se dirá mais tarde em língua francesa. E, pois, por este último traço, uma verdadeira nobreza.

Este tema foi indefinidamente retomado e desenvolvido nas obras do mesmo gênero. Assim, por exemplo, o tratado escrito por Robert de Blois no meado do século XIII, *Enseignement des princes*, preconiza para uso dos nobres um certo número de preceitos de bom procedimento. Eles devem ser cortesões, praticar as virtudes cristãs, e é essa mesma moral que a um tempo os distingue dos demais e os torna solidários. Moral de classe: devem honrar todos os outros *prud'hommes*, ainda que pobres. Em compensação, devem desconfiar de todos que não pertencem à cavalaria e que são coletivamente designados, de forma pejorativa, como "servos". Moral de classe, exclusiva, segregacionista.

E deparamos com os mesmos esquemas numa outra série de obras literárias, nos romances compostos no início do século XIII. Romances de intenção realista, dos quais os mais interessantes foram escritos por Jean Renart e que apresentam a nobreza como um estilo de vida, como o fruto de uma educação específica. Todavia, nestas últimas obras, delineia-se um outro traço, fundamental, para o qual gostaria agora de chamar atenção: grupo unido, homogêneo, reunido por sua superioridade inata, hereditária, e por seu comum respeito do ideal de cavalaria, a nobreza da França no começo do século XIII se sente também como uma classe ameaçada, e diante de tal ameaça ela reforça sua coesão, se fecha.

Nessa época, difunde-se largamente na literatura um tema muito expressivo desse sentimento, o do vilão novo-rico. A palavra *villanus* designa originalmente o camponês, portanto aquele que pertence ao grupo antitético da cavalaria no seio da sociedade laica. Na ordem moral, porém, ela se cobre de um matiz pejorativo, que se conservou na língua francesa atual. A personagem que aparece nos

romances ou nos contos das imediações de 1200 é um homem de nascimento inferior, de má educação, mas que se enriqueceu, que se elevou ao nível económico dos cavaleiros, que tomou o seu lugar, que se tornou senhor, que se substituiu, em sua situação, em sua própria casa, em suas próprias terras, a nobres e que lhes macaqueia canhestamente, vilmente, as maneiras de viver. Personagem grotesca, escandalosa, mas personagem real. Escândalo também do mau príncipe que tolera essa intrusão, que favorece semelhante ascensão social dos não-nobres, aceitando-os em seus conselhos ou em seu exército, e que a literatura moralizante denuncia — como, por exemplo, o *Enseignement des princes* que citei há pouco —, exortando os grandes senhores a desconfiar dos "servos", de toda essa gente que, não sendo de bom sangue, não pode ser nem valente nem leal. Reação de defesa contra novos-ricos que tomam de assalto suas posições sociais. Reação de inquietação da nobreza perante as dificuldades económicas cuja ameaça ela começa a perceber. De fato, nos documentos do fim do século XII e do começo do XIII, podemos encontrar numerosos indícios dessas dificuldades económicas, sobretudo o endividamento das famílias aristocráticas. Ele era crônico nos séculos XI e XII. O que muda, por volta de 1200, é que os cavaleiros já não conseguem encontrar emprestadores entre seus parentes, amigos, senhores, e entre os outros cavaleiros. São obrigados a dirigir-se aos homens de negócios das cidades, aos "vilãos". E penam para reembolsar essas dívidas. Após cerca de 1200, sinal de dificuldades mais profundas, eles se vêem obrigados a vender. Vender, em primeiro lugar, sua homenagem aos príncipes, retomando como feudo os domínios que seus antepassados haviam possuído com toda a independência. Vender também terras, fragmentos de sua senhoria, e a quem? A não-nobres endinheirados, que por essas compras se convertem em vilãos novos-ricos, objeto da zombaria da literatura.

Outro sinal: a dificuldade encontrada pelas famílias aristocráticas para investir os filhos quando estes chegam à idade adulta, para armá-los cavaleiros. Pois trata-se de uma cerimónia dispendiosa, em que é preciso gastar muito dinheiro. O dinheiro falta. Aguarda-se uma oportunidade. O filho está na idade de ser cavaleiro, não tem condições para tal, espera um feliz acaso, uma entrada de capitais, ou, antes, a generosidade de um senhor que arcará com as despesas da festa. O número desses filhos de cavaleiros sem armas aumenta pouco a pouco. Na região do Maconnais, ao sul da Borgonha, eles ainda não existiam antes de 1200; em 1250, tornam mais da metade da aristocracia. Os príncipes se inquietam, pois o serviço militar que esperam da nobreza corre o risco de diminuir. Em 1233,

o conde de Provença promulga um estatuto em que se distinguem na nobreza três categorias: os *domini*, os *militēs* e os *filii militum*. A estes ele ordena que se façam cavaleiros, sob pena de perder os privilégios fiscais que desfrutam.

É nesse exato momento que, por reação de defesa, para se proteger contra uma decadência social que acarretaria seu empobrecimento, a aristocracia francesa inventa um título particular para designar esses homens que, pelo nascimento, poderiam ser cavaleiros, mas que, por falta de recursos, ainda não o são. Tal título, *armiger*, "escudeiros", no norte da França, *domicellus*, "donzel", no sul, é verdadeiramente um título nobiliário, pois que exprime uma superioridade social que não se prende a um estado, a uma função, como o título de cavaleiro, mas unicamente ao nascimento. Sua adoção, sua difusão no limiar do século XIII indicam, mais claramente do que tudo, que a aristocracia é concebida desde então como uma nobreza, como uma casta aberta a todos os bem-nascidos, mesmo que sejam pobres, como uma casta fechada a todos que não sejam de bom nascimento.

Dificuldades económicas? Quais são as suas causas? Marc Bloch propunha procurá-las numa modificação da gestão dos domínios aristocráticos, no abandono da exploração direta da terra, na transformação dos senhores em arrendadores do solo num momento em que a depreciação da moeda reduzia progressivamente o valor da renda fundiária. Essa explicação não me parece válida. Meus estudos sobre economia rural me persuadem, com efeito, de que a exploração direta não foi abandonada, de que os empreendimentos de arroteamento, a criação de vinhas, o surto geral da produtividade agrícola aumentaram, ao contrário, no começo do século XIII a renda fundiária; de que os lucros, em constante alta, das dízimas, dos monhos, dos impostos sobre as mutações, de que a passagem às mãos dos cavaleiros dos direitos senhoriais, notadamente da talha, outora arrecadados apenas pelos castelões, permitiram a todos os nobres retirar do campesinato rendas em dinheiro muito mais altas do que aquelas de que dispunham seus ancestrais.

Em última análise, deve-se ver a origem das dificuldades económicas da aristocracia não numa redução dos recursos, mas num aumento das despesas. Levar vida nobre custava incontestavelmente mais caro no século XIII do que no XII. Porque o equipamento militar aperfeiçoou-se (os progressos mais rápidos da civilização material referem-se ao armamento), o que torna, em particular, sempre mais pesados os gastos da cerimônia de investidura de cavaleiro. Mas também porque o peso do Estado é maior. Reencontramos aqui a incidência desse fenómeno de que já falei, o fortalecimento

dos poderes do príncipe. O rei, o duque, o conde são mais exigentes do que o fora antes o castelhão; servi-los custa muito mais caro; tanto mais que, no quadro das instituições feudais, às obrigações pessoais, ao serviço da corte e do combate se juntaram encargos fiscais: cumpre pagar ao senhor feudal impostos de sucessão; cumpre, em certos casos, fornecer-lhe uma ajuda em moeda.

Por fim, e sobretudo, ser nobre é esbanjar, é uma obrigação de ostentar, é estar condenado, sob pena de decadência, ao luxo e à dissipação. Eu diria até que essa tendência à prodigalidade afirmou-se no começo do século XIII como reação à ascensão social dos novos-ricos. Para distinguir-se dos vilãos, é mister sobrepujá-los, mostrando-se mais generoso que eles. O testemunho da literatura é aqui formal. Que é que opõe o cavaleiro ao novo-rico? O segundo é avaro, o primeiro é nobre porque gasta alegremente tudo o que tem e porque está coberto de dívidas. Essa atitude é certamente a causa da dramática distorção entre os recursos, não obstante maiores, dos nobres e sua necessidade de dinheiro. A causa, em todo caso, da multiplicação dos *peu d'hommes* pobres.

Para estes, quais os remédios? O mais seguro: servir a um príncipe. Outro traço da nobreza francesa a partir do século XIII é sua progressiva dependência. Ela corre para o rei, para o príncipe regional — que, ao contrário, graças aos progressos do feudo, dispõem de recursos monetários consideráveis — para obter um emprego remunerado que a salve do aperto. Os nobres servem no exército, pois o serviço militar, desde o fim do século XII, tende a tornar-se mercenário, remunerado. Servem nos cargos públicos, pois a reconstrução do Estado requer a ajuda de numerosos agentes. Nesses cargos, contudo, o cavaleiro também começa a encontrar concorrentes: homens de poucos haveres, de humilde nascimento, "vilãos", "servos", porém eficientes. Esses aventureiros vigorosos, que um Filipe Augusto contrata para ajudar na guerra e que, mais hábeis que os cavaleiros, se apoderam de Châteaufort. Esses burgueses de Paris que um Filipe Augusto encarrega de gerir o seu tesouro e que nos negócios financeiros se saem melhor que os cavaleiros.

Escândalo — e a literatura cavaleiresca denuncia esses maus príncipes que se cercam de campônios e não reservam aos fidalgos os empregos de sua corte e as pensões de que a nobreza necessita para consolidar suas posições econômicas. E reação da velha aristocracia que se debruça sobre a única superioridade que lhe resta, uma superioridade moral, ética, uma superioridade de gênero de vida, e que se fecha mais estitivamente.

Chego agora ao último ponto. Essa reação foi eficaz? A nobreza conseguiu efetivamente se firmar? Não. Parece, ao contrário,

que no começo do século XIII a fronteira que a separa das classes inferiores se tornou menos estanque. E. Perroy realizou recentemente estudos precisos sobre a aristocracia de uma pequena região que ele conhece bem, o condado de Forez, a oeste de Lyon. Tais pesquisas mostraram que, ao longo do século XIII, um grande número de famílias nobres dessa região se extinguiu e que os vazios assim deixados foram preenchidos por recém-chegados, pelos servidores dos grandes estabelecimentos religiosos ou do condado, por burgueses enriquecidos nos negócios e às vezes até por camponeses acumuladores de terras.

Ascensão social, renovação: "vilãos" conseguiram forçar as barreiras, infiltrar-se na nobreza. Como?

Muitas vezes mediante casamentos: é freqüente, com efeito, que nobres aceitem dar sua filha em casamento, sem dote, a um não-nobre. O marido, por certo, continua a ser o que é, um João-ninguém que todos desprezam. Mas os filhos que nascem dessa união herdam o bom sangue da mãe e conseguem fazer-se admitir na casta das pessoas bem-nascidas.

Não raro, porém, há também a intervenção do príncipe, sempre o príncipe, o Estado, cujo papel reaparece aqui. Ele recruta vilãos para servi-lo, porque são úteis, porque fizeram, por vezes em Bolonha, estudos que os aperfeiçoamentos de administração tornam agora necessários. Mas, para que seu serviço seja mais eficaz nas funções de comando em que os estabeleceu, é mister que eles manejem também a espada. O príncipe, transgredindo então com seu direito soberano o costume que reserva ao filho de nobre o privilégio da cerimônia de investidura, arma os cavaleiros. Assim, pelo estatuto em que os instala, ele os enobrece. Pois no centro das estruturas aristocráticas, no centro da idéia de nobreza, permanece, como no século XII, como no século XI, esse valor eminente, cintilante, glorioso, nobilitante — a cavalaria.

Os "moços" na sociedade aristocrática no noroeste da França no século XII*

Nos escritos narrativos compostos durante o século XII no noroeste do reino de França¹, vemos certos homens de nascimento nobre designados como "moços", quer individualmente, pelo adjetivo *juvenis*, quer coletivamente, pelo substantivo *juventus*. Com toda a evidência, esses termos são qualificativos precisos, utilizados para assinalar o fato de pertencer a um grupo social específico. Por vezes são empregados a propósito dos membros da Igreja, notadamente para distinguir uma certa fração da comunidade monástica². No mais das vezes, contudo, aplicam-se a homens de guerra, servindo para situá-los numa etapa bem determinada de sua existência. Importa em primeiro lugar reconhecer os limites dessa etapa. Ressalta muito claramente que aquele que é chamado "moço" já não é criança, que ultrapassou a fase da educação e dos exercícios preparatórios para a atividade militar. Para qualificar os filhos da nobreza que ainda estão aprendendo os usos e as técnicas peculiares a seu estado, os autores dessas narrativas empregam, com efeito, exclusivamente outras palavras, *puer*, *adulescentulus*, *adolescens imberbis*. Tais vocábulos são por eles utilizados a propósito de jovens que saíram nitidamente do que denominamos infância, que passaram dos quinze, dezessete e mesmo dezenove anos, mas que ainda não concluíram sua aprendizagem. O "moço", por conseguinte, é

* Texto publicado em *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, n° 19 (5), setembro-outubro de 1964, pp. 835-846.

um homem feito, um adulto. É introduzido no grupo dos guerreiros; recebeu as armas; passou pela investidura. É um cavaleiro¹. Notamos, por outro lado, que normalmente os cavaleiros são chamados "moços" até o casamento, e mesmo depois: na *História eclesiástica* de Orderic Vital, cavaleiros casados mas ainda sem filhos são apresentados como "moços", enquanto outro, de idade menos avançada mas já pai, não é chamado de *juvenis*, mas de *vir*². No mundo cavaleiresco, o homem de guerra deixa, pois, de ser considerado "moço" quando se acha estabelecido, enraizado, quando se torna chefe de família e tronco de uma linhagem. Pode-se, em consequência, definir a "mocidade" como a parte da existência compreendida entre a investidura de cavaleiro e a paternidade³.

Nossas fontes indicam ainda que essa fase da vida pode ser muito longa. Na verdade, sua duração é, para a maioria dos indivíduos, difícil de precisar, pois esses textos são muito pobres em indícios biográficos que se deixem datar com precisão. Citarei, contudo, dois exemplos. Guillaume le Marechal, com a idade de onze ou doze anos, saiu da casa paterna por volta de 1155 para ser *puer* junto ao tio Guillaume de Tancarville. Foi armado cavaleiro em 1164, correu os torneios em 1165-1167 e depois levou uma vida de "aventura" e de "proezas". Casou-se em 1189, quando contava cerca de quarenta e cinco anos; sua "mocidade" durara um quarto de século. Trata-se, por certo, de um caso excepcional. Mas Arnoud d'Andres, filho do conde Baudouin de Guines, armado cavaleiro em 1181 e casado em 1194, permaneceu "moço" durante treze anos. O que se entendia então por "mocidade", ou seja, ao mesmo tempo o fato de pertencer a uma faixa etária e certa situação na sociedade militar e nas estruturas familiares podia abranger uma larga porção da existência cavaleiresca. Logo, reunia um número considerável de indivíduos. Por isso, tal grupo constituía nessa época, no seio da aristocracia dessas regiões, um corpo de muito peso.

Sua importância, aliás, não se prendia apenas ao número, mas também ao comportamento particular dos homens que o compunham. A "mocidade" surge realmente, nessas narrativas, como a fase da impaciência, da turbulência e da instabilidade. Nos períodos anterior e posterior de sua vida, o indivíduo encontra-se "fixado", enquanto "criança", na casa do pai ou do patrono que o educa e, quando ele próprio se torna marido e pai, na própria casa. Nesse meio tempo, ele perambula. Essa recusa da "morada", essa vida errante se revela como um traço fundamental no centro de todas as descrições que se conservaram da existência do "moço". Este sai de casa; está sempre em movimento; percorre províncias e países; "erra por todas as terras". Para ele, a "bela vida" é "andar por

muitas terras para prêmio e aventura buscar", "para prêmio e honra conquistar". É pois uma busca da glória e do "prêmio", através da guerra e, mais ainda, do torneio¹⁰.

Em seus começos, esse vagabundear é tido como um complemento necessário da formação, um "estudo", *studia militiae*, aquele que realiza, por exemplo, "nas guerras imperiais e reais", o jovem Arnould de Pamele, que, ingressando bruscamente num mosteiro, a meio do caminho, morreu santo e bispo de Soissons¹¹. A viagem de mocidade não é, portanto, geralmente, solitária. O moço, pelo menos nos primeiros tempos de sua perambulação, é acompanhado por um mentor escolhido pelo pai, um cavaleiro, um "moço" como ele, porém mais experiente, incumbido de aconselhá-lo, de contê-lo, de perfazer-lhe a educação e ainda de orientar seu itinerário para os torneios mais vantajosos. Tal é o papel desempenhado, na *Chanson d'Aspremont*, por Ogier junto a Rolando e, na realidade, por Guillaume le Marechal junto ao "moço" Henrique, filho de Henrique II de Inglaterra. Quando Arnoud d'Andres foi armado cavaleiro, seu pai e o conde de Flandres, senhor deste último, instituíram-no como conselheiro *in forniamentis et in rebus suis disponendis* um homem idoso, que, não podendo ele próprio deslocar-se sem cessar, colocou junto dele, como preceptor de armas, um de seus sobrinhos, até então companheiro de Henrique de Inglaterra, o "moço"¹². De maneira geral, porém, o "moço" se acha incorporado num grupo de "amigos" que "se amam uns aos outros como irmãos"¹³. Essa "companhia", essa *maisnie** — são estes os termos usados nos textos em língua vulgar — é por vezes constituída, já no dia seguinte à cerimônia da investidura, pelos jovens guerreiros que juntos receberam, no mesmo dia, o "sacramento da cavalaria" e permanecem unidos¹⁴. O mais das vezes ela se cristaliza em torno de um chefe, que "retém" os jovens, ou seja, lhes distribui armas e dinheiro e os guia rumo à aventura e ao prêmio¹⁵. Algumas vezes sucede que esse mentor seja um homem estabelecido, mas é quase sempre um "moço". Com frequência, nesse caso, a equipe congrega os "moços" das famílias vassalas em torno do filho recém-armado do senhor de seus pais. Orderic Vital mostra Robert Courte-Heuse arrastando atrás de si os filhos de sua idade dos vassalos de seu pai, até então "nutridos" e "armados" por este¹⁶. Um enxame de "crianças", chegadas à idade adulta, sai assim da grande casa senhorial, conduzido pelo herdeiro que acaba de alcançar a qualidade cavaleiresca e que se evade para as perambulações da "mocidade".

* *Maisnie* (francês antigo): O mesmo que *compagnie* — companhia, grupo de guerreiros. (N. T.)

A coesão vassálica, que unia os pais, reconstitui-se então entre os "moços", no seio do grupo, ela se prolonga por uma nova geração. Concomente, porém, a companhia é de estrutura um tanto mais complexa. Na família manida por Hugues de Chester, *pouet* em curso de aprendizagem, clérigos e cortesãos misturavam-se aos cavaleiros, todos *juvenes*¹⁶. Quais eram os "moços" que Arnoud d'Ardres arrastava para a aventura? Dois amigos queridos, seus companheiros inseparáveis, também cavaleiros, que não vinham da casa de seu pai, mas de longe, como Henri le Champenois — enfim, todos os "torneistas" do principado paterno¹⁷.

A alegria reina nesses bandos. O chefe gasta à larga, ama o luxo, o jogo, os mímicos, os cavalos, os cães¹⁸. Os costumes são aí muito livres¹⁹. O mais importante, porém, é combater, "em torneios e em guerras". Um grupo de cavaleiros da França desvia-se um dia de sua rota para visitar Clairvaux. Fallavam três dias para a Quaresma, e São Bernardo exortou-os a abster-se das armas. Mas, "como eram jovens e fortes cavaleiros, recusaram" e partiram, depois de beber, rumo aos jogos militares²⁰. As companhias de moços formam por conseguinte o elemento de ponta da agressividade feudal. A espreita de qualquer aventura da qual se possa colher "honra" e "prêmio", e, se possível, "voltar rico"²¹, sempre móveis e prontos para a partida, elas entretêm a agitação guerreira. Esses bandos alicam focos de turbulência nas zonas instáveis e fornecem os melhores dos contingentes a todas as expedições longínquas²². E um moço que dirige a ação militar do clã dos Erlambaud por ocasião dos distúrbios de Flandres; é a moços, "pobre donzéis", que Guillaume d'Orange arenga quando, para "vestir sua *maisnie*", este organiza a expedição contra Nîmes. E, entre os peregrinos armados, entre os cruzados, quantos moços²³. Voltada à violência, a "mocidade" constitui, na sociedade cavaleiresca, o órgão de agressão e de tumulto. Mas, por isso mesmo, ela se acha exposta a todos os perigos. Agressiva e brutal, a mocidade é, por situação, um corpo dizimado. Sobre esse ponto, as informações são copiosas. Nos textos que utilizo, as alusões mais numerosas aos moços se referem efetivamente à sua morte violenta. Esta sobrevém acidentalmente, na caça ou nos exercícios de armas, porém mais amiúde nos recontros militares²⁴. Por vezes ela ceifa grupos inteiros de rebentos das linhagens e cava aí largos fossos. Dois dos filhos do castelão Henri de Bourbon morreram em sua "mocidade", enquanto um terceiro voltava cego de um torneio²⁵. Quando Lambert, o autor dos *Annales Cameracenses*, pinta, numa curiosa passagem dessa narrativa, um quadro de sua parentela, evoca a memória dos dez irmãos de seu avô Raoul, mortos no mesmo dia num combate cuja lembrança

as "cantilenas dos jograis" prolongaram até o seu tempo; e, dos quinze homens de seu sangue que ele cita, três morreram em combate e um quarto de uma queda de cavalo¹⁸.

A vocação militar da aristocracia, os estímulos de ordem biológica e tudo o que decorre da própria idade desses homens podem explicar o seu comportamento. Mas, para melhor apreender seus impulsos profundos, penso que se deve também considerar os quadros familiares em que se inseria o grupo dos "moços", porquanto sua estrutura muito contribuiu para aguçá-los a afeição destes últimos e lançá-los na aventura e na turbulência. Sondagens estatísticas baleadas num número considerável de genealogias permitem pensar que, na sociedade aristocrática dessa região e dessa época, a diferença média entre as gerações era de trinta anos. Ora, no fim do século XII, o filho primogênito chegava normalmente à idade adulta e recebia as armas entre dezesseis e vinte e dois anos, isto é, quando o pai, na casa dos cinquenta, ainda detinha fortemente em suas mãos o patrimônio e se sentia muito capaz de geri-lo sozinho. Parece que as conveniências incitavam os pais mais ricos e mais preocupados com a glória de sua casa a fornecer ao filho primogênito os meios para conduzir um grupo de "moços" na vida errante durante um ou dois anos após a cerimônia de investidura de cavaleiro¹⁹. Ao termo desse giro, o "moço", de volta à casa paterna, se aborrece. Ele sufoca, experimentou em sua perambulação a independência econômica e a liberdade de gastos, e custa-lhe estar doravante privado delas; cobra as rendas que lhe são próprias. Se sua mãe morreu, maus conselheiros o incitam a exigir o que ela deixou de herança: é o que faz, por exemplo, Arnoud d'Andres²⁰. Longas discussões, primeiro confronto com o pai, que às vezes se vê obrigado a ceder. Mas, mesmo então, a "estada" pesa. Agravam-se as tensões contra o poder paterno. A história das grandes linhagens está cheia de tais discórdias; não raro elas provocam uma nova partida do filho, esta agressiva; o "moço" primogênito, cercado de seus jovens companheiros, entra em luta aberta contra o velho senhor²¹. De todo modo, "longa estada desonra o moço". Assim, mesmo que a paz familiar não seja tão violentamente conturbada, o jovem herdeiro, incapaz de contentar-se com a simples atividade doméstica, retoma a estrada²². O pai lhe concede com alívio sua licença²³. Só o chamará de novo quando se sentir totalmente impotente²⁴. Todos consideram normal que o filho cavaleiro não-estabelecido, solteiro, tome novo impulso e parta para longe.

Portanto, as regras de gestão do patrimônio aristocrático incitavam então o filho primogênito à busca da aventura. Mas ele tinha irmãos, e de ordinário muitos. A leitura de Orderic Vital permite

pensar que, nas casas nobres, cinco, seis, sete filhos chegavam normalmente à idade adulta. Estes eram igualmente compelidos a partir, e muito mais vigorosamente que o primogênito. Já no começo do século XI, o privilégio que tinha o mais velho de receber em sucessão os poderes senhoriais do pai e sua casa se encontrava com efeito firmemente estabelecido nas linhagens dos mais altos senhores, os reis, os condes e os castelões. As prerrogativas da primogenitura por certo foram admitidas com mais vagar nas famílias menos poderosas. No final do século XII elas se impunham, no entanto, a toda a sociedade cavaleiresca nas regiões onde os alódios se tornavam raros e onde o direito feudal obstava ao fracionamento dos feudos. Isso é testemunhado pelo cuidado que os escritores tomam em designar, nas enumerações genealógicas, o filho mais velho e mesmo a filha mais velha³³. Qual era então a sorte dos mais moços? Dois ou três dentre eles podiam esperar futuros estabelecimentos na Igreja. Aos demais cabia algumas vezes uma pequena parte da herança, constituída em geral por certas aquisições recentes ou pelos bens do ramo materno³⁴. Nesse caso, porém, tratava-se de uma posse precária. E essas migalhas suscitavam discórdias entre irmãos, alimentavam as cobiças, aguçavam as tentações de apoderar-se pela força da parte dos outros irmãos ou dos sobrinhos³⁵. Privados de qualquer esperança de herança garantida, os filhos mais moços só viam uma saída: a aventura.

É, pois, no âmbito dos costumes que regulavam a devolução das heranças e a distribuição dos recursos familiares que convém colocar a raiz das pulsões que lançavam na vida errante, após a investidura, os cavaleiros do século XII.

*A ses compaignons ensement Ennuia
molt très durement Car esrer plus lor
pleüst Qu'a sejoinez, s'estre pleüst Quer
bien saciez, ce est la somme Que long
sejoir honist gremble homme.*

Impõe-se ainda, para melhor esclarecer a situação da "mocidade", examinar de perto o jogo das práticas matrimoniais e suas incidências, já que, como vimos, a mocidade estendia-se até o casamento e praticamente terminava com ele. Desnecessário insistir no fato de que todo casamento era então um assunto decidido, conduzido e concluído pelo pai e pelos membros mais velhos da linhagem³⁶. Estes, naturalmente, tratavam em primeiro lugar do casamento do primogênito. Mas, como essa união punha em jogo o fu-

mentos guerreiros, obteve que este lhe concedesse a herdeira, a quem acabou desposando³⁹. A intenção de casamento parece reger todo o comportamento do moço, impele-o a brilhar no combate, a exibir-se nas reuniões esportivas. Assim, através de suas proezas, Arnoud de Guines tentou primeiro seduzir a condessa de Boulogne; em seguida, prometeu-se à filha do conde de Saint-Pol; pouco depois, rompendo todos os vínculos, lançou-se sobre a herdeira dos castelos de Bourbourg tão depressa soube ser ela um bom partido⁴⁰.

Portanto, nem sempre era decepcionante a caça à moça rica, ao casamento vantajoso. Mas seus acasos e seus lucros só se explicam pela relativa fartura da boa caça, isto é, pelo esfolamento frequente das linhagens nobres, que fazia com que toda a herança caísse nas mãos de uma herdeira. Ora, mesmo esse fenômeno se acha estreitamente ligado à existência do grupo dos "moços", à sua situação particular, à vida aventureira da "mocidade" masculina, aos perigos que ela corre e que a dizem. E eis-nos por isso de volta a considerações sobre a demografia dessas famílias. O exame das genealogias senhoriais é aqui muito instrutivo e convincente. Eis dois casos que não são excepcionais. Primeiro o da descendência do senhor normando Hugues de Grentemesnil. Ele foi pai de dez filhos, que chegaram à idade adulta, entre os quais cinco varões. Dois morreram "moços", no sentido preciso do termo; dois outros foram afastados pela aventura; um fixou-se em Pouille, o segundo mais perto, na Inglaterra, onde teve dois filhos, mas estes morreram, em viagem de "mocidade", no naufrágio da *Blanche Nef*. Restava um único filho com direito ao patrimônio, o mais velho, Robert, talvez porque o haviam casado mais depressa, subtraindo-o mais cedo aos perigos da "mocidade"; este, porém, só tinha uma filha, e por ela a fortuna familiar passou a outra linhagem⁴¹.

Eis agora o caso do castelo Henri de Bourbourg. Está comprovado que em vinte e quatro anos sua mulher lhe deu doze filhos que viveram até a idade madura (tais dados levam a não exagerar demais os efeitos da mortalidade infantil nesse meio social). Dentre eles, para sete filhos foram arrumadas prebendas eclesiásticas; o mais velho recebeu o castelo à morte do pai, casou-se duas vezes mas não teve filhos; três outros — já o dissemos — morreram ou ficaram inválidos quando eram jovens; o caçula foi castelo depois do irmão, casou-se, mas seu filho morreu durante a infância; toda a herança coube então a sua filha, aquela que foi abocanhada por Arnoud d'Ardres⁴².

Como se vê, a "mocidade" — esse grupo de turbulência prolongada, excluído por tantas condições sociais do corpo dos homens estabelecidos, dos pais de família, dos chefes de casa, essa margem

instável que suscitou e sustentou ao mesmo tempo as cruzadas, o entusiasmo pelos torneios, a propensão ao luxo e ao concubinato — exerceu uma influência decisiva sobre a demografia da nobreza dessa região e sobre a evolução de seus patrimônios. Mantendo a maioria dos rapazes no perigo e no celibato, essa estrutura, certo, reduziu notavelmente os riscos de desmembramento das heranças, mas também reduziu as chances de sobrevivência das linhagens, apressou a extinção de muitas famílias e favoreceu a renovação da alta aristocracia pelos sucessos matrimoniais fortuitos de aventureiros de linhagem mais baixa. Quem se interroga sobre o comportamento e os destinos da cavalaria deve, pois, examinar bem de perto esse grupo social.

Gostaria ainda de indicar que a presença de semelhante grupo no âmago da sociedade aristocrática manteve certas atitudes mentais, certas representações da psicologia coletiva, certos mitos, de que encontramos tanto o reflexo como os modelos nas obras literárias escritas no século XII para a aristocracia e nas figuras exemplares que elas propuseram, as quais sustentaram, prolongaram e estilizaram as reações afetivas e intelectuais espontâneas. Convém observar, antes de mais nada, que a "mocidade" formava o público por excelência de toda a literatura que se denomina de cavalaria e que por certo foi composta principalmente para o seu uso. Falei dos mímicos que Hugues de Chester mantinha em sua *maison*, das cantilenas que traziam à memória do autor dos *Annales de Cambrai* a lembrança de seus dez-ou-avós mortos em combate. Quando o mau tempo retinha o "moço" Arnoud d'Andres no tédio da vida doméstica, ele podia que lhe contassem histórias. Seu parente, Gautier de l'Ecluse, contava, para distrair o bando, a lenda de Gormont e l'Isembart, de Tristão e Isolda, mas também a gesta dos antigos senhores do castelo¹³. Não é de admirar que a situação típica da "mocidade", a busca da aventura, a proeza de armas, tenha fornecido as situações e os motivos às narrativas épicas, aos romances — acrescentarei: aos sermões compostos para as *maisons*, já que Gérard d'Avanches, padre da família de Hugues de Chester, extraía, para tema de sua pregação, aliás eficaz, da *emendado vitae* a vida dos santos militares, Demétrio e Jorge, Maurício e os mártires da legião tebana, Eustáquio e Sebastião¹⁴. Não seria, pois, sem interesse considerar novamente a temática da literatura de cavalaria em função dos gostos, dos preconceitos, das frustrações e do comportamento cotidiano dos "moços". Limitar-me-ei aqui a dois pontos precisos.

Em primeiro lugar, a transferência, para a literatura genealógica escrita no século XII no noroeste da França, do modelo fundamental, proposto aos sonhos e às esperanças dos *juvenes*, e do jo-

vem aventureiro, que conquista mediante a sua proeza o amor de uma rica herdeira, consegue assim estabelecer-se longe dos seus numa forte senhoria e torna-se o tronco de uma poderosa linhagem. K. F. Werner mostrou que, no círculo dos grandes senhores dessa região, a memória coletiva conservava esquemas genealógicos que vinham chocar-se com um obstáculo quando se chegava aos séculos IX-X: antes, não há mais ancestrais conhecidos. Adotou-se o expediente de inventá-los, e os escritores especializados imaginaram como primeiro antepassado das grandes famílias principescas um estrangeiro, jovem e bravo, *miles peregrinus*, notável por suas qualidades guerreiras e às vezes conquistando sua senhoria por um casamento²⁵. É o que acontece com as famílias de Anjou, de Blois, de Bellême. Mas Lambert d'Ardes, padre a serviço do "moço" Arnoud, impregnado de toda a literatura apreciada pela "mocidade", quando remontou a linhagem dos condes de Guines ao primeiro quartel do século X, colocou nela a figura de Siegfried, o Dinamarquês. Esse antepassado é um "moço"; ele procurava a aventura. Sua busca conduziu-o à *maison* do conde de Flandres. Lá ele despertou o amor da irmã do conde; não pôde desposá-la, mas engravidou-a de um filho bastardo, o qual se tornou o tronco dos condes de Guines²⁶.

Minha segunda observação, relativa às transposições literárias das atitudes mentais peculiares à "mocidade", diz respeito precisamente à formação da erótica cortês. Ela me leva a deixar o noroeste do reino de França, a resvalar sensivelmente para o sul, a chegar aos trovadores da geração de 1150. Cercamon, Marcabru, Allegrè exaltaram a noção de *jovenis*; por esse termo, parece, eles designam menos uma virtude abstrata do que o ideal que anima o grupo dos "moços". A "mocidade", de que os próprios trovadores são os porta-vozes, aparece em suas canções vencida pela estrutura social: os moços não encontram mulher que os acolha; todas elas estão casadas. E, quando elas se entregam aos jogos adúlteros do amor, seu parceiro não é um moço, mas ele próprio um marido. O que se revela então nas canções de amor da segunda metade do século XII é a proposta de um novo tipo de relações amorosas, mais bem ajustado à situação dos *jovenes*: que os maridos não cortejem as damas; que não impeçam suas mulheres de acolher os moços e seu serviço de amor. Ao trio "marido, esposa, amante casado", os poetas da "mocidade" propuseram substituir o trio "marido, dama, jovem acompanhante de cortesia". Quiseram romper em proveito dos "moços" o círculo das relações eróticas²⁷. Sabe-se o sucesso desse tema ideal. Na verdade, o próprio jogo era vivo, só que com uma ligeira mudança de tom. E, para concluir, voltarei uma

vez mais a Lambert d'Andres e a seu patrono e herói, Arnoud, o "moço". Sua busca de proezas atraiu as atenções da condessa Ida de Boulogne, que, tornando-se dona da senhoria, lhe pareceu um magnífico ganho e a promessa de um admirável casamento. Troca com ele mensagens secretas de amor; ama-a — ou, antes, finge amá-la. Com efeito, *ad terram tamen et Boloniensis comitatus dignitatem, veri vel simulati amoris obiectu, recuperata ejusdem comitisse grafia, aspiravit*¹².

Tal é a mocidade aristocrática na França do século XII: uma matilha deixada à solta pelas casas nobres a fim de aliviar o excesso de seu poder expansivo e que parte para a conquista da glória, do lucro e de presas femininas.

Estruturas de parentesco e nobreza no norte da França nos séculos XI e XII*

Nas perspectivas de uma história das atitudes mentais que, como não poderia deixar de ser, se insere estreitamente na história social a fim de prolongá-la e ao mesmo tempo esclarecê-la, há anos venho estudando a história dos laços familiares na França feudal e no único setor da sociedade que se mostra suficientemente esclarecido pelos documentos, ou seja, na aristocracia. Tais pesquisas se orientam naturalmente em duas direções paralelas. Visam elas a conhecer melhor o estado real, concretamente vivido, das relações de parentesco mediante a observação da evolução demográfica da família — sua fortuna, sua implantação (lugares de residência, lugares de sepultura), seus poderes, suas alianças, sua maior ou menor dispersão, todos os signos, sobrenomes patronímicos ou emblemas heráldicos, que manifestam exteriormente a coesão de seus membros. Mas elas visam igualmente a descobrir como os próprios homens dessa época e desse meio concebiam na parentela a própria situação no seio do grupo, pretendem reconstituir a imagem mental das relações familiares para, por fim, confrontar essas formas ideais com a realidade vivida. Um dos instrumentos básicos de tal estudo é sem dúvida a genealogia. Ora, existem na verdade duas espécies de genealogias.

* Texto publicado em *Miscellanea medaevalla in memoriam Jan Frederik Niemeyer*, Groningue, J.-B. Wolters, pp. 143-165.

De um lado, aquelas que os historiadores reconstróem tardiamente, investigando pacientemente todos os indícios de filiações e de alianças através dos cartulários, dos títulos de posse e dos documentos necrológicos. As genealogias desse tipo, sempre incompletas, freqüentemente incertas, proporcionam a imagem verdadeira, eu diria biológica, do grupo familiar em sua existência, e são evidentemente indispensáveis para apreendemos as condições materiais da história familiar. Enquanto as genealogias da segunda categoria, diversamente construídas mas não menos preciosas, trazem um testemunho fundamental sobre uma psicologia da família, sobre a maneira pela qual eram sentidos na própria época os laços de parentesco: trata-se dos esquemas genealógicos que foram compostos pelos contemporâneos. Tais representações traduzem uma certa consciência da coesão familiar; além do mais, e isso é muito importante, elas fixaram essa consciência, impuseram-se duradouramente aos membros do grupo e até certo ponto lhes orientaram o procedimento durante as gerações posteriores. Seria evidentemente de primordial interesse comparar essas representações com a rede das relações reais. Na realidade, porém, as genealogias desse segundo tipo são raras.

Princípio o estudo sistemático da literatura genealógica dos séculos XI-XII no reino de França. Indicarei apenas — e este já é um ponto que merece reflexão e que deve ser interpretado em função das tradições culturais, das modas literárias, dos sistemas de educação, assim como das realidades políticas e sociais — que essa literatura foi particularmente florescente após 1150 e se desenvolveu quase exclusivamente nas províncias ocidentais, da Gasconha até Flandres. É precisamente do fim do século XII e do extremo norte do reino, de uma região que confina com o Império, que provêm os dois documentos dos quais proponho aqui um comentário. Tentarei extrair deles tudo o que pode responder às seguintes perguntas: que imagem um homem da aristocracia podia então fazer de sua parentela? Qual era a extensão e a precisão dessa imagem? Que memória conservava ele de seus ancestrais? A quantos indivíduos, vivos ou mortos, sentia-se ligado pelo sangue e pelas alianças? Que lugar ocupavam respectivamente, nessa representação, a filiação paterna e a filiação materna? Como, enfim, essa estrutura mental se ordenava em relação aos dois fundamentos, ideais e reais, da sociedade aristocrática, de um lado a consciência nobiliária, do outro o poder senhorial?

Devo o conhecimento do primeiro desses textos a Fernand Vercauteren, que já lhe dedicou um precioso artigo¹. Emana ele de um certo Lambert, que empreendeu em 1152 escrever uma crônica e prosseguiu sua redação até 1170. Enquanto compunha essa obra histórica, conhecida sob o nome de *Annales Cameracenses*, Lambert, ao chegar ao ano de 1108, data de seu nascimento, resolve introduzir o que ele chama de "genealogia de meus ancestrais", *genealogia antecessorum parentum meorum*. Testemunho precioso entre todos, e posso dizer único. Primeiro porque esse quadro de uma parentela não foi construído por encomenda, nem para outrem, para a glória de um patrono e ilustração de uma grande linhagem; foi preparado espontaneamente por seu autor e para si mesmo. Por um "intelectual", certo, muito preocupado com a boa linguagem, por um homem de Igreja, formado num mosteiro e cônego regular em Saint-Aubert de Cambrai, e consequentemente por um indivíduo — isso deforma um pouco a visão que ele tinha de sua parentela — que vivia longe de sua casa familiar, incorporado numa outra fraternidade e que, sobretudo, se distanciava, dado o seu estado, do patrimônio ancestral e da herança da qual já não participava. No entanto, esse religioso continuava muito preocupado com sua posição e com o valor de sua raça. Por outro lado, essa genealogia é, se assim se pode dizer, ingênua: não se apóia em pesquisas conduzidas em arquivos, mas baseia-se na memória pessoal de um homem de cerca de quarenta e cinco anos, só precisada, como ele próprio diz, por alguns testemunhos orais. Enfim — e é isso que acaba conferindo a esse documento um valor absolutamente excepcional —, essa genealogia não é a de um grande senhor, mas a de um membro da pequena aristocracia; Lambert é originário de uma linhagem de simples cavaleiros de Flandres: seu avô paterno fora, no fim do século XI, cavaleiro e familiar (*miles et casatus*) do bispo de Cambrai. Para analisar convenientemente esse testemunho de primeiríssimo valor, importa antes de mais nada apresentar sumariamente o esquema de parentesco respeitando escrupulosamente a ordem que Lambert seguiu para estabelecê-lo.

Lambert, pois, acaba de falar de seu nascimento e de sua casa natal. Citou o pai e a mãe. Evoca então sua ascendência e descreve, em primeiro lugar, o lado paterno. Para isso, remonta imediatamente, pelo pai e pelo avô, até o tio deste, único representante da mais antiga geração conhecida pelo autor e que é em todo caso, aos seus olhos, seu mais distante "antepassado". Chegado a esse ponto, Lambert vai descendo grau por grau; evoca os filhos desse homem; a propósito do primogênito, fala também de suas alianças; em seguida passa aos irmãos do pai, a suas esposas, sem nomear-lhes os des-

cendentes, com exceção de um só, o mais próximo do antepassado comum, chega enfim aos próprios irmãos e às irmãs. Começa então a descrição do ramo materno, ordenada de modo idêntico: o avô, seus irmãos, depois suas irmãs; a avó, seus irmãos e as linhagens que deles se originaram; os tios de Lambert, as tias e sua descendência. Tal é a disposição desse esquema simples. Logo se percebe que, na imagem que Lambert formava de sua família, os homens sempre prevalecem sobre as mulheres, os primogênitos sobre os irmãos mais moços, e enfim que a parentela por aliança ocupa um amplo lugar ao lado da parentela pelo sangue. Quanto ao conteúdo propriamente dito, revela que o campo da consciência familiar era relativamente restrito.

Se Lambert alude, e aliás apenas na linhagem de sua mãe, a alguns ramos afastados — "famosos cavaleiros", "homens eminentes por seu nascimento", "alguns outros muito nobres" —, não evoca expressamente mais que setenta e três indivíduos. Além disso, não designa pelo nome senão trinta e cinco deles, dezoto do lado paterno, dezessete do lado materno. Desses homens e mulheres que ele cita, dezessete pertencem à geração do pai e da mãe. Na geração anterior, a terceira, sua lembrança perde a precisão: apenas sete nomes. Recuando mais ao passado, à quarta geração, só escapa ao esquecimento o primogênito da linhagem paterna e sua esposa, um homem do qual se encontra o rastro entre os documentos de arquivos nas imediações de 1050 e que, por conseguinte, estava alive uns sessenta anos antes do nascimento de Lambert, pouco mais de um século antes do momento em que este redige sua descrição: notemos como a memória dos ancestrais é curta.

Quanto às pessoas de sua parentela que pertencem à sua própria geração, Lambert fala muito pouco delas. Isso se explica: ele vive, retirado do século, numa comunidade de cônegos regulares; seu propósito, de resto, e ele diz claramente, é falar de seus "ancestrais". Nesse nível, do lado materno, ele menciona portanto apenas dois homens: o primogênito de seus cinco irmãos, que aliás já morreu num combate; e outra personagem, decorada com o título de "cavaleiro", reforçado ainda pelo adjetivo *potens* e que traz o nome do antepassado mais remoto (esse cavaleiro é, na verdade, o primeiro descendente, em ordem de primogenitura masculina, do avô paterno; pode-se pensar que ele possui por herança o feudo que foi outrora concedido a este último; trata-se, com toda a evidência, do chefe atual da linhagem). Dois homens, não mais. Surpreso com tal restrição, F. Vercauteren formulou, para explicá-la, esta hipótese: se Lambert insiste pouco em seus contemporâneos do ramo paterno, é porque este, na época em que ele escrevia, se encontrava em

via de rápida regressão econômica. E quase certo, com efeito, que seus nove irmãos e irmãs, dos quais o pai e a mãe eram, eles próprios, os capangas de sua família, deviam estar numa situação de fortuna muito medíocre. Pelo menos, a escolha que ele faz desse lado de sua parentela é significativa: cita apenas homens, e homens de guerra; enfatiza resolutamente a primogenitura. Em seu espírito, sua família paterna se ordena como uma "casa", uma linhagem de guerreiros, onde a primogenitura conta muito.

Do lado materno, Lambert designa pelo nome sete indivíduos de sua geração, que são parentes menos próximos: o quadro se desdobra, pois, mais amplamente desse lado. Na verdade, e esta pode ser a explicação mais profunda, tais pessoas são quase todas da Igreja: três primos irmãos, um monge em Mont-Saint-Éloi, a exemplo do próprio Lambert; os outros dois, cônegos regulares como ele também. Aparecem ainda, num parentesco menos próximo e ligados à linhagem da avó materna, outros eclesiásticos, estes de mais alta dignidade, dois abades e uma abadessa. Porém o último mencionado é um leigo que se ilustrou na ordem militar, foi porta-estandarte do conde de Flandres e morreu, também ele, na guerra. Outro herói. Assim, na imagem que Lambert oferece dos parentes de sua geração, o lado materno prevalece: é que ele está mais bem situado socialmente.

Nos graus sucessivos da ascendência, o lado paterno retoma porém a vantagem: dezesseis indivíduos mencionados, dos quais doze homens.

1. Eis, em primeiro lugar, o pai, seus três irmãos e o avô. Lambert nada diz sobre os irmãos deste último. Será que os teve? A dificuldade é que não dispomos, apesar das minuciosas pesquisas de F. Vercauteren, de um quadro genealógico verdadeiro e completo que se possa sobrepor a esse quadro composto de memória, o que permitiria delimitar exatamente as zonas de olvido. Pelo menos, pode-se justificar a presença exclusiva desses cinco homens com base no que diz Lambert de sua existência familiar. Seu avô vivia em Néchin, num domínio que lhe vinha de sua mulher. Ao se estabelecer ali por um feliz casamento, ele deixara sua casa natal e rompera assim a comunidade de vida com o pai e os irmãos, se é que os tivera. Para Lambert, ele próprio nascido em Néchin, a lembrança dos tios-avós e do bisavô, desse modo, se apagou: a memória que ele conserva é a do lar, da casa e dos homens que ali viveram verdadeiramente em comum.

2. No entanto ele se lembra também, na geração anterior, a mais remota de que se recorda, de um tio de seu avô. Designa-o pelo nome e também pelo *cognomen*, que é a denominação de uma terra

e de outra casa: Wattrelos. Para ele, esse sobrenome tornou-se o próprio símbolo de sua raça e da unidade desta. Dessa raça, tal homem, decerto por direito de primogenitura, encarnava o tronco mestre; é por isso que Lambert, que permanece mudo a respeito do bisavô, cita todos os filhos desse antepassado, com exceção de um, cujo nome, diz ele, saiu-lhe no momento da memória.

3. Restam quatro homens presentes no lado paterno do quadro. Eles pertencem a três casas aliadas, por parte das mulheres, à linhagem de Wattrelos. São os irmãos — primogênitos, portanto chefes de casa — de três esposas: as dos dois tios de Lambert cuja descendência não se extinguiu (o mais velho morreu antes do pai, seus filhos já não estão vivos e, provavelmente por essas duas razões, ele não faz menção à linhagem de sua esposa); e, enfim, a do primogênito dos filhos do mais remoto representante da linhagem. O quarto homem é o filho do precedente; representa, com efeito, a aliança mais brilhante, aquela que une a raça de Lambert a uma raça situada num grau superior na sociedade aristocrática, uma família de castelões, os sires de Avesnes.

4. Finalmente, do lado paterno, Lambert menciona quatro mulheres: a avó, que incorporou ao patrimônio da linhagem o alódio onde Lambert nasceu; as esposas de seus dois tios; a esposa, enfim, do mais remoto chefe da casa de Wattrelos. A única mulher que ele evoca, sem lhe declinar o nome, é uma tia que morreu solteira: desse lado, as mulheres cuja lembrança ele conserva são as que participaram do crescimento do patrimônio familiar ou que, vindas de outra raça, compartilharam a vida da casa e a uniram a outras linhagens. Do lado materno, a memória se desdobra mais longe, porém com menor precisão: somente dez nomes na ascendência e uma proporção maior de mulheres, a metade. São citados o avô e a avó. De seus respectivos irmãos, é amplamente evocado o valor social, mas sem que os indivíduos sejam distinguidos pessoalmente: a lembrança é aqui a de um brilho, de uma glória, lembrança de honra, mas não de familiaridade doméstica; e, sobretudo, desse lado o parentesco não se concretiza por uma herança, por uma comunidade de posse fundiária. São ainda citados todos os tios e todas as tias de Lambert, mas este não designa pelo nome os esposos das tias casadas; não procura dar a conhecer a casa onde elas entraram; dá o nome da esposa do tio casado, mas não o do irmão desta, nem da casa onde ela nasceu. Desse lado, as alianças matrimoniais dos membros da linhagem não parecem repercutir na consciência familiar como o fazem no ramo paterno.

Desse recenseamento, dessa longa análise, que é que se pode depreender?

1. Em primeiro lugar um fato evidente: os homens ocupam na memória familiar um lugar nitidamente preponderante: apenas dezenove mulheres entre os setenta e três indivíduos evocados; uma proporção algo maior (30 por cento) entre os indivíduos designados pelo nome (é mister precisar ainda que todas as mulheres citadas são parentes muito próximas, com exceção de uma, mas esta foi abadessa de um grande mosteiro). Por outro lado, convém repetir: na ordem da descrição, os homens aparecem sempre antes das mulheres e, por sua construção geral, o esquema genealógico coloca nos primeiros lugares o *agnatio*. Essa preeminência masculina é explicável em parte pela situação pessoal de Lambert, ele próprio um homem, e ainda por cima homem de Igreja. Mas também reflete, por certo, muito diretamente a influência das regras sucessórias que reservavam aos varões a herança dos bens imobiliários. Essas regras de devolução, em particular as que se aplicavam ao feudo (Lambert vivia numa região e pertencia a um meio social nos quais a maior parte das terras eram objeto de uma posse feudal), explicam também a atenção que ele dedica à ordem dos nascimentos. Ele toma muito cuidado em sempre indicar e enfatizar de maneira particular a primogenitura, quer se trate dos filhos ou das filhas. Precisemos, porém, que a preponderância dos homens é mais nitidamente acusada do lado paterno, onde três quartos dos indivíduos citados são masculinos, ao passo que do lado materno a memória concede igual espaço aos homens e às mulheres.

2. Do lado paterno, a memória se ordena com muita nitidez em função da consciência de uma raça e de um sentimento de linhagem cuja expressão e sustentáculo é um *cognomen*, um sobrenome patronímico. Este designa um lugar, uma terra; é usado ao mesmo tempo pelos dois avós de Lambert; este os liga ambos ao antepassado mais remoto no tempo e que, na mente do autor, representa a raiz conhecida de sua linhagem. Esses dois avós, cognominados "de Watrelos", tinham mesmo conservado posses nessas terras? Isto é provável no caso do avô materno, cujo filho primogênito, cavaleiro, foi depois alcaide de Watrelos; é muito improvável no do avô paterno, feudatário do bispo de Cambrai, que veio estabelecer-se no domínio hereditário de sua esposa, onde viveram seus filhos, onde nasceu seu neto. Ora, mesmo nesse caso, mesmo quando esses homens estavam instalados num feudo pessoal, no alódio da mulher ou no da mãe, eles reivindicavam desde então (ou seja, desde o fim do século XI, o mais tardar) o nome da terra ancestral, da qual, entretanto, já não tinham parte direta. Esse nome, que para eles se tornou abstrato, indicava que pertenciam a uma "casa", a uma linhagem, a uma raça, organizada de forma estritamente agnática e

governada pelas regras da primogenitura. Cimento da coesão da linhagem, esse nome da casa-tronco da estirpe era também o suporte da memória familiar. E se nos perguntarmos por que a lembrança de Lambert não remonta além de um antepassado da quarta geração, de um homem que vivia por volta de 1050, será ilícito pensar que, nessa região, a metade do século XI foi precisamente o momento em que, no nível dos *milites*, nessa camada inferior da aristocracia de que Lambert procedia, os grupos familiares se constituíram em linhagens justamente fixando-se numa terra, seja em alódios, seja, antes, em feudos indivisíveis tornados decididamente, segundo a evolução recente dos costumes feudais, hereditários por direito de primogenitura? Só então, por conseguinte, é que eles se organizaram em "casas", adotando ao mesmo tempo um *cognomen*. Antes desse limiar cronológico, as relações familiares na cavalaria se ordenavam por certo de outra maneira. Não havia casas, portanto não havia *cognomina* familiares, não havia raça, mas sim grupos de parentes, que gravitavam em torno da casa de um senhor, de um patrono. Dessas redes familiares, muito menos coerentes, difusas e que mudavam ao sabor dos casamentos, perdeu-se logo a lembrança. A memória dos ancestrais tornou-se firme no próprio momento em que as estruturas de parentesco se modificaram e assumiram, em torno de uma "instalação" fundiária, de uma herança, de um fecho de direitos definidos e bem ligados a um patrimônio, um fecho resolutamente agnático. O testemunho de Lambert de Watteletos permitiria, portanto, situar essa transformação fundamental, nessa região e nessa camada social, por volta da metade do século XI. O que se sabe da história da aristocracia e das estruturas feudais não contradiz, a primeira vista, essa hipótese.

Fica muito claro, aliás, que o lado materno, no esquema de Lambert, se encontra organizado semelhantemente em linhagem: dos filhos do avô, apenas um, o primogênito, é casado, e é ele que possui os bens hereditários da linhagem; de seus três irmãos, dois permaneceram "moços" — entenda-se: cavaleiros andantes, celibatários e sem estabelecimento; o último entrou para a religião. Todavia, na consciência de Lambert, a linhagem da mãe ocupa uma posição algo diferente. Isso me leva a considerar outro ponto: o papel das mulheres e das alianças matrimoniais.

3. Estas, já o dissemos, não têm o mesmo peso nem a mesma ressonância dos dois lados da ascendência, e não sem razão. Ao casar-se, com efeito, a esposa penetra na casa de seu marido; incorpora-se a ela. Do lado paterno, Lambert considera portanto as esposas de seus tios como incorporadas. Cita-as. Mas cita igualmente, se não o pai delas, pelo menos o irmão mais velho ou o filho.

deste, o homem que, no tempo da redação dos *Annales Cameracenses*, dirigia-lhes a linhagem. Pois, por seu intermédio, um vínculo de familiaridade se estabeleceu definitivamente entre os homens da casa de Lambert e os das casas de onde procedem essas mulheres. Tal vínculo de familiaridade não é percebido tão fortemente por Lambert no caso das mulheres agregadas por casamento à linhagem da mãe; decerto elas se incorporaram a tal casa, mas esta, em relação à linhagem mestra, a do pai do autor dessa genealogia, encontra-se ela própria em recuo. Quanto às moças da raça, a aliança matrimonial as fez sair completamente de sua casa, e a memória familiar, por esta razão, não guarda sequer o nome de seus maridos.

4. No plano das relações afetivas e concretas, porém, a contribuição das mulheres estranhas à linhagem mostra-se, através da descrição dos *Annales Cameracenses*, considerável sob três pontos de vista.

a) Em primeiro lugar, o irmão dessas mulheres parece exercer forte influência sobre o destino de seus filhos varões. É para eles o sustentáculo natural, o protetor, e encontramos aqui a ilustração concreta da posição privilegiada que então ocupavam os laços entre sobrinho e tio materno na rede das relações de parentesco. Certos historiadores da sociedade feudal, notadamente Marc Bloch, interpretaram nesse sentido alguns dos temas da literatura de cavalaria¹. Ora, eis um testemunho direto que corrobora essas observações. Ele mostra claramente que tais relações se desenvolveram sem que as contrariassem, muito pelo contrário, as estruturas patrilineares do parentesco. É o caso de Lambert: o nome que ele usa é o de um irmão da mãe; foi outro dos tios maternos, homem da Igreja, tornado abade de Mont-Saint-Éloi, que o guiou na carreira, que o recebeu em seu mosteiro e depois o estabeleceu em sua situação canônica — como estabeleceu, aliás, três filhos de suas outras irmãs. Quanto ao irmão mais velho de Lambert, o único citado, dedicado ao estado militar, parece ter seguido, na existência aventureira dos *juvenes*, dos guerreiros não-casados, um dos irmãos de sua mãe, ele próprio cavaleiro andante.

b) A esposa, ao se casar, traz para a casa de seu marido certos bens, riquezas que vêm de sua própria linhagem e que se destinam, na geração seguinte, a juntar-se, na fortuna dos filhos, aos bens por eles herdados do pai. Fato significativo: no esboço genealógico estabelecido por Lambert, os únicos *cognomina* citados, fora o *cognomen* de sua raça e o dos cunhados de seus tios paternos, evocam a casa de sua mãe e as das duas avós, isto é, lembram quinhões de herança, bens introduzidos por essas mulheres no patrimônio familiar. De que bens se trata? A avó materna, porque tinha grande nú-

mero de irmãos e irmãs, não trouxe terras ao marido, mas bens móveis, escravos (*servi et ancillae*), e o neto ainda se lembra disso. Em compensação, a avó paterna, decerto porque não tinha irmãos, trazia com ela o belo domínio de Néchin, onde viveu o marido, onde viveram os filhos, onde lhe nasceu o neto. Pode-se, pois, observar na família de Lambert de Watteelos um fenômeno que me parece muito importante no jogo das relações sociais no seio da aristocracia dessa época. O casamento une com muita frequência cônjuges de fortuna desigual, e parece de ordinário que a esposa se situa num nível de fortuna superior ao do marido. O caso, aqui, é muito evidente para pelo menos três dos varões do lado paterno: um dos tios, o primogênito do tio-avô, e sobretudo o avô, esse *miles casatus* que desposou a herdeira de um riquíssimo alódio. E é talvez em razão de uma desigualdade semelhante que Lambert não faz questão de citar os maridos de suas tias.

c) Esse fato me leva, em todo caso, a uma última consideração: a mulher, de um modo geral, traz à linhagem na qual entrou por casamento uma contribuição de renome, isto é, de nobreza. No esquema apresentado por Lambert, o lado glorioso é nitidamente o lado materno. Pelo pai de sua mãe, pelos dez irmãos deste, que — Lambert insiste prazerosamente nesse ponto — foram mortos no mesmo dia no mesmo combate, a lembrança familiar abre-se para a epopéia, junta-se às "cantilenas" que os jograis, no tempo da redação dos *Annales*, ainda cantam. Mas, pela avó materna sobretudo, Lambert tem consciência de tocar no que ele chama de *nobilitas*. *Nobilis, nobilior* — ele emprega esses adjetivos exclusivamente a propósito da linhagem da avó materna, essa linhagem largamente propagada de que ele se orgulha e para a qual se volta principalmente quando deseja evocar, no nível de sua própria geração, os parentes mais ilustres, os "amigos" mais célebres. Toda a carga de glória, de lustre, de nobreza está desse lado.

Essas reflexões desembocam assim no espinhoso problema da nobreza e de suas relações com a cavalaria. Nessa região e na época em que foram compostos os *Annales Cameracenses*, será que existia, na consciência aristocrática, identidade ou diferença entre o título *nobilis* e o título *miles*? À primeira vista, um texto como este, o que ele revela das atitudes mentais para com os vínculos de parentesco, parece vir em apoio da hipótese dos historiadores que consideram que, no norte da França, a nobreza se transmitia em linha materna no século XII: é, com efeito, pela mãe da avó materna que Lambert se compraz em mostrar o que o liga aos *nobles* de Flandres. Entretanto, pode-se retorquir de pronto que, se Lambert aplica à avó o qualificativo *nobilis*, na verdade é porque a palavra *miles*

não tem feminino e era-lhe necessário encontrar outro termo para marcar o alto nascimento dessa mulher. Mas pode-se ainda aventar outros argumentos mais decisivos. Essa avó nobre tivera filhos, herdeiros de seu sangue e, por conseguinte, de sua nobreza. Lambert não teria deixado de designá-los também como nobres, se esse título, em seu pensamento, fosse diferente do título cavaleiresco, e superior a ele. Ora, é bem a palavra "cavaleiro", e só esse termo, que ele emprega a propósito deles para indicar-lhes a posição social. A descrição, portanto, prova claramente que nessa zona da aristocracia, e já no terceiro quartel do século XII, o único qualificativo que assinalava a superioridade social de um varão era a palavra *miles*. Acrescentemos ainda que, se a nobreza fosse efetivamente transmitida pelas mulheres, o quadro decerto não apresentaria essa estrutura de conjunto tão decididamente masculina e patrilínea. Nesse ambiente de homens, de guerra e de Igreja, os laços de família, juntamente com a concepção da dignidade de uma raça, do lustre de um sangue, haviam desde então revestido uma forma estritamente agnática e a noção de nobreza se confundira totalmente com a de cavalaria. Isso não impede, evidentemente, que na consciência do cônego Lambert a vertente materna de sua parentela pareça luzir com um brilho mais vivo. Mas isso era a consequência fortuita de uma realidade social, da frequência dos casamentos desiguais, do esforço perseverante das linhagens para casar seus filhos num nível superior, do empenho, sem dúvida mais eficaz, dos grandes senhores em estabelecer seus vassallos domésticos, os "danzéis" de sua casa, sem que eles próprios se empobrecessem em demasia, dando-lhes por mulher a viúva ou a filha rica de um vassalo, da impotência, enfim, das casas aristocráticas, cujos filhos varões eram naturalmente privilegiados pelos costumes sucessoriais, em descobrir para as moças da raça, salvo se a ausência de irmãos as tornasse herdeiras do patrimônio, esposos que não lhes fossem sensivelmente inferiores.

O segundo texto, o segundo testemunho da literatura genealógica da França do Norte que escolhi para interpretar aqui, é um documento muito mais amplo, que não ocupa, como o texto de Lambert de Watteflos, apenas uma página dos *Monumenta Germaniae Historica*, e sim sessenta. Trata-se, por outro lado, de obra composta por encomenda de um senhor por um escritor profissional, por um homem que não se fundamentou unicamente no conteúdo de sua própria memória ou de seus familiares, mas em toda uma

documentação, em arquivos, em escritos genealógicos redigidos anteriormente e nas lembranças ligadas aos túmulos de uma necrópole familiar. Logo, essa fonte é infinitamente mais rica e contém sobretudo inumeráveis traços laterais de psicologia coletiva que me proponho utilizar em outro trabalho; em compensação, o testemunho é muito menos fresco, menos espontâneo, menos significativo de uma certa imagem mental individual. Tal documento, no qual venho trabalhando já de longa data e cuja exploração estou longe de terminar, é a *Histoire comitum Ghisnensium*, escrita no final do século XII pelo padre Lambert de Ardres¹. Essa obra histórica organiza-se em função da personalidade de Arnoud de Ardres, o chefe da casa onde Lambert servia como doméstico, primogênito do conde de Guines, o herdeiro designado deste último e que já delinha, por parte da mãe, a senhoria de Ardres. O livro é construído como uma genealogia de Arnoud, isto é, de um castelão, de um "sire", de um homem pertencente a uma camada aristocrática muito superior à linhagem dos cavaleiros de Watrelos. Portanto, esse texto nos introduz num outro mundo, onde a "nobreza" era mais brilhante. Não posso aqui reconstituir em detalhe todo o esquema dessa genealogia; ele é muito mais complexo, e seria ultrapassar demasiadamente os planos desse artigo analisá-lo tão minuciosamente quanto o precedente. Limitar-me-ei, pois, a algumas observações, que servirão de simples complemento ao estudo aprofundado que fiz do esboço genealógico legado por Lambert de Watrelos.

1. O cuidado que Lambert de Ardres toma em descrever a investidura de cavaleiro de seu herói reforça a convicção de que o título cavaleiresco possuía nesse meio e nessa época um valor dos mais eminentes e de que um senhor da mais alta linhagem, consciente de ligar-se por seus ancestrais mais remotos à própria raça de Carlos Magno, considerava uma glória adornar-se com ele.

2. Por outro lado, fica evidente que os dois quadros de parentes, o de Lambert de Watrelos e o de Arnoud de Ardres, apresentam uma estrutura muito semelhante, só que o do castelão é mais desenvolvido em todas as direções. Nele são citados duzentos indivíduos; a memória se estende ao longo de oito gerações e procura mesmo vencer as resistências e remontar ainda mais longe. Essa extensão se deve às capacidades técnicas do autor da genealogia. Mas prende-se sobretudo à qualidade social desse grupo familiar, onde se mesclam, para chegar a Arnoud, linhagens não de cavaleiros, mas de castelões, de viscondes, de condes. Dito isso, a memória — essa memória que o próprio escrito tem por função estabilizar — se desdobra da mesma maneira: 67 por cento dos indivíduos citados pertencem às gerações I, II, III e IV, 50 por cento às gerações I e II,

porém a própria geração de Arnoud está menos representada que a geração imediatamente anterior, que reúne 37 por cento dos indivíduos citados.

3. Mesma preponderância dos homens, que, entre os indivíduos designados pelo nome, são exatamente duas vezes mais numerosos que as mulheres. Mesma prioridade do lado paterno: é por ele que a história começa, é desse lado que a lembrança mergulha mais profundamente no passado, e muito mais, já que ele remonta um século mais longe. Essa lembrança vai mesmo aventurar-se tão longe nessa direção que acaba perdendo pé e, para prolongar-se, se vê obrigada a adentrar o domínio da lenda, da ficção, do mito. Chegando, sempre passando dos filhos para o pai, até a citava geração, ou seja, até 928, Lambert de Ardres choca-se com a impossibilidade de estabelecer filiações patilíneas seguras. Utilizando-se de um procedimento que K. F. Werner mostrou ter sido correntemente empregado nesse tempo pelos autores de genealogias principescas⁵, Lambert inventa então um antepassado. Situa nesse ponto aquele a quem chama *auctor ghisnensis nobilitatis et generis*, uma personagem que se afigura bem mítica e que ele trata, aliás, como herói cortês. Esse *Sifridus* é lembrado como um aventureiro escandinavo, só que aparentado, e aqui sem nenhum fundamento documental, aos mais antigos senhores conhecidos da região, por um artifício que manifesta, ainda uma vez, a preocupação constante de representar a família até sua mais remota existência como uma linhagem, como uma sucessão de herdeiros que de varão em varão se transmitem um patrimônio. Por fim, ele faz desse herói fundador, por um lado, e isso é muito importante, o construtor do castelo de Guines, da fortaleza que haveria de tornar-se o centro do poder condal e o fundamento material dessa linhagem; faz dele, por outro lado, o sedutor de uma das filhas do príncipe vizinho, o conde de Flandres. Através dessa união ilícita, o homem torna-se a raiz dessa árvore de Jessé em que, depois dele, se constitui a *genealogia ghisnensium*. Com seu filho, bastardo, o poder familiar recebe legitimação porque o novo conde de Flandres, seu tio, o adota como afilhado, arma-o cavaleiro (outra transferência mítica, no passado, dos valores que a investidura encerrava no fim do século XII), erige-lhe a terra em condado e, enfim, lhe concede como feudo⁶. Tal é a imagem que os condes de Guines faziam no final do século XII das origens de sua família: para eles, a filiação nobre principiava nos anos vinte do século X graças à união do antepassado com a filha de um príncipe, que por sua vez descendia, pelo lado feminino, dos carolíngios; para eles, a origem da linhagem coincidia exatamente com a instituição do poder autônomo em torno de uma fortaleza, do título e dos poderes.

que lhe estavam ligados, e que devia formar doravante o âmago do patrimônio familiar. Se considerarmos agora, no mesmo texto, a linhagem materna de Arnoud, a dos senhores de Andres, que não eram condes, mas simples castelões, veremos — e esta é a diferença essencial em minha opinião — que a lembrança remonta aqui muito menos ao passado: o mais distante antepassado citado vivia por volta de 1030. Assim, a memória de uma filiação nobre remontava ao primeiro terço do século X numa família condal e apenas ao primeiro terço do século XI numa família castelã. Esses dois pontos cronológicos me parecem dignos de atenção.

4. Em todo caso, o parentesco aparece nos dois ramos, em suas diversas ramificações e em todas as direções ascendentes, com uma estrutura absolutamente agnática, e o autor se preocupa constantemente em apresentar os indivíduos dos dois sexos na ordem de seu nascimento e em bem distinguir dos demais os mais velhos. É a propósito do conde que morreu em 1020 que se faz na *Historia* a primeira alusão a uma regra de sucessão por primogenitura. Tanto segundo Lambert de Waltham como segundo Lambert de Andres, o esquema genealógico é portanto o mesmo. Mas com esta característica particular na família de Arnoud: os dois castelos, de Andres e de Guines, que formavam o cerne de seu patrimônio ancestral, tinham ambos passado uma vez — um na terceira geração, outro na quarta —, por extinção dos herdeiros masculinos e pelo casamento de uma herdeira, para as mãos de outra linhagem, menos poderosa. Outros exemplos desses casamentos desiguais de que falei há pouco e dessa corrida às ricas herdeiras que — como já mostrei em outro* estudo — ocupou tanto espaço nas preocupações e na existência aventureira dos *juvenes* da aristocracia dessa região durante os séculos XI e XII. Desse fato resultam, na redação genealógica, interrupções cuja orientação é aliás muito significativa: o autor da *Historia* não leva muito longe, na direção patrilinear, a descrição da ascendência do feliz marido da herdeira. Por certo tem dificuldade em fazê-lo, pois a memória dos ancestrais desse homem mediocre, desse novo-rico que pelo casamento avivara bruscamente o brilho de sua nobreza, não se conservava: tratava-se de um homem novo. Lambert abandona, pois, rapidamente essa via, volta à esposa e desenvolve então sua narrativa do lado da ascendência dessa mulher, da linhagem de seu pai, dos homens que foram os proprietários dos bens, do castelo, do título, do *cognomen* — numa palavra, dos ancestrais da casa.

* Ver capítulo anterior.

5. Vê-se ainda, aqui, o papel das mulheres. Lambert de Ardres, em três oportunidades, e sempre do lado paterno, alude a alianças que através das mulheres ligam seu herói a ancestrais carolíngios. Também aqui, e com toda a clareza, a memória mais gloriosa se estabelece ao lado dos ramos maternos. Todavia, o conjunto da história, toda a memória genealógica que se conserva da casa senhorial onde vive Lambert, e que sua obra intenta fixar, na verdade se organiza em função de uma herança, da herança de um duplo título e de uma dupla senhoria. O patrimônio parece realmente ser o suporte essencial da memória dos antepassados e da consciência familiar. A ponto de o autor estender sua descrição e prolongá-la a todos aqueles que, contemporâneos de seu herói, poderiam eventualmente pretender ter algum direito sobre essa fortuna, incluindo — coisa notável — os bastardos e os descendentes dos bastardos do pai, dos tios-avós, do tio-bisavô. Nesse meio da alta aristocracia, entre esses chefes de principados, o sentimento de parentesco se liga com toda a evidência a uma casa, ao castelo, suporte do poder, e à igreja colegiada que o flanqueia; remonta com certeza ao antepassado, de qualquer um dos lados, que construiu a fortaleza e fundou assim o poder e a glória da linhagem. A partir daí, a lembrança se perde.

Gostaria de concluir insistindo num ponto que me parece essencial e formulando a seu respeito uma hipótese de pesquisa. Nessa região do Ocidente, a memória genealógica dos homens que viviam no fim do século XII parece estender-se desigualmente conforme a posição que eles ocupam: na esfera da pequena cavalaria, ela remonta a cerca da metade do século XI; nas famílias de castelões, às mediações do ano mil; enfim, nas famílias condaís, ao início do século X. Esses limites, para além dos quais se perde a lembrança dos ancestrais, são tanto mais recuados quanto a linhagem se acha numa posição mais elevada na hierarquia das condições políticas e sociais. Isso não é de admirar. Mas é interessante observar que esses três pontos cronológicos vêm a ser exatamente aqueles aonde chega a pesquisa dos eruditos quando estes se esforçam, hoje, em reconstruir as filiações reais das famílias, e que tais pesquisas não conseguem ir mais longe. Assim, na sociedade do Mâconnais, pude reconstituir a parentela até a primeira metade do século XI nas linhagens de cavaleiros, até o fim do século X nas linhagens de castelões, até cerca de 920 nas linhagens dos condes¹. Antes dessas datas, foi-me impossível descobrir quem era o pai do mais remoto antepassado conhecido. Ora, o obstáculo não está na documentação, que não muda em natureza nem em densidade. Podemos crer, pois, que essa dificuldade (semelhante à que Lambert de Ardres con-

neu ao inventar a personagem do aventureiro *Sifridus*) decorre da própria transformação das estruturas de parentesco. O desaparecimento dos indícios de filiação patrilinear nas fontes escritas quando, remontando no tempo, a pesquisa transpõe esses limiares cronológicos traduz de fato uma menor importância de tais filiações, a partir dessa mesma data, na consciência familiar. Nos documentos de que dispomos, tudo aparece como se, progressivamente, nos diferentes graus da aristocracia, as estruturas de parentesco se tivessem transformado entre o começo do século X e a metade do XI. Antes, não há linhagem, não há consciência propriamente genealógica, não há memória coerente dos ancestrais; um homem da aristocracia considerava sua família como um agrupamento, se assim podemos dizer, horizontal, estendido no presente, sem limites precisos nem fixos, constituído tanto de *propinqui* quanto de *consanguinei*, de homens e mulheres ligados a ele tanto pelo sangue quanto pela realização das alianças matrimoniais. O que contava para ele, para seu sucesso, para sua fortuna, eram menos os seus "ancestrais" que os seus "próximos", pelos quais podia aproximar-se das fontes do poder, isto é, do rei, do duque ou do chefe local, em todo caso, do homem capaz de distribuir os cargos, os "favores", as honradas. Desse *sénior* ele esperava tudo: empenhava-se, pois, em obter alianças de todo tipo, em ligar-se mais estreitamente à sua casa, em incorporar-se a ela; dependente como era desse patrono, o importante para ele eram as suas relações, e não a sua ascendência. Era um beneficiário, e não um herdeiro. Ao passo que mais tarde o indivíduo se sente ligado, ao contrário, a um grupo familiar de estrutura muito mais estrita, centrado na filiação agnática e de orientação vertical: sente-se membro de uma linhagem, de uma raça na qual de pai para filho se transmite uma herança; o filho mais velho assume a direção dessa casa, e a história desta pode ser escrita sob a forma de uma árvore enraizada na pessoa do antepassado fundador, que se encontra na origem de todo o poder e de todo o lustre da raça. O indivíduo tornou-se ele próprio um príncipe; tomou uma consciência de herdeiro. Acrescento: sente-se nobre, já que ser nobre é antes de tudo reivindicar ancestrais conhecidos, é referir-se a uma genealogia.

Mas, e eis o que importa, nos três momentos sucessivos em que, desde a aristocracia até seus níveis mais inferiores, a memória dos ancestrais se perde para nós historiadores, como já se perdia no fim do século XII no espírito de seus próprios descendentes, parecem situar-se também importantes modificações que afetam as estruturas políticas e jurídicas. Tal coincidência merece atenção. No reino da França, o início do século X é com efeito a época em que os con-

des, ganham sua autonomia em relação aos grandes princípios territoriais e começam a dispor livremente, em favor do primogênito dos filhos, de sua "honra" dotante perfeitamente integrada ao seu patrimônio: por volta do ano mil, é a vez dos senhores dos castelos conquistarem a independência e apropriarem-se das fortalezas onde até então comandavam em nome de outrem; por fim, nos anos trinta do século XI, vemos, por um lado, no nível inferior da aristocracia, multiplicarem-se as concessões de feudos, a tenência feudal assumir um caráter mais nitidamente hereditário e transmitir-se regularmente de pai para filho por regra de primogenitura, enquanto, por outro lado, a situação de fato dessa pequena aristocracia se cristaliza em privilégios jurídicos em torno de um qualificativo, o título de "cavaleiro", e das funções específicas que ele define. Como quer que seja, a consciência genealógica aparece no mesmo instante em que a riqueza e o poder — do conde, do castelhão, do simples cavaleiro — revestem decididamente um feição patrimonial e em que começam a entrar em jogo, por conseguinte, regras sucessórias que favorecem os filhos a expensas das filhas, os mais velhos a expensas dos mais novos, valorizando, pois, ao mesmo tempo o ramo paterno e a primogenitura. Retomo, portanto, de bom grado uma reflexão de Karl Schmid que esclareceu singularmente minhas pesquisas: "A casa de um nobre torna-se uma casa nobre quando se converte no centro e no ponto de cristalização independente e duradouro de uma raça." Mas insistindo muito na ideia de independência e vinculando estreitamente tal fenômeno ao processo de decomposição do poder real, a essa disseminação da autoridade, a essa dissociação progressiva dos poderes de comando a que chamamos feudalismo. Afinal, o aparecimento de novas estruturas de parentesco na aristocracia e o estabelecimento do sistema feudal não progrediram ao mesmo tempo? Existe, em todo caso, entre estruturas de parentesco e estruturas políticas uma correlação íntima, uma ligação verdadeiramente orgânica que se exprime, no nível das representações mentais, pela própria noção de nobreza, e que este artigo — é esta sua única finalidade — convida a estudar em profundidade.

Observações sobre a literatura genealógica na França nos séculos XI e XII*

Empreendi há muitos anos estudar as relações de parentesco na aristocracia das províncias francesas nos séculos XI e XII, estudo que me leva a abordar por vias novas alguns dos problemas centrais colocados pela sociedade feudal — por exemplo, o das relações entre nobreza e cavalaria, o da evolução dos patrimônios laicos, o da distribuição de comando. Esforço-me por conduzir essas pesquisas de história social em dois níveis: no plano, se assim posso dizer, material, dos suportes biológicos e econômicos do destino familiar, mas também no plano das atitudes mentais, da percepção dos laços de parentesco. O principal instrumento de tais investigações é, evidentemente, a genealogia. Na verdade, porém, existem dois tipos de genealogias, os quais, aliás, são quase correspondentes aos dois níveis de que acabo de falar. Eis, de um lado — e é nestas que pensamos antes —, as genealogias que os historiadores constroem no decurso dos tempos e que continuam a construir, ou a reificar, recolhendo todos os indícios de filiação ou de aliança dispersos entre cartulários, cartórios ou necrológicos. Sempre incompletas, por vezes incertas, tais genealogias oferecem a imagem concreta desta ou daquela família, em seu crescimento e em sua fortuna. Muito mais raras, e só podendo desenvolver-se pela descoberta de pergaminhos desconhecidos, são as genealogias de outro gênero,

* Texto publicado em *Académie des Inscriptions et Belles-lettres, Comptes rendus des séances de l'année 1967 (avril-juin)*. Paris, Klincksieck, 1967, pp. 335-345.

quero dizer, aquelas que foram compostas na própria época pelos contemporâneos. Ora, estas são igualmente muito preciosas pelo testemunho que trazem sobre a psicologia familiar e sobre as representações mentais que formaram o arcabouço da consciência de linhagem. A propósito destes últimos documentos, gostaria de apresentar brevemente os primeiros resultados de pesquisas que realizei com a ajuda diligente da Srta. Guilhemier, colaboradora técnica no Centro Nacional da Pesquisa Científica. Meu propósito inicial é estender ao reino da França investigações efetuadas no Império por A. H. Hönger¹ e, mais recentemente, por Karl Hauck², ou seja, fazer um inventário dessas fontes. Tentarei também interpretá-las e, inspirando-me nos trabalhos publicados, ainda na Alemanha, por K. F. Werner³ e pelos alunos de Gerd Tellenbach, notadamente por Karl Schmid⁴, anisicar algumas observações que abrem, segundo parece, perspectivas bastante amplias, e não simplesmente acerca da história social, mas também da história política e da história cultural. Pretendo limitar-me aqui a apenas uma parte da literatura familiar, aos escritos propriamente genealógicos, isto é, que compõem o quadro de uma parentela. Excluo, pois, três categorias de documentos, alguns dos quais são do maior interesse para a história da consciência familiar, mas que me parecem pertencer a outro gênero e merecer estudos especiais: em primeiro lugar, as histórias e crônicas que, como no século XI a de Adhémar de Chabannes e, no XII, a de Geoffroy du Vigois, contêm numerosos esboços de genealogias mas não foram escritas para o lustre de uma linhagem; em seguida, todas as vitæ, que procedem diretamente seja da hagiografia, seja dos elogios ou das deporações fúnebres; e, enfim, certas listas condaís, ligadas amiúde a listas episcopais, que não contêm nenhuma menção de filiação, como a que figura no cartulário da catedral de Mâconnaís. Ao termo desta seleção, que faz descartar em particular todas as obras compostas no século XI no círculo dos duques da Normandia e, nos séculos XI e XII, no círculo dos reis de França, restam, pois, não contadas algumas continuções, uma vintena de textos anteriores ao fim do século XII. Trata-se aí, naturalmente, do pequeno resíduo de uma produção da qual se sabe com certeza, especialmente por certas menções incluídas nas obras que não se perderam, ter sido muito mais abundante. Do que subsiste e pode ser atualmente localizado no estado de edição e de estudos historiográficos, eis, sumariamente esboçado, o inventário.

a) Primeiramente vamos encontrar, muito isolada em pleno século X, a genealogia do conde de Flandres, Arnoul, o Grande, composta por Vulgerius entre 951 e 959 e conservada na abadia de Saint-Bertin.

b) Entre o meado do século XI e 1109 situam-se uma notícia sobre a ascendência do conde de Flandres Arnoul, o Jovem, redigida no mosteiro de Saint-Pierre-au-Mont-Blandin; uma genealogia dos condes de Vendôme, inserida no cartulário de Vendôme; seis genealogias dos condes de Anjou, enfim, oriundas de Saint-Aubin d'Angers.

c) Dos últimos anos do século XI datam a primeira relação da genealogia dos condes de Boulogne e um fragmento de história dos condes de Anjou que os estudos críticos de L. Halphen permitem atribuir ao conde Foulques Réchin.

d) Entre 1110 e 1130 aparecem duas novas genealogias dos condes de Flandres, uma composta em Saint-Bertin, outra inserida por Lambert de Saint-Omer em seu *Liber Floridus*, e, por outro lado, a primeira relação conservada da gesta dos condes de Anjou, da autoria de Thomas de Loches.

e) As imediações do ano 1160 formam uma zona de particular fecundidade. Enquanto as genealogias flamengas e angevinas são objeto de importantes remanejamentos, como o escrito denominado *Flanaria generosa* e as novas versões da *Gesta consulum andegavorum* composta por Breton d'Amboise ou Jean de Marmoutier, aparecem simultaneamente, além de dois novos esboços genealógicos compostos em Saint-Aubin d'Angers, escritos consagrados aos sires de Amboise, aos condes de Angoulême e aos condes de Nevers. Dessa época datam as obras de Wace e de Benoît de Sainte-More. Notemos enfim que é a partir desse mesmo momento que os autores de história e de crônica regionais se mostram muito mais atentos aos dados genealógicos, como o testemunham, por exemplo, certas notas provenientes da abadia de Anchin em Artois e daquela de Foigny, na diocese de Laon.

f) Em 1194, Lambert de Ardres escreve a *História dos condes de Guines*, a um só tempo o mais rico e o mais significativo dos escritos desse gênero. Esse simples inventário suscita imediatamente algumas observações preliminares, que limto voluntariamente ao exterior e como que à superfície desses textos, mais precisamente à sua localização no tempo e no espaço.

1. Parece, à primeira vista, que esse gênero literário de que nos ocupamos se encontra limitado nessa época às partes setentrionais e ocidentais do reino de França. E, se pusemos de lado o ducado da Normandia, cuja historiografia apresenta traços originais e se afasta sensivelmente das formas propriamente genealógicas, estas se ordenam em torno de dois centros, o condado de Flandres, onde elas aparecem em primeiro lugar e onde permanecem mais numerosas, e o condado de Anjou. Só depois de 1160, a partir desses dois

se impôs como um tipo; vemo-la, com efeito, retomada até o século XIII, em todo o espaço cultural de que nos ocupamos, tanto por Guillaume de Malmesbury como pelos genealogistas dos condes de Boulogne e pelos de Foisny e de Anchin. Assim se introduz na consciência da alta aristocracia um esquema de parentesco que podemos definir brevemente: filiação estritamente agnática, o título — a exemplo do título real — se transmite de pai para filho; mas, como sucede por vezes que o título ou a vocação ao poder se herde por efeito de uma aliança — assim os condes de Flandres receberam o sangue carolíngio, assim, muito antes, os ancestrais de Carlos Magno receberam o sangue merovíngio —, o fio genealógico, remontando ao passado, pode sofrer interrupções, abandonar a linhagem patriilinear menos ilustre para, a partir de determinada antepassada de quem os descendentes têm consciência de obter uma herança mais brilhante, remontar do filho para pai essa linhagem mais honorífica. Esse quadro mental, em que vem doravante inserir-se, na alta aristocracia, a memória dos ancestrais, procede de um modelo extraído da família real, e manifesta uma apropriação paralela à usurpação dos poderes reais no qual se fundam as novas dinastias. Esta constatação autoriza a estender à França algumas observações enunciadas sobre os países alemães pelos historiadores da escola de Friburgo, notadamente por Karl Schmid: quando a alta aristocracia começou, por efeito da decomposição do poder real, a organizar-se em casas, em linhagens, fez-lo à imagem do que fora até então a única "casa", a única raça, a única genealogia verdadeira: a do soberano.

Limitar-se à filiação masculina e descrever uma linhagem de homens, insistir cada vez mais fortemente, após o final do século XI, na primogenitura, enquanto as regras sucessórias favorecem mais nitidamente os primogênitos, e depois abandonar os ancestrais paternos em proveito dos maternos, se a herança veio através destes, como faz Fouques Réchin, e depois dele todos os autores de genealogias, como faz aliás, do lado germânico, um Odon de Freising, é facilmente explicável: todos esses escritos se preocupam antes de tudo com a transmissão de uma "honra" no sentido primitivo, digamos carolíngio, do termo. "Eu, Fouques... quis contar à escrita o modo como meus ancestrais adquiriram e deram sua honra até a minha época, e como eu próprio a dei, ajudado pela graça de Deus", assim principia o escrito atribuído ao conde Fouques de Anjou. A gesta dos condes de Amboise insiste na constituição progressiva de um patrimônio, na contribuição total das esposas, nas partilhas. E a genealogia composta por Lambert de Ardres, cujo senhor é ao mesmo tempo herdeiro do conde de Guines e da senhoria de Ardres, apresenta-se na verdade como uma história desses dois

patrimônios e de sua progressiva consolidação. Os autores de tais escritos se empenham em descobrir em seu mais remoto passado a origem dessa posse hereditária. Eis o que vem reforçar a hipótese proposta pelos alunos de Gerd Tellenbach: é no momento em que os membros da alta aristocracia deixam de dever sua fortuna aos favores temporários de um soberano, de deter um poder e bens por concessão vitalícia e revogável, no momento em que seu poder assenta num patrimônio livremente transmissível de pai para filho que os grupos de parentesco, até então movediços e sem consistência, se ordenam segundo o estrito arcabouço de uma linhagem; não há de modo algum linhagens nem casas nobres antes que a honra se torne francamente hereditária, ou seja, antes do século IX para os maiores príncipes, antes do século X para os senhores de menor poder — e acrescento: na França, antes do século XI para os simples cavaleiros. De fato, todos os textos de que nos ocupamos não fazem questão, para falar propriamente, de descrever toda a parentela, mas apenas a parte desta que detém o patrimônio. Na verdade, essa consciência familiar é uma consciência de herdeiros.

No entanto, entre esses escritos que são anteriores à primeira década do século XII e os demais existe uma diferença notável, sobre a qual gostaria, para terminar, de dizer algumas palavras. Os primeiros permanecem muitos secos, pouco desenvolvidos, mesmo quando não constituem simples catálogos, como a narrativa de Foulques Réchin. Repousam então numa memória. Foulques explicou-se: apóia-se em suas próprias lembranças e no que ele recebeu do tio Geoffroy Martel; não se nota que tenha utilizado os quadros compostos anteriormente no mosteiro de Saint-Aubin; ele confessa nada saber dos primeiros condes de Anjou; ignora mesmo onde se encontra a sepultura deles. Enquanto as genealogias do século XII se desenvolvem em todas as direções, retomadas sucessivas as enriquecem, acrescentando nomes de filhos caçulas, de filhas, de ancestrais que não eram até então mencionados, desenvolvendo filiações paralelas... A árvore cujo perfil elas desenhavam desdobra mais amplamente os seus ramos e mergulha mais profundamente suas raízes. Importa, tanto para a história cultural quanto para a história social e a história política, observar de perto essa extensão. Farei a seu respeito três observações.

1. Ela demonstra em primeiro lugar um progresso das técnicas literárias, um desenvolvimento dos recursos intelectuais. As primeiras genealogias haviam sido elaboradas em mosteiros privados, integrados ao patrimônio de grandes famílias principescas. Um papel de relevo foi então desempenhado por Saint-Bertin e Saint-Aubin d'Angers, cujo abaciato estava nas mãos, respectivamente, dos con-

des de Flandres e dos de Anjou e que ocupavam nesses principados o mesmo lugar que no principado capetíngio coubera sucessivamente a Fleury e Saint-Denis, abadias-necrópoles; e vínculos estreitos unem aparentemente os primeiros quadros genealógicos aos epítafios dos senhores falecidos cuja composição sabemos, por Raul Glaber, ter desempenhado, no limiar do século XI, um papel primordial na atividade literária¹. No século XII, entre os autores dos escritos a que me refiro, encontram-se ainda monges, mas a partir daí muitos são clérigos, e clérigos domésticos, como Thomas de Loches, que foi capelão de Foulques, o Jovem, e o padre Lambert, ligado à casa dos senhores de Andres. Por uma transferência que se efetua num movimento geral de laicização da cultura, o centro principal dessa literatura torna-se então a corte do príncipe; ele utiliza alguns dos recursos desta, entre os quais o acervo de arquivos e, sabe-se pelos condes de Guines no fim do século XII, sua biblioteca. Os redatores que ali trabalham são instruídos, formados no ofício da escrita; alguns são muito experientes em direito familiar, como atesta a árvore explicativa dos diversos graus de parentesco que ilustra, nos folios 126-127, o manuscrito do *Liber Floridus* de Lambert de Saint-Omer, conservado na Biblioteca Nacional. Escrevendo por encomenda, eles manifestam uma nova atitude para com a tarefa que devem cumprir. Para eles, já não se trata apenas de relatar uma lembrança, mas de construir verdadeiramente uma história; partindo de uma biografia de seus senhores, eles se esforçam por construir também uma vida de cada uma das personagens que ocupa um lugar na linhagem que descrevem. Reúnem para esse fim uma documentação, apóiam-se em textos. Por sua arte, a memória se especifica, se recheia, se prolonga. Através de suas obras, pode-se seguir o enriquecimento progressivo da técnica e da consciência históricas e descobrir, no século XII, um momento capital da história da história. 2. Literatura de corte, cada vez mais laicizada em relação às suas origens litúrgicas e monásticas, a literatura genealógica se acha também espiritualmente ligada ao desenvolvimento paralelo de uma literatura de entretenimento, composta no mesmo meio, nesse agrupamento cavaleiresco em que, já o mostrei em outros escritos, os "moços", os cavaleiros andantes, desempenham então um papel cultural de primeiro plano. Aqui convém evocar as relações que os escritos genealógicos do século XII mantêm com as lendas épicas. Seus autores, com efeito, não utilizam apenas textos, mas também as histórias que circulam no ambiente do senhor. Assim, Thomas de Loches introduz na gesta dos condes de Anjou as narrativas legendárias que envolviam a lembrança de Geoffroy Grisegonelle. Quanto a Lambert de Andres, ele confessa ter tirado partido das histórias

contadas, para distrair o herdeiro dos condes de Guines, por três de seus amigos, três "moços" como ele, especialmente dotados para o conto de entretenimento. Essa abertura para a lenda e para o imaginário é muito importante sob dois pontos de vista. Primeiro, ela explica o espaço reservado aos heróis nas novas genealogias, que assumem então o fôlego de uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude. Em seu arcabouço profundo, já dissemos, a genealogia relata a transmissão de um título, de um patrimônio. Mas adquire subsidiariamente, após 1110, um outro caráter quando, sob a influência das narrativas épicas e pela introdução de biografias mais alentadas, ela tende a tornar-se uma sequência de elogios individuais. Os antepassados revestem assim um outro aspecto na consciência de seus descendentes. Eles não transmitem apenas as bases do poder político, mas ainda uma herança de glória, uma "honra" — tomamos essa palavra, desta vez, no sentido moderno do termo — da qual os herdeiros devem mostrar-se dignos. Tomando-se exemplar, tal literatura se insere perfeitamente no clima de competição permanente que banha, ao redor do príncipe, o meio dos jovens. Ela coopera para a construção de sua moral particular. O estudo desse gênero de escritos mostra-se assim capaz de trazer uma contribuição útil à história da ética cavaleiresca, da formação de uma consciência de classe cujo papel é fundamental na evolução, nessa época, da noção de nobreza.

3. Mas a intervenção das lendas, a contaminação sofrida pelos textos genealógicos por parte das obras de entretenimento e de evasão no imaginário encontram-se também na origem da modificação mais notável que afeta no século XII as genealogias: a invenção de ancestrais míticos. Os autores desse tempo, como já dissemos, empenham-se em remontar ao passado mais remoto a raiz da linhagem. A primeira genealogia flamenga remontava a Baudouin I, isto é, ao último terço do século IX, a uma personagem que talvez não fosse o primeiro de sua linhagem a deter a honra condal, mas que é realmente o primeiro de quem a erudição possa controlar a existência nos documentos hoje subsistentes. Redigida após 1110, a *genealogia bertiniana* prolonga até três gerações essa lista e atribui a Baudouin I três ancestrais, cujo rastro à erudição não consegue encontrar em parte alguma. Do mesmo modo, em Anjou, as genealogias do século XII remontam a duas gerações no passado as primeiras séries condais com base em dados verificáveis. A nova preocupação de recuar a lembrança ancestral ao âmago da época carolíngia, isto é, ao momento privilegiado descrito pelas canções de gesta, de ultrapassar, por conseguinte, o limiar cronológico no qual se detinha anteriormente a memória da parentela e que levanta ainda

hoje um obstáculo intransponível às pesquisas eruditas, incitou pois, ao que tudo indica, os historiadores domésticos a aventurar-se no mito. O fato foi muito bem evidenciado por K. F. Werner. O conteúdo da *História dos condes de Guines* traz sobre esse ponto um testemunho de primeiríssimo valor. Lambert de Ardres, tendo chegado em suas pesquisas até o ano 928, introduz nesta altura como *auctor ghisrensis nobilitatis et generis* uma personagem estranhamente aparentada aos heróis da jovem literatura romanesca. Trata-se de um aventureiro, um *tro*, um "moço" andariño, como eram, na época em que escrevia Lambert, os cavaleiros errantes companheiros do herdeiro do condado, de nascimento nobre, certo, mas pobre e estrangeiro. Ele seduz a filha do conde de Flandres, e o menino que nasce dessa união recebe mais tarde a investidura do condado de Guines, que vem legítimar de fato a feliz aventura matrimonial do pai. Assim se encontram ao mesmo tempo transpostos no que pretende ser uma história os temas das narrativas de entretenimento tais como elas se desenvolvem então no meio cortês, e essa realidade social do século XII, por vezes concretamente vivida, em todo caso constantemente sonhada por todos os jovens da aristocracia dessas regiões, a aventura, a deambulação, a procura de uma rica herdeira, a busca de um casamento frutuoso, que assegurasse a conquista de um estabelecimento e de um patrimônio no qual se enraizasse um nova linhagem, em suma, essas uniões proveitosas que de fato ocupam um espaço que já sublinhei bem nas genealogias verdadeiras. Essa inflexão da literatura genealógica ao longo do século XII se mostra assim muito significativa de atitudes mentais que se estabelecem então e aos poucos vão se fortalecendo. Sem dúvida seria do maior interesse aproximar esse testemunho fornecido pela literatura daquilo que nos ensinam as canções de gesta e os romances que foram compostos na mesma época e nessa mesma região da França do Norte e do Oeste, mas também de uma história dos torneios e de uma história da investidura do cavaleiro que ainda não estão, nem uma nem outra, realizadas.

Vulgarização progressiva de um modelo atinente à realeza, e da linhagem pela qual se efetua a passagem da nobreza fluida dos séculos IX-X à nobreza fixa da época feudal, fortalecimento da consciência familiar, que a princípio se liga à hereditariedade de um título e de um patrimônio, mas que aos poucos vai se tornando mais atenta ao valor moral dos antepassados e aos exemplos de comportamento que eles propõem, sublinho, para terminar, o que me parece ser a principal contribuição desse gênero de obras para uma história social, preocupada em fundamentar-se não apenas na história econômica, mas também naquela das estruturas políticas e culturais.

III

CULTURA E SOCIEDADE

História e sociologia do Ocidente medieval — resultados e pesquisas*

Penso não poder apresentar o estado das pesquisas recentes realizadas na França sobre a história da sociologia do Ocidente Medieval sem pronunciar o nome de Marc Bloch, sem evocar o que ele foi para nós e, mais precisamente, o que ele foi para mim. Tinha eu vinte anos; a *Société féodale* acabava de ser editada; publicavam-se regularmente os *Annales d'histoire économique et sociale*, inteiramente impregnados dele, sempre exortando à abertura a disciplinas ainda muito jovens e incertas, a todo um rejuvenescimento da história. Tenho certeza de que, se durante algum tempo a história da sociedade medieval se colocou, na França, na vanguarda da pesquisa histórica, isto se deveu a ele.

Que caminho ele traçava? Sólidas abordagens, em primeiro lugar, da história econômica. Ficamos admirados de ver, nos papéis deixados por Marc Bloch, o espaço reservado a todos os embasamentos da evolução social, à história monetária, à da demografia, à das técnicas. Voltado para o exame de uma sociedade agrária, Bloch dedicava particular interesse às coisas da terra. Graças a ele, a atenção que os primeiros promotores de uma história econômica da Idade Média haviam consagrado sobretudo, até então, às cidades e aos comércios voltou-se para os campos. É aqui que se deve inserir um fato decisivo para a orientação das investigações: o vínculo entre a história social e a geografia humana. Em 1940,

* Texto publicado em *Revue roumaine d'histoire*, nº 9 (3), 1970, pp. 451-458.

esse vínculo parecia não somente necessário como natural. Enfim, a obra de Marc Bloch abria dois caminhos. Um para a história comparada: tratava-se de chegar a uma tipologia das sociedades medievais. Outro para o conhecimento das "formações mentais", perspectiva essencial que era desde então pelo menos indicada. Eis de onde partimos, tentando prosseguir.

Se nos interrogarmos sobre as condições desse prosseguimento, impõe-se estabelecer um primeiro ponto. Como fizera Marc Bloch, as pesquisas de história social se basearam, nos últimos vinte anos, na exploração dos documentos de arquivos, auxiliada pelo recurso ao cadastro público, ao mapa, à fotografia aérea, ou seja, aos instrumentos dos geógrafos. Para o período compreendido entre os séculos X e XIII (os estudos sobre a mais Alta Idade Média padecem ainda, na França, de um nítido atraso), o material de base é formado pelas cartas e pelas notícias dos cartulários. É ele que utilizam para evocar as pesquisas mais recentes, Robert Fossier, para sua excelente tese consagrada aos campos da Picardia, Pierre Tou-Dert e Pierre Bonassie, cujas pesquisas abrangem o Lácio e a Catalunha. Para o período seguinte (e é nesse setor cronológico que os pesquisadores são atualmente mais numerosos), as fontes mais ricas são os documentos fiscais ou judiciários e os registros dos escrivãos. Deste ponto de vista, a França meridional é um lugar privilegiado, sendo esta a razão de uma espécie de inversão: até então, as pesquisas, realizadas sobretudo a partir de Paris, deixavam o Sul quase desconhecido; e eis que agora o véu aqui se levanta. Foram sobretudo as cidades que retiveram a atenção dos pesquisadores. Evocarei os livros de Philippe Wolff e de Jacques Heers sobre Toulouse e Gênova, e os trabalhos que meus alunos estão realizando sobre as cidades da Provença.

Quanto aos métodos, eis, muito brevemente, os traços que importa sublinhar. Cada pesquisador esforçou-se de início por descobrir um fundo documental denso e coerente, sem demasiadas lacunas, que pudesse proporcionar seqüências, séries - como, por exemplo, os cartulários do século XI da abadia de Cluny ou os registros notariais dos séculos XIV e XV em Toulouse. Trata-se, com efeito, de dispor de uma continuidade suficiente para apreender durante várias décadas a evolução global de um corpo social. Segunda característica notável: as pesquisas são realizadas geralmente num espaço restrito; o exemplo da monografia, regional ou urbana, era dado pelos magníficos trabalhos dos geógrafos franceses dos anos

30 e 40. Terceiro traço, enfim: a preocupação de contar o que pode ser contado a partir dessas séries documentárias, uma tentativa de tratamento estatístico cada vez mais preciso, indico que se experi-

menta atualmente o uso dos computadores, como, por exemplo, para a exploração dos elementos numéricos contidos num documento de excepcional riqueza, o *catasto florentino* de 1427. Essas tentativas de contagem não deixaram de determinar as perguntas, os campos de investigação e, por conseguinte, as direções nas quais se discernem os progressos mais vivos.

Colocarei em primeiro lugar a demografia no sentido mais amplo, quer se trate de observar a evolução quantitativa de uma população global a partir de recenseamentos com intuito fiscal, dos quais os primeiros aparecem no fim do século XIII (um belo exemplo é fornecido pelos trabalhos de Édouard Barailler sobre a demografia da Provença), ou de realizar pesquisas mais profundas sobre a composição dos lares, sobre o destino das famílias ou sobre as variações diferenciais da densidade do povoamento. Vêm em seguida os estudos sobre a distribuição da fortuna. O que importa essencialmente é que o emprego desses procedimentos estatísticos privilegiou até agora o que pertence à economia na explicação das estruturas sociais. Com isto, reduziu-se a parte ocupada antes de 1945 pela história do direito nas abordagens de uma história da sociedade. Mas o fascínio do número, da quantificação, levou talvez a superestimar a função da economia, e, mais precisamente, mais perigosamente, a construir da economia desse tempo, especialmente do período compreendido entre os séculos X e XIII, uma imagem que não corresponde às atitudes dos contemporâneos para com as riquezas.

Ora, é sobre esse ponto que cumpre agora insistir, pode-se discernir há alguns anos, entre os historiadores da sociedade medieval, uma sensibilidade a outros problemas que abre o caminho de um verdadeiro avanço. É esse enriquecimento da problemática acompanha-se de uma renovação do material documentário utilizado. Pode-se identificar deste ponto de vista, no tocante a uma sociologia da Idade Média ocidental, duas direções principais.

A primeira conduz ao esboço de uma arqueologia da civilização material. Trata-se de uma grande novidade na França, onde a arqueologia medieval, atenta às obras-primas, servia sobretudo, até então, à história da criação artística. A exemplo do que ocorre em outros países, sobretudo do Leste europeu, pesquisadores entregam-se ao estudo de vestígios mais humildes. As principais equipes trabalham no Instituto de Arqueologia Medieval da Universidade de Caen, na VI Seção da Escola Prática de Estudos Superiores e no Laboratório de Arqueologia Medieval da Universidade de Aix. Por ora, são sobretudo os sítios de aldeias que constituem o objeto das escavações. Essa escolha é significativa da hegemonia exercida no domínio da história social por uma problemática fundamentada na

economia e na demografia. Com efeito, os problemas aos quais se dedicou a maioria dos arqueólogos são os das aldeias abandonadas no fim da Idade Média, isto é, os de uma reviravolta da conjuntura econômica e demográfica no decurso do século XIV. No entanto, essas escavações se revelam muito úteis para a observação dos fundamentos materiais de uma estrutura social. As que estão sendo realizadas por Gabrielle Demians d'Archimbaud no local de uma aldeia da Provença esclarecem, por exemplo, a distribuição das fortunas e a organização das forças produtivas num grupo de pastores e agricultores reunidos ao redor de uma fortaleza. Mas o recurso à arqueologia da vida cotidiana oferece também o meio de alargar o quadro e de libertar, até certo ponto, a história social de sua dependência para com a história econômica. Isso já pode ser visto pelos resultados das pesquisas realizadas em Caen, sob a direção de Michel de Boüard, sobre os castelos, isto é, sobre os fundamentos da organização política da época feudal. Demarcar os "coteiros", analisar as disposições do habitat castrense, é abordar concretamente, confrontando com os documentos escritos os proporcionados pelas escavações, problemas sociológicos fundamentais, o da distribuição da aristocracia em diversos estratos, o da dissolução progressiva das domesticidades militares e o da fixação das dinastias de cavaleiros. Mas é de desejar também o desenvolvimento de uma arqueologia dos sinais de diferenciação social, dos emblemas, dos costumes, de tudo o que se refere ao luxo, em todos os níveis da hierarquia das fortunas, até os mais ínfimos. E, por essa referência aos sinais, chego à segunda perspectiva, aquela que pessoalmente me atrai e me ocupa.

A meu ver, o que pode estimular mais eficazmente a pesquisa em história social, abri-la, enriquecê-la, é, sem que de modo algum se negligencie o quantitativo, voltar ao estudo das qualidades sociais. Nesse ponto, as disciplinas de que o historiador pode esperar estímulos e incitações são a linguística, a psicologia social e a antropologia. A estrutura de uma sociedade não depende apenas, com efeito, de um sistema de produção e do modo como se distribuem as riquezas entre os grupos, os estratos e as classes. Ela é muito diretamente informada pelo que depende do ritual, pelo que decorre dos poderes que não são unicamente de essência econômica, pela maneira pela qual essa sociedade torna consciência de si mesma, pelo sistema de referências que ela respeta, pelo vocabulário que emprega, por fenômenos que pertencem ao domínio da cultura, da ideologia, cujo movimento se liga estreitamente, é claro, ao das estruturas econômicas, mas não está em estreita sincronia com ele. O importante é completar a imagem concreta de uma sociologia econômica pela imagem abstrata, mas sentida profundamente pelos con-

temporâneos e que governa boa parte de seus comportamentos, de uma psicossociologia. Para apreender essa imagem, convém reabilitar um gênero de documentos longamente, pacientemente, explorado durante o século XIX e começo do XX, quando a história era a da política e do acontecimento, mas que foi negligenciado quando a atenção se voltou especialmente para os fatos econômicos. Refiro-me aos escritos narrativos. Esses textos oferecem palavras, ou, antes, associações, constelações de vocábulos que situam os indivíduos ou os grupos uns em relação aos outros. Cabe ao historiador das sociedades definir as mais significativas dessas expressões, penetrar-lhes o sentido, seguir o quanto possível os deslizamentos semânticos que as afetam, determinar as discordâncias entre as categorias e as relações que esses termos pretendem designar e aquelas estabelecidas pelas relações efetivas de poder. Devem interpretar-se da mesma forma outros signos que esses textos também revelam, todos os procedimentos destinados pelas liturgias, pelo cerimonial, pela disposição das precedências, a ordenar periodicamente o corpo social, a torná-lo conforme às representações ideais da consciência coletiva. Importa, enfim, evidenciar essas representações, e todos os modelos culturais que determinam, tão imperiosamente quanto a distribuição desigual das riquezas, as relações sociais.

Consideremos, a título de simples exemplo, os problemas colocados nos séculos XI e XII pela formação e consolidação do grupo social que na França se denomina cavalaria. Esse exemplo é demonstrativo, pois Marc Bloch foi um dos primeiros a desbravar o terreno, a propor um plano diretor. Pelo recurso aos documentos de arquivos e por um primeiro tratamento estatístico desses materiais, muito se pode aprender. É possível discernir nesses textos todo um vocabulário social que se introduz com atraso, para nela se cristalizar, na língua dos escribas profissionais. Contando-se, classificando-se tais palavras, é possível delimitar o grupo, vê-lo tomar consistência, afirmar-se em torno de um título que começa a ser usado individualmente nos últimos trinta anos do século X, e que se torna coletivo depois de 1030. As cartas permitem também sondar as bases econômicas desse estrato, situá-lo em relação aos patrimônios, às prerrogativas, ao poder econômico que estabelecem seus membros numa determinada zona da escala das fortunas. Mostram, notadamente, que nos arredores da abadia de Cluny todos aqueles que, no ano mil, usavam o título cavaleiresco eram proprietários livres; detinham também feudos, mas de dimensões insignificantes em comparação com os seus alódios, e em sua maioria parecem ser descendentes de grandes senhores da época carolíngia. Mostram também a posição desse grupo social em relação aos movimentos que se

cerem na população da época; revelam a notável estabilidade de seus efetivos durante os séculos XI e XII. Todavia, se utilizarmos ainda os resultados da prospecção arqueológica e os da exploração das fontes narrativas, outras faces obscuras, muito largas, começam a dissipar-se.

Assim, o estudo dos lugares fortificados põe em evidência dois fatos. A cavalaria do século XI não constitui toda a aristocracia; na realidade ela é dominada por uma camada social muito mais delgada, constituída pelas poucas personagens que comandam numa fortaleza e às quais estão ligados, e verdadeiramente subordinados, os cavaleiros. Mas ao longo do século XII começam a multiplicar-se castelos mais modestos, que mais tarde serão chamados "casas-fortes". Tal fenômeno manifesta, entre outras coisas, a preocupação da cavalaria de adotar o gênero de vida dos senhores dos castelos, de apropriar-se de suas prerrogativas, de elevar-se ao seu nível. Traduz, pois, um movimento profundo que vai vulgarizando aos poucos os comportamentos da alta aristocracia e cujo efeito é atenuar progressivamente as hierarquias no seio da classe senhorial e tornar esta mais homogênea.

Mas, para apreender a amplitude desse movimento e chegar às modificações que o determinam, convém interrogar paralelamente as fontes narrativas e o que elas exprimem. Ressalta então que as atitudes mentais e os modelos culturais desempenharam nessa evolução um papel determinante. No nível da aristocracia superior, dos "príncipes", dos "grandes", para empregar a linguagem dos documentos da época, ainda estava viva no princípio do século XI uma antiga concepção da nobreza, cujo componente essencial reside numa aptidão hereditária — eu diria até biológica, já que é transmitida pelo sangue e aí a educação não conta absolutamente — para comandar, um carisma nato de poder. Era essa noção que estabelecia um fosso entre os "nobres" e os simples cavaleiros. Ora, esse fosso tende a diminuir — e bem cedo, já no fim do século X, nos arredores da abadia de Cluny. Ganha corpo a idéia de que também os cavaleiros são nobres e de que possuem, hereditariamente, as mesmas virtudes. Isso não parece o efeito de uma fusão material; a segregação matrimonial permanece firme entre os dois grupos, assim como as desigualdades de ordem econômica: a evolução dos lucros senhoriais, longe de reabsorver estas, torna-as cada vez mais vivas. Há de se convir que intervm aqui a propagação de uma ideologia, a da paz de Deus, que se desenvolve a partir do sul da França desde os últimos anos do século X. Tal desenvolvimento é a consequência de um fato político, o desmoronamento do poder real, que é ele próprio determinado pelas condições econômicas: ele responde às es-

truturas de uma sociedade agrária, compartimentada, e que já não é irrigada pelos lucros da guerra outrora distribuídos pelo soberano. Mas a penetração dessa ideologia transforma a maneira pela qual a sociedade aristocrática concebe a si mesma, repercutindo nas representações mentais coletivas em quatro planos.

1. Ela isola um grupo de homens, todos os que portam armas. Constitui-os assim num corpo homogêneo, separado, excluído, logo numa categoria muito mais claramente delimitada que antes. O que explica, em particular, a difusão, a partir do século X, de um título específico, a palavra *cavaleiro*, qualificativo comum que, enfatizando a especialização militar, pretende marcar nitidamente as fronteiras do grupo.

2. A propagação da ideologia da paz apressa assim a instauração de uma moral peculiar a todos os guerreiros. Essa moral repousa numa valorização da ação militar: os intelectuais da Igreja buscam então uma justificativa espiritual para a violência dos cavaleiros; constroem — e isso prepara a maturação da idéia de cruzada — o modelo exemplar do *miles Christi* e o propõem a toda a aristocracia laica, ou seja, igualmente aos membros do estrato superior, aos "grandes", aos "nobres". Estes, desde o último terço do século XI, têm como ponto de honra comportar-se como cavaleiros. Adornam-se, também eles, com o título cavaleiresco. Com isso, as duas camadas aristocráticas já se aproximam. Mas a fusão torna-se mais completa, pois os valores próprios da nobreza assumem naturalmente o seu lugar nessa ética comum, notadamente a noção especificamente nobiliária de uma "virtude" hereditária transmitida pelo sangue, pela raça.

3. A vulgarização da idéia de nobreza acarreta outra mudança, ainda mal estudada, mas de importância capital. Ela conduz a uma modificação das relações de parentesco no conjunto da sociedade aristocrática, a um fortalecimento das solidariedades familiares no âmbito da linhagem. As estruturas de linhagem, patrilineares, sólidas, estritas, a princípio vivas no nível dos mais altos senhores, parecem com efeito ter-se vulgarizado e difundido pouco a pouco pelas camadas inferiores da cavalaria. O certo é que os cavaleiros, muitos dos quais viviam, ainda no século XI, na casa de um senhor de castelo em condição doméstica, se estabelecem numa terra; a maioria deles toma o nome desta, nome hereditário como a própria terra, e que serve de suporte à consciência de linhagem. A cavalaria torna-se assim uma sociedade de herdeiros, tanto mais sólida e fechada quanto, para manter seu estado de fortuna, as linhagens se esforçam por limitar a proliferação dos nascimentos, notadamente praticando uma estrita limitação dos casamentos. Tal comportamen-

4 to explica a estabilidade dos efetivos desse grupo social, revelada pela análise dos cartulários.

5 4. Esta última atitude explica também a importância dos celbatários entre os cavaleiros, daqueles chamados então "moços" e que não puderam estabelecer-se. Sua presença mantém, no mundo cavaleiresco, a mobilidade, a turbulência, a agressividade, traços que são expressos e exaltados por uma literatura de entretenimento, composta em grande parte para esse público de "moços".

6. Esse exemplo convida a reflexões sobre o método. O essencial, diante dos escritos narrativos bem como das fontes de arquivos, é partir de um conhecimento seguro dos fatos econômicos que fundamentam as relações sociais. Convém, com efeito, não se ater ao que as modas de expressão de uma minoria revelam de uma cultura, mas descobrir as bases temporais das atitudes mentais. No entanto, parece não menos necessário interrogar-se sobre as repercussões das ideologias dominantes nesta ou naquela época. Essas representações mentais, com efeito, tornam-se em certos níveis independentes das realidades políticas e econômicas que lhes determinaram a formação. Sobrevivem a elas e podem-se discernir muitas discordâncias entre a natureza concreta de um grupo social e a imagem que ele faz de si mesmo. Logo, importa ligar estreitamente o estudo dos fatos econômicos ao das mentalidades e observar as coerências e as distorções entre as duas séries de fatos.

A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal*

Expor aqui algumas considerações de método e propor o esboço de uma problemática. Tão pouco, com efeito, se conhece das atitudes mentais na época medieval que seria, a meu ver, temerário aventurar-se hoje mais além. Partirei de uma idéia bastante banal, da simples constatação de um fato de evidência: a tendência das formas culturais construídas para as categorias superiores da sociedade a vulgarizar-se, a difundir-se a partir de seus picos, a descer de grau em grau até as camadas cada vez mais inferiores. Se, tomando a palavra cultura em seu sentido mais estrito, nos atermos, para começar, ao domínio das criações literárias ou artísticas, dos conhecimentos, das crenças e das atitudes religiosas, será fácil discernir esse fenômeno de vulgarização. Por isso posso contentar-me em evocá-lo através de dois exemplos relativos ao século XIV europeu: dois exemplos conjuntos, dois exemplos paralelos.

Todos sabem que, no século XIV, pelo menos nas cidades, mediante a ação da propaganda das ordens mendicantes, o cristianismo começou a tornar-se uma religião popular, o que deixara de ser há séculos, e que pelo sermão em língua vulgar, pelo teatro, pelas *sacre rappresentazioni*, pelo canto das laudes, aos poucos foi se revelando ao povo leigo um certo número de preceitos evangélicos e um aspecto da personalidade de Cristo que lhe eram até então inacessíveis. Mas não se trata apenas da larga difusão, fora do meio restrito dos homens da Igreja, de alguns textos e de algumas repre-

* Texto publicado em *Niveaux de culture et groupes sociaux: actes du colloque tenu du 7 au 9 mai 1966 à l'École normale supérieure, Paris-La Haye, Mouton, 1967*, pp. 33-41.

sentações mentais. Essa época vê introduzir-se, nas camadas profundas das sociedades urbanas, atitudes de piedade que durante séculos haviam sido próprias de um pequeno número de eclesiásticos, dos monges e dos cônegos: refiro-me à prática do canto coletivo, da meditação solitária e, pelo menos para alguns leigos, da leitura regular do livro das horas. Paralelamente, durante o século XIV, vêem-se no mundo laico homens, ou, antes, grupos, grupos familiares e confrarias, situados em níveis cada vez mais baixos na hierarquia dos poderes e das fortunas, apropriar-se do uso das formas artísticas que outrora haviam sido criadas para elites extremamente restritas. Na Alta Idade Média, só os reis tinham uma capela, mandavam ornar seu túmulo e possuíam relíquias; no final do século XIV, muitas famílias burguesas possuem um altar privado, mantêm capelões, têm um túmulo e contratam artistas para decorar um retábulo ou construir elgias fúnebres. Montam-se relíquias em jóias para homens de média nobreza. O processo xilográfico permite difundir em camadas sociais extremamente amplas as obras mais simples da grande arte aristocrática. E, fenômeno assaz curioso, o desenho arquitetônico, que enquadra essas imagens piedosas, faz desses objetos de arte muito vulgares, que são as gravuras em madeira, espécies de simulacros de capela para uso dos pobres. Todos esses fatos são muito visíveis, permitem um estudo relativamente fácil, o que me dispensa de insistir nisso. Mas apóio-me nestas considerações preliminares para colocar três categorias de problemas.

A primeira pode resolver-se nesta simples interrogação: será o movimento assim tão simples, a precissão descendente de vulgarização não se acompanha de um retorno? Em outras palavras, em que medida, nos tempos medievais, a cultura aristocrática (e atenho-me sempre ao sentido mais restrito do termo cultura) acolheu valores ou formas oriundos da parte mais baixa do edifício social? Aqui a observação é infinitamente mais difícil porque, de um lado, os mecanismos da criação cultural na época medieval não se deixam facilmente discernir, e porque, de outro lado e sobretudo, se é possível ao historiador da Idade Média descobrir certos traços da cultura aristocrática, porque esta se encamou, se expressou em formas que duraram até os nossos dias, ele está condenado para sempre a ignorar quase tudo da cultura popular e a não poder sequer provar-lhe a existência. Somente três fatos, a meu ver, aparecem com clareza. 1. Quando cultura e propaganda se encontram, e tal é o caso do desenvolvimento do cristianismo medieval, no qual se trata de converter e, para converter, de educar, é evidente que os focos de criação cultural situados nos níveis superiores do edifício social, nos centros de vanguarda do corpo eclesiástico, mas trabalhando cons-

cientemente para o uso do povo, acolheram voluntariamente tendências difusas, esquemas, imagens mentais disseminadas em níveis de cultura inferior, e isso a fim de familiarizá-los, de incorporá-los à sua construção de propaganda, e para que essa propaganda, revestida de traços mais familiares, pudesse penetrar nas massas com menor dificuldade. Acolhida, portanto, do que se convencionou chamar de *folclore* — e que o historiador não conhece senão por essa própria acolhida. O fenômeno ocorreu tanto na época merovíngia quanto nos séculos XIII e XIV, quando dominicanos e franciscanos se aplicaram em dar vida a Cristo entre o povo das cidades.

2. No entanto a cultura aristocrática se mostra igualmente acolhedora ao folclore, de maneira inteiramente natural e permanente, por sua inclinação ao "populismo" — inclinação muito visível, por exemplo, nos meios principescos do século XV, interessados em poesias pastorais, em divertimentos campestres e que vai buscar, parece, certos ornamentos do cenário figurativo de suas casas, e também certos ornamentos de sua música de corte, nas melodias "populares", isto é, em formas outrora criadas para círculos muito aristocráticos, sagrados ou profanos, mas desde então simplificadas, decantadas, tornadas falsamente ingênuas no curso do longo movimento de vulgarização que pouco a pouco levava à sua adoção por camadas sociais inferiores.

3. Isso me leva a evocar um terceiro fato: enquanto vão penetrando aos poucos, de nível em nível, no interior do corpo social, os elementos da cultura aristocrática passam por transformações que se traduzem de um modo geral, no plano das formas e no plano dos meios de expressão, por uma simplificação, por uma esquematização progressiva; e, quanto ao conteúdo, por uma dissolução progressiva dos quadros lógicos e pela invasão da aleitividade. Tais modificações marcaram, por exemplo, a arte religiosa e as atitudes piedosas, no século XIV, quando o cristianismo se popularizou. Mas parece que ocorreu então — e este, a meu ver, é o fato importante — uma espécie de contrapartida, uma mudança correlativa nos dados culturais nos mais altos níveis sociais. O cristianismo da alta Igreja e o das cortes principescas se enriqueceram incontestavelmente, no século XIV, dos valores de sensibilidade vindos do fundo popular, que encontraram meios para se exprimir à medida que as criações da arte e as atitudes de devoção iam penetrando mais profundamente no interior do povo. Tratar-se-ia, por conseguinte — e este poderia ser um primeiro campo de investigação —, de observar como a ação da vulgarização dos modelos aristocráticos, que constitui o movimento essencial, o motor determinante da história cul-

tural, estabelece de fato uma comunicação de duplo sentido entre os fundos culturais dos diferentes níveis sociais.

Mas o entrelaçamento de problemas se desenvolve quando se estende a interrogação, tomando desta feita a palavra "cultura" num sentido menos estrito. Percebe-se logo que o movimento de vulgarização atua sobre um conjunto muito mais vasto que afeta não só as crenças, os conhecimentos, as atitudes religiosas, mas também as modas, as representações sociais, a maneira pela qual uma sociedade concebe a si mesma, que afetam os comportamentos individuais, os valores éticos, em suma, todo um estilo de vida. Percebe-se igualmente que o fenômeno da vulgarização assume um duplo aspecto: recepção, imitação, pelas camadas sociais inferiores, de modelos, de atitudes propostas pelas elites e, no sentido inverso, adoção, pelas próprias elites, de alguns valores originários de níveis menos elevados. É o que eu gostaria de mostrar agora analisando a cultura, no sentido mais amplo do termo (no sentido que lhe dão hoje os etnólogos), da aristocracia francesa dos séculos XI e XII. Eis um grupo social que a formação progressiva de atitudes, de regras jurídicas e de costumes, de uma moral — em suma, a constituição de uma cultura comum —, foi tomando aos poucos mais coerente, mais homogêneo, embora na verdade fosse primitivamente constituído por uma grande quantidade de camadas sobrepostas, embora reunisse em seu seio tipos sociais muito diversos, tão diferentes, por exemplo, quanto o poderiam ser uns dos outros um duque da Normandia, os cavaleiros que observei no Mâconnais e, enfim, todos esses soldados aventureiros, todos esses cavaleiros domésticos, parte deles antes *ministeriales*, tão numerosos em torno das famílias nobres do noroeste da França. Essa cultura comum foi forjada essencialmente pela extensão de certos costumes a todos os membros de um grupo que as transformações das estruturas políticas, a implantação do que se chama feudalismo, haviam, nas imediações do ano mil, estritamente delimitado, e cujos contornos estavam então fixados, costumes que, a princípio, só eram de fato partilhados por uma pequena elite, pela camada superior dessa classe, pelas velhas raças da nobreza.

Considerarei dois aspectos daquilo que constitui, no interior da aristocracia feudal, um movimento de vulgarização cultural, e isolarei em primeiro lugar uma das atitudes mentais que me parece situar-se realmente no âmago da cultura aristocrática. Refiro-me ao sentimento dinástico, à veneração pelos ancestrais, ao senso de linhagem, um conjunto de representações mentais que forma verdadeiramente a estrutura da noção de *nobilitas*. Creio discernir que a organização da família aristocrática em linhagem, em estirpe, em

casa, em genealogia fundamentada numa filiação estritamente agnática, estritamente patrilinear — e tudo quanto se liga a essa concepção, ou seja, os usos matrimoniais, a noção de primogenitura, a adoção de sobrenomes patronímicos, de signos heráldicos, etc. —, é certamente mais recente do que se acredita e constitui na verdade uma nova estrutura que aos poucos foi se instalando na aristocracia para converter-se em seu quadro primordial. Mas acrescentarei que essa instalação de novas estruturas de parentesco se operou progressivamente, por um movimento orientado de cima para baixo, isto é, por um movimento de vulgarização. Com efeito, as novas formas de relações familiares na França são visíveis, no nível da mais alta aristocracia, digamos dos príncipes territoriais e das famílias condeais, na metade do século X; elas aparecem no nível das famílias de castelões por volta do ano mil e finalmente se propagam ao nível dos simples cavaleiros em torno de 1050. Logo, vulgarização. Mas também vulgarização, certo que mais lenta, de determinados atributos que originariamente eram reservados aos membros da nobreza, da aristocracia mais elevada. Penso na torre, considerada como símbolo de poder, de soberania, de dominação militar e judiciária. A torre foi a princípio um monopólio real, detido pelo próprio soberano, por seus agentes, os condes, e por seus servidores, os bispos. Ela se torna, ao redor do ano mil, uma posse mais vulgar, cai nas mãos de algumas linhagens privadas, mas ainda em pequeno número. Enfim, no decurso do século XII, vemos as torres se tornarem menos raras; algumas delas passam às mãos de ramos laterais das grandes raças dominantes; por volta de 1200, simples cavaleiros começam também a erigir torrinhas, a cavar fossos em torno de suas moradas, a fazer de sua residência campestre, berço de sua linhagem, uma "casa-forte", isto é, a réplica reduzida das grandes fortalezas principescas. Do mesmo modo, e no mesmo ritmo, vulgarizam-se a exploração do poder senhorial, o uso do sinele, o emprego de um título, *dominus*, *messire*, que, por volta do ano mil, estritamente reservado aos proprietários de castelo, aos detentores do verdadeiro poder, veio a qualificar nas imediações de 1200 todos os cavaleiros, aplicando-se a todos eles e servindo para distingui-los dos demais. De modo que poderíamos nessa data, no final do século XII, definir a aristocracia francesa como o conjunto dos homens que partilham prerrogativas, títulos e costumes que, ao redor do ano mil, eram ainda privilégio de umas poucas famílias, o privilégio dos *procures*, dos *optimaies*, e que sem dúvida, ainda dois séculos antes, eram o privilégio de uma única família, a família real.

Todavia, quando analisamos a cultura da aristocracia feudal, devemos reconhecer que um de seus eixos principais também foi pro-

jetado por um movimento progressivo, mas orientado em sentido inverso, partindo não do topo da camada social aristocrática, mas, ao contrário, de baixo. Na verdade, a cultura aristocrática, a cultura da aristocracia feudal se ordena em torno de duas noções básicas: a noção de nobreza, que se difundiu a partir do nível superior, a partir da pequena elite dos nobres do ano mil, e, por outro lado, a noção de cavalaria que, por sua vez, emana incontestavelmente das camadas menos elevadas da aristocracia. Com efeito, no início do século XI, *males* é um título, mas só se adorna com ele os aventureiros ou os senhores de fortuna média, que gravitam em torno dos castelos e dos senhores dos principados, porque nessa época *milite* não quer dizer somente combater, significa também servir. Entretanto, aos poucos o uso desse título — e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos valores que ele implica, valores relativos à coragem, à competência militar e à lealdade, destinados a assumir tanta importância, e por tanto tempo, na ética aristocrática —, o uso desse título se estende, sobe, penetra em níveis sociais mais e mais elevados. Em 1200, a evolução se acha concluída: nesse momento os maiores príncipes, e os próprios reis, se gabam de ser cavaleiros; para eles, a cerimônia da investidura de cavaleiro assinala uma das etapas primordiais de sua existência. Assim, poder-se-ia dar da aristocracia francesa dessa data, no final do século XII, uma definição tão justa quanto a que propus há pouco, a do conjunto de homens que compartilham as virtudes, as capacidades e os deveres específicos dos *milites* do ano mil, isto é, dos jovens decididos, alguns dos quais vinham dum nível muito baixo e que formavam a *família*, a domesticidade, a escolta dos grandes. Tratar-se-ia, pois, e este poderia ser um segundo campo de investigação, de reconhecer quais são os movimentos que intervêm na formação dos modelos culturais e se, como é o caso da análise muito sumária que acabo de propor, eles não provêm frequentemente dos dois extremos de uma mesma camada social. Interrogação muito importante porque decerto conduziria a uma melhor compreensão, no plano das representações mentais, no plano da psicologia coletiva, dos mecanismos que levam pouco a pouco à formação daquilo que se pode cusar chamar de uma classe.

Para encerrar, gostaria precisamente de reunir minhas últimas questões em torno dessa noção de modelo cultural que me parece muito importante como cimento, como fator da coesão de certos grupos e de seu isolamento dos outros. Esses modelos concretos de comportamento, esses tipos exemplares de realização humana foram propostos inicialmente aos membros de determinadas camadas sociais, mas logo também, e com muita rapidez, aos grupos que

essa camada social encimava, e o fascínio que eles exerceram constitui o mais poderoso motor dos movimentos de vulgarização de que falei. Na sociedade do Ocidente feudal, tais modelos são em número muito restrito. Apenas dois são claramente perceptíveis, bem definidos, e aliás estritamente opostos um ao outro: um voltado para a parte sacra, outro para a parte profana da cultura aristocrática. Ainda que um e outro representem de fato, a meu ver, as duas faces de um exemplar único e sem dúvida primitivo: o modelo do rei, na medida em que a cultura da Idade Média central culmina na figura do soberano, imagem de Deus, na medida em que a fonte inicial de todo o processo de vulgarização se encontra, como o creio, no fascínio exercido pelo exemplo real. Esses dois modelos são, de um lado, o do homem de guerra, digamos o cavaleiro — e não me estenderei mais a seu respeito —, e, de outro, o do homem de sacerdócio, o do clérigo. A propósito deste último, conviria — e esta poderia ser uma das vias de nossa problemática — apreender melhor a forma como, no decorrer do século XI, o modelo clerical se aproximou progressivamente de um modelo diferente, de um modelo superior na hierarquia moral, mais prestigioso, mais adiantado na perfeição espiritual, ou seja, o modelo monástico, mas também como, após 1100, todas as recusas, o recuo, voluntário ou não, da instituição monástica deixaram rapidamente sozinho no primeiro plano o tipo do clérigo, isto é, de um homem especializado tanto nos exercícios da inteligência quanto nos da prece.

Seria preciso naturalmente analisar com atenção os componentes desses dois modelos. Mas surgem outras questões, relativas ao seu poder de sedução. A este respeito, limito-me — pois, na verdade, o programa da pesquisa está inteiramente por construir — a considerar dois aspectos deste problema. O primeiro, que me parece muito importante, é a solidez, a permanência desses dois modelos, cujos traços estão plenamente estabelecidos na França por volta de 1130 e que mudam muito pouco em seguida, durante dois séculos e meio pelo menos. Dessa estabilidade, eis um exemplo que extraio das pesquisas de um de meus alunos, Jacques Paul. Este acaba de estudar o vocabulário, as palavras e os diversos campos semânticos utilizados por volta de 1250 pelo franciscano Salimbene para fazer o elogio dos homens que conhecera. Nesse feixe de qualificativos, nada há que denote a menor influência da espiritualidade franciscana, nem a menor aptidão para afastar-se dos dois modelos socioculturais, da parte de um homem que no entanto sabia observar com a maior atenção as paisagens e sabia descrevê-las de maneira toda pessoal. Para ele, todos os leigos estimáveis que conheceu são ao mesmo tempo "belos e nobres" — duas palavras perfeitamente associadas. São

docti ad proefum, são cortesões, generosos, ricos (a pobreza ainda é, para esse franciscano, uma larca), são capazes de compor canções; ou seja, na verdade o que ele elogia neles se refere exatamente ao exemplar cavaleiresco. Por outro lado, todos os homens de Igreja estimáveis são para ele ao mesmo tempo santos e letrados, isto é, a personagem que Salimbene gaba neles é, também ela, inteiramente conforme ao exemplar clerical. Em que momento, sob quais influências esses modelos vieram a desagregar-se, eis o que investigações bem conduzidas entre os testemunhos literários, entre os testemunhos iconográficos da última Idade Média, permitiriam talvez precisar.

Quanto à origem desses modelos, quanto aos lugares onde eles nasceram e que os fizeram pouco a pouco irradiar, creio que nossa atenção poderia utilmente, pelo menos no começo, concentrar-se num meio social que foi a meu ver o ponto de cristalização dessas representações coletivas: trata-se das cortes principescas. Em torno do príncipe, e mantidos por suas doações, reuniam-se os representantes das elites, das duas elites da sociedade: a elite religiosa e a elite laica. No seio dessa reunião constituída pela corte, o dinamismo não vinha dos "moços", dos *juvenes*? Falei em outro lugar (cf. supra, cap. 7) da importância na sociedade feudal desse grupo de rapazes já formados no cumprimento de sua missão militar, ou religiosa, já educados, já iniciados, já passados pelo ceremonial que os introduzia na sociedade dos adultos, mas ainda não estabelecidos num lar, tampouco num posto de cônego, e em busca de fortuna. Não falei, nesse capítulo 7 a que aludo, senão dos moços da cavalaria. Mas estou persuadido de que poderíamos facilmente discernir entre os clérigos agrupamentos, atitudes, frustrações absolutamente comparáveis. Nesse grupo a um tempo clerical e cavaleiresco que reúne os jovens do círculo principesco se situa, a meu ver, o ponto central da emulação, das rivalidades (a noção de valor, de prêmio obtido na justa, militar ou oratória, é aqui fundamental), de uma competição permanente que naturalmente toma por referência tipos de perfeição cujas características essa mesma emulação contribui para fixar e as impõe a todos. A corte, em sua parte mais juvenil, parece-me constituir verdadeiramente o centro onde se forjaram os modelos e onde se criaram as figuras exemplares do cavaleiro perfeito e do clérigo perfeito. Nas justas que opunham os jovens clérigos aos jovens cavaleiros, as disparidades entre esses dois modelos se revelaram, se fixaram. Evoquemos apenas um dos temas principais dos jogos celebrados no quarto das senhoras: a quem é melhor amar, ao clérigo ou ao cavaleiro? Mas igualmente, no seio desse agrupamento e no contato permanente entre clérigos e cava-

leiros, operaram-se pouco a pouco encontros entre os dois tipos exemplares, e foi no seio das cortes principescas que, de um lado, a santidade, durante o século XI, assumiu gradualmente as cores do heroísmo, e que mais tarde, durante o século XII, o cavaleiro se inclinou pouco a pouco a tornar-se, também ele, *litteratus*. Portanto, centro de criação, mas com corteza também centro de difusão, por todos os caminhos cuja encruzilhada era a corte principesca e que de escala em escala propagaram tais modelos — para falar propriamente, cortesias — até os limites extremos da sociedade aristocrática, para em seguida difundi-los, enfim, de maneira muito ampla, num nível abaixo, entre todos os homens que não eram nobres, mas fascinados pelo brilho da corte. O príncipe (isto é, o rei) — perto dele, o clérigo e o cavaleiro — e, embaixo, a massa, que admira esses modelos de perfeição humana, tal é o esquema mais simples da sociedade feudal. Tal é, igualmente, o quadro dos movimentos de vulgarização, desses fenômenos complexos de empréstimos, de trocas em todos os níveis do que se pode chamar, na falta de outra palavra, cultura.

Notas

Notas do capítulo 1

1. "Sur le passé de la noblesse française: quelques jalons de recherches", *Annales d'histoire économique et sociale*, 1936, precedido de um "Projet d'une enquête sur la noblesse française", editado pelo conde de Neufbourg.
2. *L'économie rurale au bas Moyen Âge*, II. *Les hommes, la noblesse*, Louvain, 1960 (colêctanea de trabalhos de história e de filologia da universidade de Louvain, série IV, fasc. 20).
3. Lamentar-se-á apenas que os esquemas cartográficos não tenham dado nenhum espaço às realidades da paisagem.
4. "La noblesse en Brabant aux XII^e et XIII^e siècles: quelques sondages", *Le Moyen Âge*, 1958.
5. A. Hagemann, "Die Stände der Sachsen", *Zeitschrift der Savigny-Stiftung. Germ. Abt.*, 1959.
6. K. Bosl, "Der Wettinische Ständestaat im Rahmen der mittelalterlichen Verfassungsgeschichte", *Historische Zeitschrift*, nº 191, 1960.
7. "Königsfreie und Ministerialen", *Grundlagen der mittelalterlichen Welt*, Stuttgart, 1958.
8. Boserup e Despy, op. cit., p. 42.
9. "Das Rittertum im Hochmittelalter: Idee und Wirklichkeit", *Saeculum*, nº 10, 1959.
10. *Questions d'histoire des institutions médiévales — Noblesse, chevalerie, lignage — Condition des gens et des personnes — Seigneurs, ministériaux, bourgeoisie, chevinage*, Bruxelles, 1959.
11. O livro de P. du Puy de Clinchamps, *La Noblesse*, Paris, col. "Que sais-je?", 1959, não contém nada de novo sobre a nobreza medieval, mas, em compensação, dá indicações sobre as do Ancien Régime e sobre seus remanescentes contemporâneos. Os aspectos jurídicos e sociológicos de que a instituição se revestiu nos tempos modernos podem sugerir aos medievalistas valiosas reflexões.
12. Não penso, em particular, que se possa deduzir muito das genealogias estabelecidas para sua defesa por esses *saisseurs* acusados em justiça de serem servos e que, nas regiões onde a mácula servil era de hereditariedade estafante, insistiam apenas no bom nascimento dos avós, sem nada dizer da qualidade dos pais, o que não lhes era de nenhuma valia.

13. Indico que tal estudo vem sendo empreendido há vários anos no seminário de estudo das mentalidades e estruturas sociais que dirijo na Faculdade de Letras de Aix, do qual está sendo preparada a publicação de alguns resultados parciais.
14. M. Vercauteren, professor da Universidade de Liège, chamava há pouco a atenção dos ouvintes de meu seminário para aqueles que Gislebert de Mons, chanceler do conde de Namur, no fim do século XII, tinha o costume de introduzir nas atas que levava em nome de seu senhor.
15. M. G. H., SS., XVI, pp. 511-512. Ele pertence a M. Vercauteren, que teve a extrema gentileza de assinalar-me esse documento e de explicá-lo perante meus alunos, fazendo-me o comentário aprofundado que ele merece.
16. Paris, 1957 (Bibliothèque élzévirienne, nova série, Etudes et documents).
17. O estudo de conjunto está em curso no meu seminário. Cf. A. Hüniger, "Die Entwicklung der literarischen Darstellungsdorm der Genealogie im deutschen Mittelalter von der Kuningertzeit bis zu Otto von Freising", *Mitteilungen der Zentralstelle für deutsche Personen und Familiengeschichte*, 1914, K. Hauck, "Haus und Sippengebundene Literatur mittelalterlicher Adelsgeschlechter", *Mitteilungen des Instituts für deutsche Geschichtsforschung*, n.º 62, 1954.
18. O. Tellenbach, *Stufen und Vorarbeiten zur Geschichte des grossherrschaftlichen Adels*, Friburgo, 1957.
19. "Zur Problematik von Familie, Sippe und Geschlecht, Haus und Dynastie beim mittelalterlichen Adel. Vorträge zum Thema 'Adel und Herrschaft im Mittelalter'", *Zeitschrift für die Geschichte des Oberrheins*, n.º 105, 1957.
20. "Zur Bedeutung der Personenforschung für die Erkenntnis des früheren Mittelalters", *Friedberger Universitätsreden*, 1957.
21. Cf. R. Louis, *De l'histoire à la légende: Gisant, comte de Venise (819-877), et ses fondations monastiques*, Auxerre, 1946, t. I, p. 5.
22. Na região parisiense, os regulamentos da mão-morta atestam a precoce primazia da linha agnática na população servil; cf. *Cartulaire de Notre-Dame de Paris*, I, p. 275 (1109).
23. Um último lugar, K. Bredt, "Über soziale Mobilität in der mittelalterlichen 'Gesellschaft'", *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, 1959.
24. Bredt, op. cit., p. 223.
25. Bienenfant e Denry, op. cit., p. 29.
26. "Untersuchungen zur Frühzeit des französischen Fürstentums (9-10 Jahrhundert)", *Die Welt als Geschichte*, 1958-1960.
27. "Die Herren an der Loire mögen wechseln, ihre Vassallen bleiben", cf. Werner, op. cit., p. 188.
28. "Wo es Schichten gibt, da auf ihren Rang achten, ist kein Platz für Emporkömmlinge", cf. Werner, op. cit., p. 186.
29. "Observations sur les ministères en France", resumo em *Revue historique de droit français et étranger*, 1960.
30. *Les ducs de Bourgogne et la formation du duché du XI^e au XIV^e siècle*, Paris, 1954, pp. 99-102, 260-262. "Châteaux, châtellen et vassaux en Bourgogne aux XI^e et XII^e siècles", *Cahiers de civilisation médiévale*, 1960.
31. "Deux lignages chevaleresques en Forez au XI^e siècle", *Bulletin de la Diana*, n.º 34, 1957.
32. Uma pesquisa está iniciada em meu seminário sobre esses jovens; ela se apoia a princípio no testemunho da *Histoire ecclésiastique*, de Odo de Vital, e da *Histoire des comtes de Guines*, de Lambert d'Andres.
33. E. Defrançois, "Jumens d'Orléans", *Bulletin de littérature ecclésiastique*, 1954. A tese de doutoramento em letras empreendida por J. Chelini, assistente da Faculdade de Letras de Aix, sobre a situação religiosa dos leigos na Europa carolíngia deve permitir precisar a cronologia dessa evolução mental.

34. Logo após a primeira cruzada, parece que nobreza e cavalaria estavam juridicamente confundidas no reino latino de Jerusalém; os textos utilizados por J. Prawer em seu artigo sobre "La noblesse et le regime féodal du royaume latin de Jérusalem" (*Le Moyen Age*, 1959) devem, sobre esse ponto, ser examinados de perto.
35. H. Wühr, *Odericus Vitalis: Ein Beitrag zur Klunziensischen Geschichtsschreibung*, Wiesbaden, 1958, p. 100.
36. Honorius Augustodunensis, "De imagine mundi", P. L., 172, col. 166; Adalberton de Laon, *Poèmes au roi Robert*, trad. Pognon, L'un n°1, p. 228.
37. Op. cit., p. 219.
38. J. Frappier, "Le Graal et la chevalerie", *Romania*, 1954.
39. Arch. mun. d'Arles, ed. L. Blancard, "Artut, origines de la famille vicomtale de Marseille", *Mémoires de l'Académie de Marseille*, 1887.
40. Em 1225, uma sentença emitida em Arles estabeleceu que quaisquer possidões hereditárias de mares e de aldocimam, si alius agricultor faciam et ducimam, os cavaleiros gozavam pois normalmente de franquias (malas é aqui uma qualificação jurídica), e alguns dentre eles se ocupavam em fazer valer as terras (Arch. dép. de Bouches-du-Rhône, 60 H. 24, n° 4).
41. C. 122, "Genealogia Bruburgensium", M.G.H., SS., XXV, pp. 620-621. O conjunto desse texto muito importante para a história da família feudal é objeto, em meu seminário, de um estudo aprofundado.
42. "La noblesse féodale et les lignes nobiliaires de 1314-1315", *Bulletin de la Diana*, n° 36, 1959. E. Perroy completa o estudo genealógico de todas essas linhagens.

Notas do capítulo 2

1. G. Duby, *La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mécquoise*, Paris, 1953.
2. *Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny*, ed. A. Bernard e A. Bruel, n. 1.297.
3. *Cartulaire de Saint-Vincent de Mâcon*, ed. Ragut, n. 403 (1031-1060).
4. *Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny*, op. cit., n. 3.726 (1096).
5. *Ibid.*, n. 3.677 (1094), 3.758 (1100), 3.822 (1103-1104).
6. *Cartulaire de Saint-Vincent de Mâcon*, op. cit., n. 545 (1074-1096).
7. *Cartulaire de l'abbaye de Lérins*, ed. Moris e Blanc, n° 74.
8. *Ibid.*, n. 113.
9. A. Levis, "La féodalité dans le Toulousain et la France méridionale", *Annales du Midi*, 1964.
10. J.-F. Lemaître, *Le Gouvernement royal aux premiers temps capétiens*, 937-1198, Paris, 1965, p. 133.
11. Cf. cap. 8.
12. J. M. van Wier, *Ministerialität en ridderschap in Gelde en Zutphen*, Groninga, 1952.
13. M.G.H., SS., XXI, pp. 571, 576, 584.
14. M.G.H., *Constitutiones*, II, p. 17.
15. P. L., 172, col. 166.
16. "Kasten, Stande, Klassen in Deutschland" seminário organizado em dezembro de 1966 pelo Centre de recherches sur la civilisation de l'Europe moderne de la Sorbonne (Problèmes de stratification sociale: castes, entres et classes).
17. I, 5, 1.7; IV, 11, 18.
18. *Cavaleria: Cartulaire de l'abbaye de Lérins*, op. cit., n° 29 (1038); *Cartulaire de Saint-Victor de Marseille*, ed. B. Guérard, n. 799 (1042), 834 (1056), 209 (1029).

- cavalaria. Devic e Vaissette, *Moines de Languedoc*, t. V, n. 425 (1105). A equivalência entre os dois termos é muito visível numa ata da homenagem prestada por um cavaleiro de Cordagne no fim do século XI, citado por P. Guithiermoz, *Essai sur l'origine de la noblesse en France au Moyen Âge*, Paris, 1906, p. 142, n. 15.
19. O capitular de Meersen (Bor., II, 71), após a partilha de Verdun, autoriza a seguir seu senhor se ele residir em outro reino, salvo em caso de invasão, quando todo homem é obrigado ao *tant wert* no reino onde ele habita. O capitular de Quierzy (Bor., II, 358) permite aos herdeiros de um fei reclamar a honra, mas, se preferirem viver tranquilamente em seu alodio, nada lhes será exigido, salvo ainda em caso de invasão. Desde essa época, afiora os recrutamentos em massa para defesa da pátria, a atividade militar era um serviço ligado à vassalagem e ao benefício.
20. Flodoard, *M. G. H.*, SS., III, p. 396. Quando Richer quer situar um personagem em nível inferior ao da nobreza dos "principes", diz que ele sai ex equestri ordine (I, 5) ou de militari ordine (II, 10).
21. *Ordines Carolinus*, 3, *M. G. H.*, *Epist. Karolini aevi*, I, p. 460.
22. *M. G. H.*, *Epist. Karolini aevi*, pp. 191-192.
23. *Non possunt simul Deo et saeculo militari*, Bor., II, 407.
24. *M. G. H.*, SS., XVI, p. 813.
25. *M. G. H.*, SS., VII, p. 485.
26. *Carmen ad Rodericum regem*, v. 298, ed. Hübel, in *Bibl. Éac. des Lettres de Paris*, XIII, 156.
27. *Ibid.*, v. 279.
28. K. Bosl, *Freien und Pöpper*, Begriffsgeschichtliche Studien zur gesellschaftlichen Differenzierung im frühen Mittelalter und zum "Pauperismus" des Hochmittelalters, *Abhandl. und die moderne Gesellschaft*, Festschrift für Otto Brunner, Göttingen, 1963.
29. O mais recente estudo em J. Fechter, *Cluny, Adel und Volk*, Studien über das Verhältnis des Klosters zu den Ständen, 950-1150, Stuttgart, 1966.
30. Vita Gerardi, in *Bibliotheca Cluniacensis*, n.º 84.
31. *Ibid.*, n.º 7.
32. III, 24, in *Bibliotheca Cluniacensis*, n.º 236.
33. *Carmen ad Rodericum regem*, v. 282-283.
34. Reunidos em L. Hübel, *Studien zur Rechtsgeschichte der Gottesfröhen und Landfröhen*, Ansbach, 1892.
35. Cf. cap. 3.
36. Tal é o termo, episto a villani, contido no texto latino dos juramentos de paz prestados em Verdun-sur-le-Doubs, depois por instigação do bispo de Beauvais, também nos clérigos do Conselho de Narbonne em 1054 (Hübel, op. cit., I, 167, 320).
37. *Ibid.*, I, 214.
38. Por exemplo, no Macennais, cf. *Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny*, op. cit., n.º 3.435 (cerca de 1070).
39. Ver, a propósito, os textos reunidos por Guithiermoz, op. cit., pp. 400-401, n.º 19.

Notas do capítulo 3

1. A cronologia estabelecida por B. Töpfer, *Volk und Kirche zur Zeit der beginnenden Gottesfröhenbewegung in Frankreich*, Berlin, 1957, pode ser reafirmada segundo R. Bonnaud-Delamare, *Les institutions d'après en Aquitaine au XI^e siècle*, La Palix, I (Société Jean Bodin, XIV), Bruxelles, 1962.

2. Esse aspecto está muito bem evidenciado no estudo de R. Bonnaud-Delamare publicado nos *Mélanges Halphen*, Paris, 1951.
3. A relação da ideologia de paz com as estruturas sociais é posta em plena luz na obra de Töpfer.
4. Malgrado suas imperfeições, a coletânea de textos contida em L. Hubert, *Studien zur Rechtsgeschichte der Gottesfrieden und Landfrieden*, Aushach, 1892, é a mais útil. É a ela que farei referência. Aqui, p. 15.
5. *Ibid.*, p. 212.
6. Töpfer, op. cit., p. 35, n. 26; Bonnaud-Delamare, *Les institutions de la paix...*, p. 422.
7. Hubert, op. cit., p. 126. Seria mesmo esse o papel dos privilegiados? Quando o movimento alcançou, após 1023, as fronteiras do Império, em regiões onde o poder real parecia perfeitamente capaz de preencher suas funções, alguns pretendiam o contrário. O bispo Gérard de Cambrai advertiu que "cubia aos reis reprimir as sedições, pacificar as guerras e estender as relações pacíficas; quanto aos bispos, deviam simplesmente exortar os reis a combater pela salvação do país e rezar por sua vitória" (*Ibid.*, p. 162).
8. Bonnaud-Delamare, *Les institutions de la paix...*, pp. 425-426.
9. *Ibid.*, p. 447.
10. Hubert, op. cit., p. 124.
11. *Ibid.*, p. 35.
12. *Ibid.*, pp. 123, 166.
13. *Ibid.*, pp. 123, 124.
14. *Ibid.*, p. 163.
15. *Ibid.*, p. 214.
16. *Ibid.*, p. 206.
17. *Ibid.*, p. 35.
18. *Ibid.*, p. 320.
19. *Ibid.*, p. 156.
20. *Ibid.*, pp. 406, 417 (1095, Concílio de Clermont; juramento de paz de Fouque d'Anjou e dos grandes de Touraine).
21. Bonnaud-Delamare, *Les institutions de la paix...*, p. 422.
22. Hubert, op. cit., p. 241; em 1027, os cânones do Concílio de Élie punem o incesto e o repúdio ao mesmo tempo que as violências; *ibid.*, pp. 203, 205. Raul Glaber e as crônicas contemporâneas indicam que os concílios das imediações de 1023 impuseram a abstinência de vinho aos quintas-feiras e a abstinência de carne as sextas, ao mesmo tempo que reformaram a paz.
23. Hubert, op. cit., p. 167.
24. *Ibid.*, p. 249. "Nenhum homem atacará seu inimigo entre a nona hora do sábado e a primeira da segunda-feira."
25. *Cephalus* de 813 citado por Hubert, op. cit., p. 246.
26. *Ibid.*, p. 217.
27. *Ibid.*, p. 406 (notadamente a imposição do jejum).
28. *Ibid.*
29. *Ibid.*, p. 411. Nota-se lá que o Concílio de Ales de 1037-1041 impôs a peregrinação a Jerusalém como penitência de um homicídio cometido durante a festa de Deus (*ibid.*, p. 273).
30. *Ibid.*, p. 408.

Notas do capítulo 4

1. F.-L. Ganshof, *Qu'est-ce que la féodalité?*, 3^e ed., Bruxelles, 1957.
2. K.-J. Holman, *Le Développement du vocabulaire féodal en France pendant le Haut Moyen Âge*, Geneva/Paris, 1957.
3. Cf. p. 151.
4. B. D. Lyon, *From Feud to Indenture: The Transition from Feudal to Non-Feudal Contract in Western Europe*, Cambridge, Mass., 1957.
5. M. Sozanski, *Essai sur les fiefs-ventes*, Paris, 1946.
6. Cf. p. 244.

Notas do capítulo 5

1. *Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny*, ed. A. Bernard e A. Bruel, 3034, 3066, 3642.
2. Sem dúvida, aliás, a esses parentescos determinados por uma ascendência comum vêm juntar-se outros, provocados por alianças matrimoniais mais recentes e que tocam entre essas famílias uma rede de ligações ainda mais densa. O uso do nome *Richardus*, por exemplo, ao mesmo tempo que os aproxima dos sires de Beaupré, estabelece um vínculo entre cinco grupos que descendem do tronco *beau-pré* (1, 2, 23, 5), dois grupos que descendem dos *Evriat* (19, 21), três outros oriundos de um outro mesmo tronco (8, 9, 15). Do mesmo modo, o uso do nome *Aumarchis* liga aparentemente entre eles, ao mesmo tempo que aos sires de Beaupré, Sully II, Sennecé, Barbereche, Hongie e Berzé. Vê-se, então, que verossimilmente Gross, Bissy, Tazé, Cortevaix e Besomay foram herdeiros em Senece de um ancestral comum. Finalmente, a geração que tomamos como ponto de partida, a do fim do século XI, geração imediatamente anterior, os textos mostram um certo número de casamentos que aham mais solidamente o fio da meada: assim Geoffrey de Metz II se liga por sua mulher aos Minery e por seu cunhado aos Burin; Dalmas de Gigny e Lefaud d'Ameugny desposaram as irmãs dos sires de Uxelles; casamentos unem aos Bressas os Créteil e os La Chapelle. Uma certa endogamia praticada, a despeito das censuras da Igreja, torna, ao que parece, todos os cento e cinco personagens próximos, em algum grau.
3. Notadamente Karl Schmid, "Zur Problematik von Familie, Sippe und Geschlecht, Haus und Dynastie beim mittelalterlichen Adel. Vortragen zum Thema: Adel und Herrschaft im Mittelalter", *Zeitschrift für die Geschichte des Oberrheins*, 105, 1957.
4. Para reduzi-la, fiz aqui partido das fontes que concernem não apenas à área muito estreita escolhida para observar as famílias aristocráticas mais vivazes, mas ao conjunto da Borgonha do Sul.
5. *Recueil des chartes*..., op. cit., 2.906.
6. Alexandra faz uma doação em Arcem dissona à sua filha Landrée; pouco depois, esta, por um ato idêntico, lega o bem à sua irmã, Cartulaire de Saint-Vincent de Micon, n. 407 e 410 (960 e 997-1031). Elisabeth doa "uma terra que me veio de minha mãe e de meus antepassados", "minha parte da herança", *ibid.*, 2.860 (1031-1043).
7. Um homem possui a metade de um mansus, a outra pertence a suas irmãs, *ibid.*, 1.899 (991); um doador recebe de seu pai dos terços de um domínio, sua tia o outro terço, *ibid.*, 3.574 (a partilha efetua-se por volta de 1050); doação de dois terços de uma igreja "que me cabem por direito hereditário, o outro terço pertence a minhas irmãs...", *ibid.*, 2.860 (1031-1043).

8. *Ibid.*, 2.118 (cerca de 1030); 3.304 (cerca de 1060), o curúado intervém entre os signatários da ata.
9. *Macon*, 210 (século X); *ibid.*, 2.265 (994); 254 (925-926); 370, 780, 953.
10. *Cartulaire de Beaupré*, n.º 12 (1067); *Macon*, n.º 463 (997-1034). Dote feito em Saint-Vincent de Maçon "pela mãe de Bernard, seu marido", *Macon*, n.º 477 (fin do século XI). Dote constituído por antigas esmolas: *Recueil des chartes*..., op. cit., 3.301 (1049-1109); 2.528 (início do século XII): a tia doara a Deus alguns mantos: "minha mãe, casando-me, tomou esses dois mantos e deu-os em dote...".
11. *Recueil des chartes*..., op. cit., 2.490. Assim também, em 1100 (*ibid.*, 3.030), "se meus dois filhos que devo no século manterem sem herdeiro, nenhum de meus herdeiros reclamará nada desse alódio".
12. Publicado no *Cartulaire gothais*, n.º 10.
13. *Recueil des chartes*..., op. cit., 3.737, 3.035.
14. *Ibid.*, 3.104 (c. 1090); *Cb. de Maçon*, II, p. 28.
15. *Recueil des chartes*..., op. cit., 3.671, 3.565.
16. Em Berzé, o senhor do ano mil é chamado *miles* e *dominus*, o de 1100, *dominus*; inversamente, o de La Bussière, *dominus* no ano mil, *miles* e *dominus* em 1100.

Notas do capítulo 7

1. Utilizo os numa pesquisa geral sobre a família aristocrática nos tempos feudais da qual a nota aqui publicada explora pontos de vista preliminares.
2. Assim, por Odéric Vitai, *Histoire ecclésiastique (M. E.)*, ed. Leprieux e Delisle, S. H. F., 3, 1, B, p. 47, 54. Para a exploração dos livros III-VII da *M. E.*, minhas observações se aprofundam no estudo inédito de J. Paul, "La famille et les problèmes familiaux en Normandie au XI^e siècle d'après l'Histoire ecclésiastique d'Odéric Vitai", D.E.S., Aix, 1969.
3. H.E., S. Robert de Rhuddlan, designado como pai de forma-se *miles*. D'Arbois de Jubainville, *Histoire des comtes de Champagne*, VI, 1, 70. Baudouin VI, filho do conde de Hainaut, *juvenis* e *miles*.
4. H.E. 4 (II, p. 219). Richard, filho de Hugues de Chester, *juvenis* ad hoc *liberis* que *carviti*, *ibid.*, 3 (I, p. 25). Esmold de Mortreux, que ao morrer deixa um filho, é chamado *vir*.
5. Para expressar esta noção, *bachelier* (*donzel*) parece ser, na língua românica, o equivalente exato de *juvenis*. L. Histore de Guillaume le Maréchal (G. M.), ed. P. Meyer, S. H. F., v. 1.477; *Chanson de Nîmes*, v. 23-25; *Chanson de Roland*, v. 3.018-3.020.
6. G. M., v. 1.895, 1.901.
7. "Eiras", G. M., v. 2.399, 2.444; *ibid.*, v. 1.890.

Que nus qui veit en pris monter
 N'amez ja trop long seoir.
 ... Avez s'esmovent mainte tere
 Par pris e aventure quero
 Mais souvent s'en reventat riche...

Lambert d'Arbois, *Histoire comitum Ghisnensium (M. G. H.)*, 91: forma-moia frequentada, muitas províncias et multas regiones... circuevit.
 8. Puis mesa al très belle vie
 Que plosors en crent envie

En torneament e en guerra

- e ena par fols les feres. *G. M.*, v. 754, 2.997-2.998.19. Notemos que os jovens de boa família, que não eram armados cavaleiros mas dedicados ao estudo das letras, tinham-se alistados a uma penitência muito semelhante, na qual a disputa esportiva, ocasão de proezas e de primas, desempenhava o papel do torneio. O comportamento do jovem Abelardo, o próprio vocabulário que ele emprega nas primeiras páginas da *Historia de sen malheurs* são a este respeito muito expressivos.
10. *Acta sanctorum*, 15 de agosto III, p. 232 A.
11. *Aspremont*, v. 7.515-7.516, *G. M.*, v. 2.427-2.432. Henrique II confia o filho a Guillaume le Marechal, que ao mesmo tempo o educa e o conduz onde há torneios. *Ibid.*, v. 1.959-1.967, *H. Gh.*, 92.
12. A propósito do filho de Guillaume le Marechal e do conde de Salisbury, *G. M.*, 15.884.
13. *H. Gh.*, 91.
14. O jovem Henrique da Inglaterra soube "fazer" os moços, seguindo-lhe o exemplo, os homens de alta posição distribuem aos jovens armas e dinheiro, *G. M.*, v. 2.673-2.675, 2.679-2.685.
15. *H. E.*, 5 (II, p. 301), 7 (II, p. 190).
16. *Ibid.*, 6 (II, p. 4).
17. *H. Gh.*, 92.
18. Cf. a família de Hughes de Chester, *H. E.*, 6 (II, p. 4), cujo chefe, *in milia promptus*, *in dando prodigus*, mantém jograis e prostitutas.
19. Quando Roger e seus companheiros deixam a matilha de Hugues de Chester para se converter. Ordem Vital os mostra voltando quasi de furens Sodomeae, *ibid.*, 6 (II, p. 16). Sobre a depravação dos jovens, ver, entre outros, Gilbert de Nogent, *De vita sua* (ed. Bourgin), I, 15, p. 57, II, 19, p. 220.
20. *Fragmenta Gualfredi*, *Analecta Bolandiana*, I, L (1932), p. 110.
21. *G. M.*, v. 1.897.
22. *H. E.*, 3 (II, p. 54): o duque de Salerno recebe como reforço de electis juvenibus normannie-siquos.
23. *Chamot de Nîmes*, v. 641-646.
24. Ricardo, filho de Guilherme, o Conquistador, morre na caça, *H. E.*, 5 (II, 391); Hugues, filho de Gisele, juvenitibus, morre ferido por um dardo num exercício, *ibid.*, 3 (II, 29); Ensaïd de Montreuil, que não é jovem, morre lutando contra um juvenis, *ibid.*, 3 (II, p. 25); Guillaume de Guines strenuissimum custam militem, sed in fove juvenitum apud Colvinam mortuum, *H. Gh.*, 72; Simon de Andres, jam adultus et juvenem mortuum, *ibid.*, 134: dos quinze homens que formavam o grupo conduzido por Guillaume Gira em Pouille, apenas dois regressam à terra natal.
25. *H. Gh.*, 122.
26. *M. G. H.*, SS, XVI, pp. 511-512.
27. Henrique, o Jovem, "enrou bem um ano e meio", *G. M.*, v. 2.444, *H. Gh.*, 91. Arnould de Guines, multas regiones fore per biennium non omnino sine patri auxilio et patrocinio cecavit.
28. *H. Gh.*, 92.
29. Robert Courte-Heuse, *H. E.*, 5 (II, p. 381): o filho mais velho de Guillaume le Marechal, acompanhado de outro jovem, após o partido do rei de França, que era combatido por seu pai, *G. M.*, 15.884. No século XI, o filho de Roberto, o Piedoso, com um grupo de socos de sua idade, devastava as terras paternas, Raul Glaber, *Historiarum libri quatuor*, III, 9.
30. *H. Gh.*, 93. Arnould de Andres prefere ir a outros países propter tornameuto-rum studium et gloriam, em vez de ficar no país onde não há guerra; *G. M.*, v. 2.391 (Henrique, o Jovem).

En Angleterre arguerent
 Pres d'un an qu'il ne s'abandonnent
 A nule riens fors a plaidier
 Ou a lois ou a honteier
 Mais ai plaidier ne pas de plaidier
 Tel sejour, ançois il desplaidier

31. G. M., v. 2.404. Henrique II autoriza o filho a partir; Guillaume le Maréchal, jovem, pede autorização ao pai, *Ibid.*, v. 1.391-1.394.
32. H. E., 5 (II, p. 457). Arnould de Maule, filho primogênito, é chamado de volta da cruzada por seu pai idoso, ele repudia, casa-se e lhe sucede. Os outros filhos estão longe de casa. V. também *Ibid.*, 5, II, p. 463.
33. H. Gh., 63. *Annales Cantuarienses*, M. G. H., SS., XVI, pp. 511-512.
34. Nas regiões do Sulonense, o velho procedia em vida a escolha de sua sucessão. V. *Historia penitenciarum et conitum Engolismensium*, 26, 31, 36.
35. *Historia penitenciarum et conitum Engolismensium*, 30.
36. H. Gh., 149. O casamento de Arnould de Andres é decidido pelo pai do marido e pelos dois da esposa.
37. O dote (H. Gh., 149). Manasse, terceiro filho do conde Baudouin de Guines (o segundo morreu *in juvenile*), é estabelecido, por ocasião de seu casamento, numa senhoria constituída por seu pai e formada de bens recentemente adquiridos.
38. *Asprement*, 5.572-5.573: o chefe de guerra dá mulheres aos guerreiros como recompensa. H. Gh., 64: quando Arnould de Gand se estabelece no condado de Guines, chama todos os seus companheiros e "telm" alguns deles em sua casa, *illos in terra mandabat*.
39. H. Gh., 39.60.
40. *Ibid.*, 93, 149.
41. H. E., 11 (IV, p. 167, n. 2).
42. H. Gh., 122.
43. *Ibid.*, 96.
44. H. E., 3, 3-18.
45. "Untersuchungen zu Frühzeit der französischen Fürstentums", Die Welt als Geschichte, 1960, pp. 116-118.
46. H. Gh., 9-11.
47. R. Nelli, *L'érotisme des troubadours*, Toulouse, 1963, pp. 108 ss.
48. H. Gh., 93.

Notas do capítulo 8

1. "Une parenté dans la France du Nord aux XI^e et XII^e siècles", Le Moyen Age, n^o 69, 1963, pp. 223-245.
2. M. G. H., SS., XVI, pp. 511-512.
3. Cf. La société féodale: la formation des liens de dépendance, Paris, 1939, p. 213.
4. Ed. H. Heller, M. G. H., SS., XXIV.
5. K. F. Werner, "Untersuchungen zur Frühzeit des französischen Fürstentums", Die Welt als Geschichte, 1960, pp. 116-118.
6. H. Gh., 7-12.
7. Cf. *supra*, cap. 7.
8. G. Duby, La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise, Paris, 1953, pp. 411 ss.

9. "Zur Problematik von Familie, Sippe und Geschlecht, Haus und Dynastie, beim mittelalterlichen Adel. Vorträge zum Thema 'Adel und Herrschaft im Mittelalter', Zeitschrift für die Geschichte des Oberheims, n.º 105, 1997.

Notas do capítulo 9

1. "Die Entwicklung der literarischen Darstellungsform der Genealogie im deutschen Mittelalter von den Karolingern bis zu Otto von Freising", Mit der Zeitschrift f. deutsche Personen- und Familiengeschichte, 1914.
2. "Haus- und Sippengebundene Literatur mittelalterlichen Adelsgeschlechter", Mit des Instituts für öster. Geschicht., 1954.
3. "Untersuchungen zur Fiktion des französischen Fürstentums, IX. bis X. Jahrhundert", Die Welt als Geschichte, 1960.
4. "Zur Problematik von Familie, Sippe und Geschlecht, Haus und Dynastie beim mittelalterlichen Adel", Zeitschrift für die Geschichte des Oberheims, 1997.
5. P. L., 209, p. 929.
6. Chroniques des comtes d'Anjou, ed. Halphen e Poupardin, p. 232.
7. F. Vercauteren mostrou que, ainda no século XII, Gisbert de Mons, cujo gosto pelas genealogias é conhecido, compunha também epítafios ("Gisbert de Mons, auteur des épitaphes des comtes de Hainaut Baudouin IV et Baudouin V", Bulletin de la commission royale d'histoire, 1900).